

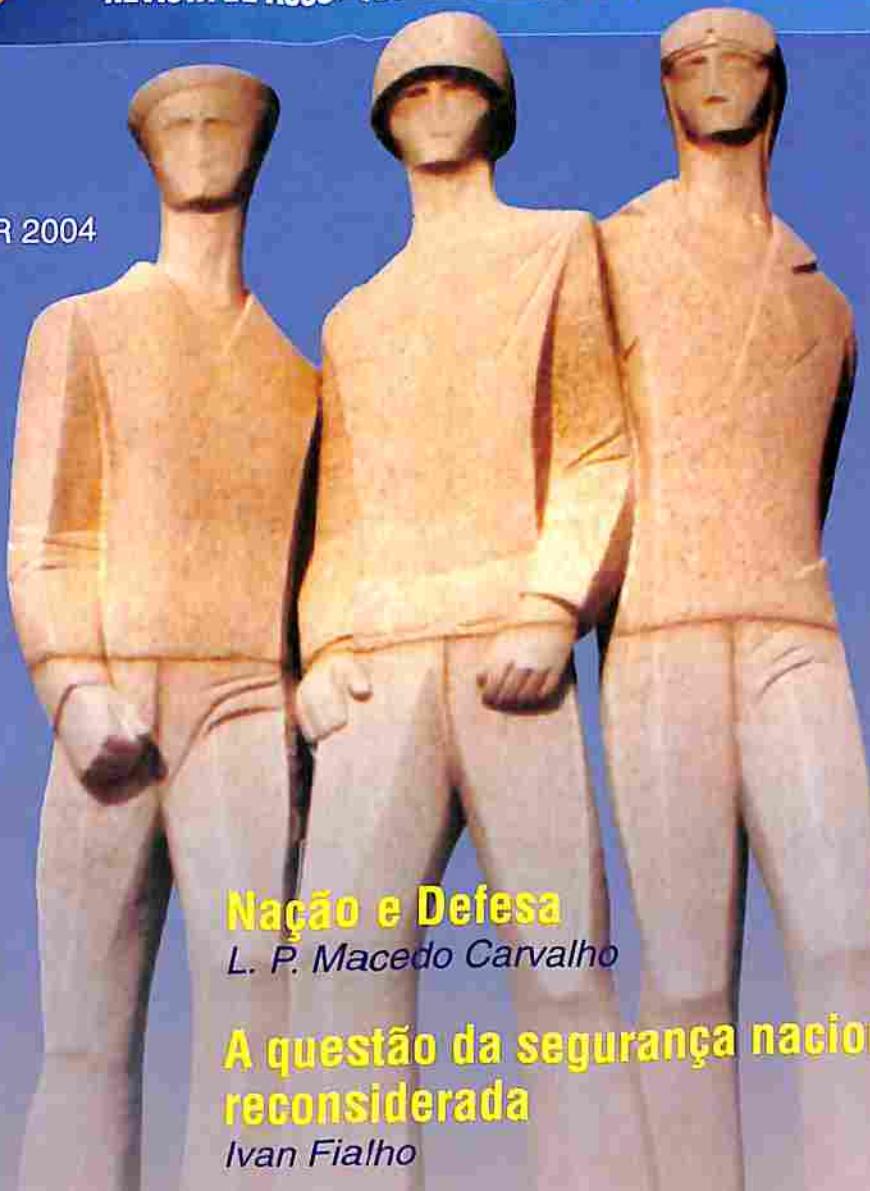
ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XC – Nº 798
JAN/FEV/MAR/ABR 2004



Nação e Defesa

L. P. Macedo Carvalho

A questão da segurança nacional reconsiderada

Ivan Fialho

A soberania no estado contemporâneo

Antônio Celso Alves Pereira



Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320856

290637

v.90, n.798, jan./fev./mar./abril 2004 BFD



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores
e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

www.biblick.cbx.br



EDITORIAL

Política de Defesa Nacional

Os EUA não podem deixar a defesa de seus interesses e de sua segurança na mão de governos de outros países. Esta foi uma afirmação do atual presidente dos EUA em seu primeiro comício da campanha pela reeleição.

Dizemos nós a mesma coisa em relação ao Brasil: a Nação brasileira não pode nem deve submeter seus interesses e sua segurança a governos e interesses de outros países ou de quaisquer grupos transnacionais ou supranacionais. Fazê-lo significa traír o nosso passado e destruir o nosso futuro.

O atual Ministro da Defesa, um diplomata de carreira, desde a sua posse, convida a sociedade, e em particular as Forças Armadas, para discutir a atual Política de Defesa Nacional. Sabe ele que, como está, embora fiel aos postulados do texto constitucional vigente, ela não traduz aquilo que a Nação deseja. A retórica pacifista e internacionalista usada a torna vazia. A prioridade à diplomacia passiva está longe de corresponder à posição que o País deseja ter ou já tem no cenário internacional. O tratamento tímido e reticente que dá à componente militar do poder nacional, em todos os seus aspectos, torna duvidosa uma pretendida capacidade dissuasória. Não bastasse isso, nos últimos 15 anos tem sido evidente a ação política e administrativa no sentido de enfraquecer as Forças Armadas e todas as atividades afins, não só submetendo-as à insuficiência de recursos para custeio e desenvolvimento, como criando-lhes impedimentos jurídicos ou constrangimentos públicos para cumprirem sua missão.

O atual governo tem reiterado que não está alheio a essa situação e que, em tempo oportuno, atenderá, ou pelo menos iniciará a reversão desse quadro comprometedor para os destinos do País. Esperemos que realmente o faça, o quanto antes.

A Defesa Nacional se junta ao Ministério da Defesa no chamamento para que ajudemos na reformulação e no fortalecimento da Política de Defesa Nacional, dando a ela conteúdo, força e consequências.



A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Div Antônio Gabriel Esper

Editor

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator

Cel Eng EM Luiz Carlos Carneiro de Paula

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marçilio Dias - CEP 20221-260

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715

Fax: (21) 2519-5569

Ligação gratuita: (0800) 238365

E-mail: bibliex@ism.com.br

Site: www.bibliex.eb.br

PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Murillo Machado e Rodrigo Tonus

Telefax: (21) 2275-6286 e 2541-6927

REVISÃO

Andreza Tarragó

Ellis Pinheiro

IMPRESSÃO

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda

Telefax: (24) 2237-3769 e 2237-3709

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primitivo Tassotti; BERTOLDO KLAIBER, ESTÉVÃO LÉRIO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I

SUMMARIO

Editorial PAPÉIS JORNALÍSTICOS: O Efetivo e a organização do Exército. Subordinação táctica — A instrução da nossa infantaria em Tácticas para batalhas efectivas. Caracteres de munições para a infantaria e metralhadoras. **Notícias** NOTÍCIAS: O Exército de S. Petersburgo. A Guarda Suíça. A Guarda Imperial. Exercícios de exercícios táticos na artilleria. **Propaganda** Propaganda da Guarda Imperial. Exercícios de exercícios táticos na infantaria. **Pré-Revolução** Preparação para a revolução. O Exército japonês. **Colaboração** BIBLIOGRAFIA: Os instrumentos didáticos e a tradição em - Exercícios de exercícios táticos e sobre a terra. **Arma de infantaria** Arma de infantaria. **Armas francesas e alemanas**

Fac-símile da portada do Nº 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Antônio Gabriel Esper

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten Int Sidnei Flávio Goulart Miranda

Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires

Cel Art EM Enir dos Santos Araújo

Conselho Fiscal

Cel Cav EM Nilson Vieira Ferreira de Mello

Cel Cav Hélio Pinheiro

Cel Eng EM Luiz Carlos Carneiro de Paula

Suplementos

Maj Eng Paulo Cezar Silveira de Almeida

Cap QAO Justo Hélio Monteiro

1º Ten Cav Gustavo de Mendonça Penha

NOSSA CAPA



Escultura alusiva às trés

Forças Armadas de autoria do artista mineiro Alfredo Ceschiatti (1918 - 1989), que se encontra no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, inaugurado em 24 de junho de 1960.

SUMÁRIO

EDITORIAL	1
NAÇÃO E DEFESA.....	4
<i>L. P. Macedo Carvalho</i>	
A QUESTÃO DA SEGURANÇA NACIONAL RECONSIDERADA.....	9
<i>Ivan Fialho</i>	
A SEGURANÇA DO ESTADO BRASILEIRO DIANTE DAS AMEAÇAS CARACTERÍSTICAS DO LIMIAR DO SÉCULO XXI.....	18
<i>Gustavo de Souza Abreu</i>	
A SOBERANIA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO	34
<i>Antônio Celso Alves Pereira</i>	
A EPOPÉIA DO ACRE.....	53
<i>Roberto Gama e Silva</i>	
O TENTAME COMUNISTA DE 1961 – 1964	71
<i>Sérgio A. de A. Coutinho</i>	
O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964.....	77
<i>Helio Ibiapina Lima</i>	
CIRCULAR RESERVADA DO CHEFE DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, GENERAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, EM 20 DE MARÇO DE 1964	85
PROCLAMAÇÃO DO GOVERNADOR MAGALHÃES PINTO EM 31 DE MARÇO DE 1964	87
UM CONFLITO INTERMINÁVEL.....	88
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
IRAQUE HOJE	92
<i>Reportagem de Terry McCarthy</i>	

Nação e Defesa¹

*L. P. Macedo Carvalho**

*“... Da nova Lusitânia, nova Corte Julguei que era o Brasil jardim sem muro,
Tesouro rico, porém mal seguro.”*

Brás Garcia de Mascarenhas, *Viriato Trágico*, canto II

As comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, no apagar das luzes de mais um século e milênio, induzem a refletir sobre os versos do poeta-soldado luso, então foragido aqui, que lutou contra o invasor holandês e fez fortuna comerciando na Colônia. Será que por ter sido o país batizado com o nome de Terra de Santa Cruz, Deus ser considerado brasileiro e nosso povo, dito cordial, julgar-se abençoado pelo Criador, ou por situarmo-nos nos trópicos, prevalece a vontade de nada fazer e a nação não deva preocupar-se com a sua defesa?

Celebrar é repensar. As celebrações só têm real significado se envolvem reavaliações da trajetória histórica percorrida. Sempre que se tem

em mente a comemoração de um acontecimento passado, de fato, está a se manifestar uma visão do presente especulando o porvir. Não podemos escapar ao julgamento dos anos.

A história é feita de fatos concretos, devidamente comprovados, justiça e verdade, e não subjetivamente, por antipatia ou simpatia. Parece que a hora é propícia a uma reavaliação do nosso passado, de se fazer um exame de consciência e também de mudança. Somente o domínio do já vivido nos leva ao autoconhecimento para assumirmos o que somos, a fim de saber o que podemos fazer e aonde vamos.

“Os povos ressentem-se eternamente de sua origem”, preconizava Aléxis de Tocqueville. Vamos, pois, aos fatos, num passeio através

* Coronel de Artilharia e de Estado-Maior e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

¹ Transcrito do Jornal do Brasil de 11 de maio de 2000 e oportuno nesse momento em que se consolida o Ministério da Defesa no Brasil.

dos tempos, nesses quinhentos anos de existência. Pagamos até hoje o pecado original, desde nossos primórdios – posição geopolítica excêntrica em relação aos pólos do poder; o início do ciclo do ouro só se verificar no século XVIII; a escassez de recursos do colonizador para enfrentar os silvícolas, desde a priorização das atividades marítimas em detrimento das econômicas e militares.

Do efetivo total aproximado de setecentos soldados da esquadra de Cabral – recrutado à força, sem formação militar –, só ficaram nas terras achadas cinco grumetes desertores e dois degredados. Por três décadas após a viagem de Cabral, os portugueses abandonaram a Terra de Santa Cruz até as incursões de corsários ingleses e franceses.

Meio século se passara da chegada dos portugueses ao Brasil quando, diante do fracasso das donatarias e da crescente ameaça dos franceses, Tomé de Souza aportou na Bahia acompanhado apenas de seiscentos soldados, arcando com o pesado ônus da ocupação e defesa da Colônia. Isso não impediu os franceses, liderados por Villegaignon, de se estabelecerem no Rio de Janeiro, a partir de 1555, e só serem expulsos com reforços trazidos por Estácio de Sá, em 1567.

As invasões holandesas pegaram de surpresa a Colônia completamente indefesa, com oitenta soldados guarnecendo o Presídio de Salvador e um efetivo um pouco menor em Pernambuco. A incapacidade portuguesa de manter a Colônia levou a que Vieira sugerisse a venda do território ocupado aos holandeses. Só a resistência dos luso-brasileiros ao invasor na Guerra Brasílica fez com que a metrópole esgotada reunisse meios e socorresse a Colônia. As batalhas de Salvador e dos Mon-

tes Guararapes, afora os exemplos constantes de heroísmo nas páginas da história pátria, tiveram o mérito de despertar a consciência da metrópole para a necessidade de defender as terras brasileiras.

Em 1750, o Tratado de Madri, para configurar o contorno do território brasileiro, valeu-se das fortificações edificadas pelos portugueses no Brasil, desde o Forte de Macapá até o Forte de Jesus Maria José, no Rio Pardo.

A extinção do Estado do Maranhão e a elevação do Brasil a vice-reino ensejaram a reorganização militar pombalina, traduzida nas medidas adotadas pelo inglês de origem prussiana Conde de Lippe, que trouxe ao Rio de Janeiro o Tenente-General Heinrich Böhm e os regimentos de Moura, Bragança, Extremos e Elvas, para a defesa da cidade. Vale ressaltar, também, nessa ocasião, em face dos sucessos alcançados no Prata, a atuação do Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, criando a Casa do Trem (1763), sem dúvida o embrião do futuro exército nacional.

Outro marco na evolução da defesa do Brasil é encontrado nas providências tomadas pelo príncipe regente e depois D. João VI, em consequência da transladação da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro à categoria de reino-unido a Portugal e Algarve, arrimado no seu autêntico braço direto – o Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares.

As lutas para a consolidação da Independência exigiram a abertura do voluntariado e a contratação de mercenários estrangeiros, por não dispor ainda o país de força militar capaz de garantir a sua defesa. Os liberais e extremistas opunham-se à existência de uma força militar e de poder militar profissional nacio-

nal. À míngua de apoio político e de poder militar, o Império acabou perdendo a Cisplatina, incorporada denodadamente por D. João.

Caracteriza-se o período das regências por indisfarçável redução das forças militares, a pretexto de economia, como sempre. Sustam-se as promoções e congelam-se os vencimentos dos militares. Erradicam-se os estrangeiros das fileiras do Exército e burla-se o serviço militar mediante o pagamento de taxa de quatrocentos réis ou apresentação de escravos em substituição.

A Nação, despreparada para a guerra, foi levada aos campos de batalha contra López sangrando ainda dos embates anteriores com os caudilhos dos pampas, tendo de se valer dos corpos de voluntários. Embora cobertos de louros após ingentes sacrifícios, as Armas nacionais saíram da Guerra da Tríplice Aliança fortalecidas, moral e numericamente, e orgulhosas de haver cumprido com a sua missão de assegurar a integridade e a soberania da Nação, mas logo as questões de defesa mergulharam no esquecimento.

As intervenções no Prata e a Guerra da Tríplice Aliança provaram a necessidade de dispormos de poder dissuasório consubstanciado em forças compatíveis com a estatura da Nação em termos de valor, equipamento e preparo profissional.

Nesse quadro desolador, agravado pela abolição da escravatura, pelas crises políticas e pela insensibilidade do imperador, é proclamada a República. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada quase colocaram em risco a República por falta de estrutura de defesa. Os desastres das expedições militares em Canudos e no Contestado, a despeito do Exército haver restabelecido a ordem pública no cumprimento de sua missão constitucio-

nal e de ordem das autoridades legais, decorreram da estagnação da capacidade de defesa da Nação por negligência do governo. A Questão Acreana, que incorporou 152 mil quilômetros quadrados de terras ao Brasil, só no final contou com o apoio mínimo das Armas brasileiras institucionalizadas.

Em meio a esse clima, despontou, no começo do século XX, o vulto do General Hermes da Fonseca, que deu impulso à reforma militar naval e terrestre no País.

Muito concorreu para o êxito da ação de Hermes da Fonseca a política exterior desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, alicerçada em Forças Armadas profissionais e aptas para a guerra, que respaldou a demarcação de nossas fronteiras com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela.

O enfraquecimento do poder militar brasileiro é responsável pela participação modesta na Primeira Guerra Mundial. A contratação da Missão Militar Francesa, embora haja despertado o interesse pelo estudo dos problemas de defesa entre nós, na realidade preparou-nos para a guerra que passara e não para a que se esboçava no horizonte. A Era Vargas, se por um lado fortaleceu e modernizou o poder militar, por outro, comprometeu-o pela implantação do Estado Novo e a introdução do vírus político-ideológico na caserna. O próprio chefe militar da Revolução de 1930, Góes Monteiro, viria a reconhecer a necessidade de se banir a política do Exército e traçar uma política para o Exército.

A Segunda Guerra Mundial colheu a nação sem condições para empreendê-la. Os efetivos militares eram limitados e não havia planos de mobilização. A defesa do litoral, particularmente o estratégico saliente do Nortes-

te, apresentava-se por demais vulnerável. Tal quadro desolador quase nos submeteu à humilhante situação de assistir, impassíveis, ao desembarque de tropas norte-americanas nos pontos-chave de defesa do saliente nordestino. Vela ressaltar, nesse transe, a ação definitiva do General Góes Monteiro que, por meio de hábeis manobras, desencadeou em curto prazo um plano de emergência para um arremedo de defesa do Nordeste. A organização da FEB, com efetivo inicial previsto de três divisões, não se concretizou por inexistência de recursos humanos e materiais. À custa de pesados sacrifícios, as Forças Armadas, uma vez mais, superaram o desafio imposto e cobriram-se de glórias nos campos de batalhas e céus da Itália, bem como nas águas do Atlântico Sul, sem, contudo, auferirem os dividendos da paz para a nação. Em que pese a sua criminosa desmobilização prematura por questões políticas, geradora de problemas insolúveis até o presente, a FEB exerceu um importante papel reformulador no tocante aos temas de defesa e na mudança para o regime democrático.

Em decorrência da Guerra Fria, inesperadamente, não restou alternativa à Nação senão reprimir as ações de guerrilha urbana e rural, de natureza castrista e maoísta, sofrendo na carne as consequências de descuidar de sua defesa. Mediante inaudito esforço, a despeito do elevado preço pago, evitou-se a comunização do País, que podia arrastar com ele o resto da América do Sul, conforme previa o Presidente Richard Nixon.

Aprendemos por experiência própria. E, afinal, foram lançadas as bases de uma doutrina de defesa brasileira. Chegamos a esboçar a libertação da dependência externa com o florescimento de uma indústria bélica nacio-

nal. Avançamos bem com o projeto nuclear e recuamos sem tirar algum proveito político internacional. Procuramos ocupar e integrar a Amazônia, por último através do Projeto Calha Norte, depois negligenciado. Vimos colaborando com os organismos internacionais participando de operações de paz pelo mundo afora desde o envio do primeiro contingente do Batalhão Suez, em 1957, sem considerarmos previamente os interesses vitais do Brasil e o perigo de nos transformarmos em gendarmes a serviço de grandes potências.

A Segunda Guerra Mundial ditou a criação do Estado-Maior Geral em 1946, dois anos mais tarde transformado no EMFA, com a finalidade de planejar a organização e o emprego das Forças Armadas na defesa do País. Passaram-se mais de cinqüenta anos, contudo, sem que as questões de defesa fossem tratadas com a devida objetividade e se tornassem consequentes.

Enfim, acabamos de assistir à criação do Ministério da Defesa, depois de perdidas boas oportunidades em mais da metade de um século de elaborarmos uma efetiva e eficaz política de defesa. Esperamos que o Ministério da Defesa proporcione a ansiada integração das forças militares, traga economia, garanta unidade de comando, conduza à modernidade, à racionalidade e, sobretudo, à operacionalidade para otimizar o sistema de defesa da Nação.

Na verdade, a Nação brasileira só se preocupou com os problemas de defesa nos momentos de crise e não se conscientizou, até hoje, de que a defesa resulta diretamente da vontade coletiva e individual de cada um e de todos os seus cidadãos quererem se defender. A defesa não pode desconsiderar as raízes da própria Nação nem deixar de estar em sintonia com o verdadeiro sentir, as aspirações e

os valores de seu povo. Numa sociedade livre, se os valores da nacionalidade forem confundidos, muito provavelmente a estratégia de defesa será deturpada. O espírito de defesa emana da vontade de governados e governantes e tem expressão no dever ou imperativo categórico que, por lei, é exigido de todos os cidadãos indiscriminadamente. O cidadão não tem dever algum para com o governo que não possua condições de defender a nação, argumentava Hobbes.

Qualquer balanço sobre o passado não pode ser exclusivamente otimista ou pessimista. Apesar dos pesares, a nossa identidade na-

cional e a unidade territorial e unidade lingüística foram mantidas ao longo desses quinhentos anos. A Nação brasileira tem dado soberanas provas de que não somos militaristas nem alimentamos sonhos imperialistas. Desejamos, porém, uma nação menos vulnerável, que leve a sério o problema da defesa. Há que se preservar o legado precioso transmitido pelos nossos antepassados, garantindo a nossa soberania e integridade territorial. O momento, como dito no início, induz a reflexões. Seria recomendável, pois, lembrar uma frase de Perón, em 1973: *"No final do milênio, estaremos unidos ou seremos dominados."* ☐

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



História da Amazônia

Jean Soublin

Jean Soublin é um conhecido romancista e historiador francês com numerosas obras publicadas. Pode ser considerado como um dos melhores brasilianistas da França. Trata-se de um relato histórico sem os rigores acadêmicos, o que o torna acessível a todos os tipos de leitores. O autor faz uma rápida descrição das diversas regiões, relata as tentativas de colonização, comenta a expedição de Pedro Teixeira até Quito, descreve as negociações do Tratado de Madri de 1750, cita as lutas contra os franceses da Guiana e os holandeses do Suriname e a ampliação das fronteiras até aproximadamente os limites contemporâneos, entre outros inúmeros fatos até 1980.

A questão da segurança nacional reconsiderada¹

*Ivan Fialho**

A questão da segurança nacional no Brasil deve ser reconsiderada com base em novo paradigma das relações internacionais e do papel do Estado, decorrente do processo de globalização, com seus reflexos políticos, econômicos e sociais.

Esse paradigma, já estruturado há vários anos, sofreu significativo impacto a partir dos ataques terroristas aos EUA em 11 de setembro de 2001. A questão da segurança passou, então, a ser revalorizada para os países do G-7, projetando ainda mais os EUA como potência hegemônica militar e líder mundial na guerra contra o terrorismo, desencadeada em reação àquele episódio.

Nesse novo ambiente estratégico, a dimensão econômica da segurança nacional continua a ser, no entanto, preponderante para os países emergentes cujo entorno regional é pacífico, enquanto a dimensão militar não sofre grande variação, tendo em vista a

posição estrategicamente marginal desses países na luta internacional contra o terrorismo.

Esta situação torna ainda mais necessário, se bem que mais difícil, convencer à sociedade e, em particular, às elites políticas da importância da dimensão militar e da correspondente alocação de recursos para a defesa.

Procuraremos mostrar que o Ministério da Defesa (MD) e seu braço acadêmico, a ESG, devem adotar nova visão ampliada e multidisciplinar do conceito de segurança nacional, ao lado do novo papel do Estado, no que se refere ao planejamento da Defesa Nacional.

A abordagem do tema será teórica, sob a perspectiva principal dos países emergentes especialmente os da América do Sul.

Dimensões da Segurança Nacional

Apesar de a segurança nacional constituir-se num conceito integrado e sistêmico, envolvendo todas as expressões do poder nacional, generaliza-se a concordância de que, nessa era da globalização, a expressão econômi-

* O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ESG.

ca tende a ser preponderante, condicionando fortemente a atuação do Estado na conquista dos objetivos nacionais.

Trata-se de nova visão da segurança no período pós-Guerra Fria e sob o advento da globalização. Assim, a segurança, que tinha forte conotação militar, passa a abranger outras necessidades correspondentes e novas estruturas relativas aos fatores econômicos e sociais, questões populacionais e ambientais, além da tecnologia.²

Desse modo, questões relativas à competição por mercados no cenário internacional; os rápidos movimentos do capital especulativo; os fluxos de investimentos das grandes empresas multinacionais; a premente dependência de capital estrangeiro para fechar a conta de transações correntes; os pesados serviços da dívida pública; os embates entre livre comércio e protecionismo, enfim, essas e outras questões econômicas e financeiras tendem cada vez mais a condicionar as relações internacionais, passando a se constituir no enfoque principal da política e da diplomacia, especialmente para os países emergentes.

A busca tanto da estabilidade econômica por meio de apropriada política fiscal quanto de maiores níveis de credibilidade no cenário internacional para atrair investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, evitar a fuga de capital passou a ser objetivo de governo fundamental e importante fator de segurança nacional, sob a nova visão ampliada. Isso porque a dependência de capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamen-

tos se tornou a mais grave vulnerabilidade estratégica dos países emergentes que apresentam desequilíbrio nas contas públicas, pelo risco da inadimplência financeira no mercado internacional, o que afetaria a credibilidade do País e realimentaria o círculo vicioso da dependência.

Essa situação de risco de instabilidade econômica e financeira não é apenas conjuntural; antes, apresenta certo caráter estrutural, dada a volatilidade do capital e a rápida propagação de crises financeiras entre países, além do pesado estoque da dívida pública acumulada ao longo de muitos anos. O desenvolvimento econômico forçosamente é afetado pela redução dos investimentos produtivos, o que gera estagnação, desemprego e deterioração da infra-estrutura viária e do parque industrial com graves reflexos negativos sobre a estabilidade política e social e, em consequência, sobre a segurança.

Essa breve análise é corroborada por Gilberto Dupas que no artigo “Armadilhas da Inserção Global”, referindo-se à América Latina, afirma que “os déficits comerciais causados pelo aumento excessivamente desproporcional das importações – mais o crescimento dos juros da dívida externa e da remessa de lucros – criaram um buraco estrutural crescente na balança de transações correntes desses países, tornando-os progressivamente reféns do investimento externo e mais expostos à volatilidade global”.³ (grifo nosso)

Na mesma linha, Antônio de Lacerda, ao abordar a questão do aumento do déficit ex-

² Ziba Moshaver - Palestra no II ENEE/USP, 1995 - “Estratégia das Potências Emergentes”, publicada nos respectivos anais “Estratégia no novo cenário mundial”, organizado por Braz Araújo-Naippe/USP.

³ Gilberto Duplas - Artigo “Armadilhas da Inserção Global”. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 5/5/01.

terno brasileiro, defende uma atitude mais protetiva do Estado, porque “é preciso agir para evitar que o aumento da vulnerabilidade externa não venha significar, em futuro próximo, ruptura da trajetória de crescimento da economia e inviabilizar nosso desenvolvimento.”⁴ (grifo nosso)

Vemos, portanto, que, no quadro da globalização, a vulnerabilidade externa de ordem financeira, condicionando a estabilidade econômica, passa a representar a principal dimensão da segurança nacional para diversos países emergentes, inclusive o Brasil.

Essa visão mais elástica da segurança está de acordo com o enfoque do Ministro da Defesa Geraldo Quintão, para quem a criação do Ministério da Defesa “tornou possível a abordagem mais abrangente e multidisciplinar das questões de defesa, cuja complexidade envolve atores extra-estatais, transcende fronteiras e perpassa, muitas vezes, o aspecto puramente militar”.⁵

O Ministro da Defesa em outra passagem se refere “às ameaças não ortodoxas, para as quais não se aplica resposta militar tradicional, como por exemplo, o crime organizado, o terrorismo cibernético e a instabilidade político-social”. (grifo nosso)

Expressão econômica versus expressão militar do poder nacional

Nesse contexto de riscos e ameaças de natureza financeira, a expressão econômica se torna o foco principal da ação política do

Estado, especialmente se no âmbito regional prevalecer um clima de paz e harmonia entre os países vizinhos, pela ausência de ameaças militares ou de conflitos que gerem crises não administráveis diplomaticamente, a exemplo da América Latina.

Mesmo no âmbito mundial, segundo Rolf Kuntz, “a força econômica é a fonte mais importante do poder nacional, não importa o que digam os professores, pesquisadores e especialistas treinados no dia a dia da política internacional”. O jornalista se baseou numa enquete sobre o que fazia diferença no sistema mundial de poder, realizada em Davos, Suíça, em janeiro de 2001. Noventa pessoas debateram o tema sob coordenação do historiador Paul Kennedy e apontaram numa lista de cinco a força econômica como fator de maior peso na formação do poder nacional (59%), contra (16%) da capacidade e vontade de projetar o poderio militar, (9%) da autoridade moral e coesão política, (9%) do apelo cultural ideológico e (6%) da tecnologia avançada.⁶ Conforme será exposto, a seguir, essa realidade mudou para os países do G-7, após o Onze de Setembro de 2001.

Sob esse quadro, a diplomacia tende a valorizar mais a negociações econômicas e os acordos comerciais trabalhando em prol das exportações e da conquista de mercados, além da defesa dos interesses nacionais junto aos organismos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio. Assim que, nos Estados Unidos, segundo Joelmir Betting, o governo Bush “passa a dar a corda

⁴ Antônio C. de Lacerda - Artigo “O Aumento do Déficit Externo Brasileiro” - Jornal *O Estado de S. Paulo*.

⁵ Geraldo Magela da Cruz Quintão, Ministro da Defesa. Palestra Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro, proferida no Instituto Rio Branco, em 28 de agosto de 2000.

⁶ Reportagem de Rolf Kuntz, enviado especial a Davos - Jornal *O Estado de S. Paulo* - 31/1/2001.

*toda à diplomacia norte-americana, no exato figurino nas políticas externas de matriz republicana. Com a novidade estratégica: a diplomacia econômica ganhará mais espaço na agenda do Departamento de Estado e abrirá uma janela na muralha do Conselho de Segurança Nacional”?*⁷ Essa estratégia foi reajustada após o Onze de Setembro, em virtude da guerra permanente contra o terrorismo. De qualquer modo, a diplomacia econômica continua relevante.

No caso do Brasil, a já apontada vulnerabilidade às turbulências do mercado financeiro internacional e a maior valorização dos assuntos econômicos-financeiros nas relações internacionais foram comentadas pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, para quem “*a nós e a outros países, afeta-nos mais o que diz a Moody's (Agencia de Consultoria Internacional) no rating financeiro. O FED (Banco Central dos Estados Unidos) e as taxas de juros nos atingem mais diretamente do que a ação do Departamento de Estado. A decisão de onde os fundos de pensão vão investir nos afeta mais do que o Pentágono*”⁸.

A subvalorização das questões militares é explicada, no caso brasileiro (mas no nosso entender válido para outros países emergentes), por Eliezer Rizzo de Oliveira pela denominada “*Teoria da Inexistência de Risco Iminente*”. Segundo essa teoria, “*o sistema político responderia a necessidades bem definidas. Se não exis-*

*tem pressões para o Governo Federal definir e implementar uma efetiva política militar, não há resposta nesta direção, a exemplo de um sistema político em interação com seu meio ambiente social. Não havendo ameaças ou se não são percebidas como tais, ela não se transforma em questões políticas; portanto não sensibilizam os partidos e os eleitores”*⁹.

A propósito, para Antônio Carlos Pereira, cabe ao Governo (Presidente da República e Ministro da Defesa) definir claramente o que quer das Forças Armadas porque “*em países como o Brasil, onde as questões de segurança são secundárias e raramente entram no debate público, não se pode esperar que a sociedade se manifeste sobre que Forças Armadas quer e para que*”¹⁰.

Para o Ministro Quintão, “*nas últimas décadas, a sociedade civil brasileira, amortecida por 130 anos sem conflito armado com os países vizinhos, sem contemplar inimigos evidentes e havendo vivenciado 25 anos de regime autoritário, perdeu o contato com o tema da defesa*”. Desse modo, prossegue, “*o monopólio que os militares exerceram por muito tempo sobre temas relacionados à segurança impediu a formação de uma cultura de defesa*”.

Além da vulnerabilidade externa quanto à necessidade de investimentos diretos estrangeiros (IDE) para cobrir o déficit do balanço de pagamentos, o Brasil, à semelhança dos demais países emergentes, apresenta tam-

⁷ Joelmir Betting – Artigo – “Por uma Pax Americana”. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 21/1/2001.

⁸ Entrevista de Celso Lafer na véspera de sua posse como Ministro das Relações Exteriores, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo* – 28/1/2001.

⁹ Eliezer Rizzo de Oliveira e Samuel Alves Soares – versão preliminar do documento “*Forças Armadas, Direção Política e Formato Institucional*” – apresentado no seminário “*Democracia e Forças Armadas nos Países do Cone Sul*”, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 26 e 27 de abril de 1999.

¹⁰ Geraldo Magela da Cruz Quintão, Ministro da Defesa. Palestra Defesa, Diplomacia e o Cenário Estratégico Brasileiro, proferida no Instituto Rio Branco, em 28 de agosto de 2000.

bém importante vulnerabilidade interna de ordem socioeconômica derivada dos altos índices de desigualdade social e regional. Esta situação gera exclusão e marginalidade social, minando o senso de cidadania e os sentimentos de coesão e identidade nacional, fundamentais para a integridade de um sistema de defesa nacional, como já foi destacado pelo Ministro Quintão. Essa compatibilização entre a superação das dificuldades socioeconômicas internas e a credibilidade do aparato de defesa está ressaltada na Política e Defesa Nacional, quando estabelece que “*a implementação de uma política de defesa sustentável... depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais...*”¹¹

Novo Paradigma

Novos atores não estatais – as Organizações não Governamentais (ONG) – têm crescido de influência no cenário internacional em termos ligados à ecologia e ao ambiente, aos direitos humanos e à redução da pobreza e da desigualdade social. Integram uma verdadeira sociedade civil internacionalizada, dada a facilidade das telecomunicações e da Internet e que pressiona os países na defesa dos seus interesses e objetivos.

Por outro lado, no âmbito do processo de globalização, os países emergentes, ao implementarem suas estratégias nacionais, sofrem ainda fortes condicionamentos externos derivados da atuação das empresas multinacionais, dos grandes investidores de capital e dos orga-

nismos internacionais de financiamento e de controle do comércio exterior e do desenvolvimento de material de defesa.

Sob esse novo quadro, os estados-nação procuram balizar e administrar sua inserção no mundo globalizado com menores custos sociais e sacrifício, preservando uma margem razoável de autonomia para tomada de decisões estratégicas. Desse modo, cabe ao Estado definir um projeto próprio de desenvolvimento nacional, o que implica a existência de vontade política para efetuar as reformas necessárias, fortalecer as instituições e superar deficiências estruturais visando ao bem comum.

Para contrabalançar os efeitos da globalização, os Países, em especial os emergentes, buscam a regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos e políticos, visando à defesa dos interesses nacionais comuns. Dá-se uma relativização do conceito ou, pelo menos, do exercício da soberania nacional, em benefício da convergência política e estratégica e da defesa dos interesses do bloco. Conforma-se, assim, novo paradigma para o planejamento político-estratégico de cada estado-nação o qual sofre maiores condicionamentos e limites de origem externa.

Gera-se, por outro lado, a necessidade de modernização ou de reconstrução do Estado. Tarefa fundamental, em que o Estado, em sintonia com a nação, desenvolve um projeto nacional sob uma legítima concepção político-estratégica que oriente as decisões governamentais visando à conquista e à manutenção dos interesses e dos objetivos nacionais. Política e estratégia de Estado que balizem a vida nacio-

¹¹ Almirante Mário César Flores – Artigo “Destino Histórico”. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 1/5/2001.

nal sob um horizonte de tempo maior, mas “com a flexibilidade capaz de permitir pequenos ajustes em função da rotatividade democrática, conforme o Almirante Flores”.

É compreensível, portanto, que, nesse contexto, o desenvolvimento, ao lado da dimensão econômica, seja preponderante em relação à dimensão militar.

Quanto aos países do G-7, principalmente os EUA, os ataques terroristas de 11 de setembro deram origem a um novo quadro em que a segurança passou a preponderar, com a dimensão militar sobrepondo-se à econômica. A luta contra o terrorismo em nível mundial, capitaneada pelos EUA, representa verdadeiro estado de guerra permanente, descharacterizando a clara distinção anterior entre guerra e paz. Questões militares tornam-se prioritárias e passam a condicionar a estratégia dos Estados Unidos e de seus aliados.

Nessa situação, ao se valorizar a segurança, fortalece-se o Estado, contrabalançando o seu enfraquecimento e desprestígio provocados pelo processo da globalização.

A propósito, o Presidente Fernando Henrique ao discursar na 43ª Assembléia de Governadores do BID, fez referência à agenda de segurança adotada depois dos atentados terroristas contra os Estados Unidos, a qual não pôde abafar os anseios de desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos que dependem do comércio para crescer.¹²

O Embaixador Rubens Ricúpero, por sua vez, referindo-se ao pós-11 de setembro, afirma que “o atual momento histórico está marcado por três características: volta do predo-

mínio do político sobre o econômico, volta do poder do Estado sobre os mercados e terceiro, os realinhamentos em curso obedecem não à lógica dos mercados, mas à lógica do que Oliveira (Oliveiros S. Ferreira) denomina de Grande Estratégia”.¹³

A Segurança no Brasil

Partindo de um conceito ampliado de segurança que ultrapassa a dicotomia clássica segurança x desenvolvimento podemos afirmar que a principal razão de insegurança e que se constitui, por isso, numa vulnerabilidade estratégica do País é a dependência do capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos, o que condiciona, decisivamente, o desenvolvimento e a estabilidade econômica e política.

Por outro lado, a volatilidade do capital especulativo expõe o País a riscos de crises financeiras com todas as suas consequências políticas, econômicas e sociais, conforme exemplo atual da Argentina, além das crises nos últimos anos no México, na Rússia, nos Tigres Asiáticos e aqui mesmo, no Brasil, em 1999.

Trata-se de uma situação de forte caráter estrutural cuja solução exige planejamento e mudanças de longo prazo, apesar de alta sensibilidade a acontecimentos conjunturais.

Desse modo, torna-se questão de Estado e não apenas de governos a busca, numa primeira fase, do fortalecimento das instituições políticas e econômicas e do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, além da redução da pobreza e das desigualdades sociais, tudo

¹² Editorial “Dura Crítica ao FMI e aos EUA” - Jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 mar., 2002.

¹³ Citação da orelha do livro *A Crise da Política Externa - Autonomia ou Subordinação*, de Oliveira S. Ferreira, Ed. Revan.

visando a criar um clima de estabilidade política, jurídica e social, de modo a poder atrair investimentos externos de capital, de forma regular e compatível. Estaria assim afastado o risco de crises financeiras e a dependência de ajuda externa, principalmente dos EUA e do FMI. Numa segunda fase, buscar-se-ia elaborar e implementar um projeto nacional de desenvolvimento que fortalecesse o mercado interno e permitisse elevar a poupança interna, de modo a neutralizar progressivamente a vulnerabilidade financeira externa, levando o País a deixar a condição de “economia subordinada e dependente da aprovação e da boa vontade do capital externo”, nas palavras de Rolf Kuntz.

A segurança nacional em sua acepção ampliada ficaria, portanto, fortalecida.

Como sensibilizar, portanto, as elites políticas e a sociedade da importância da dimensão militar da segurança que, apesar de não ser prioritária, precisa ser considerada de modo a permitir ao País dispor de um Sistema de Defesa Nacional compatível?

O segmento militar precisa compreender que, no atual momento histórico, o País deve neutralizar as principais vulnerabilidades estratégicas de ordem financeira e econômica, o que passa a representar os objetivos de governo prioritários. No entanto, esse esforço visa, também, à segurança nacional, sob um conceito ampliado e atualizado. A defesa, representando a dimensão militar da segurança, estaria, desse modo, num segundo plano. Isso poderia ser encarado como uma decisão política racional, não só de governos, como, sobretudo, de Estado, desde que, realmente, fosse uma opção estratégica sob risco calculado. Na verdade, representa, no entanto, omis-

são e falta de preocupação com temas estratégicos, conforme já comentamos.

O principal obstáculo reside na concepção tradicional de se associar à defesa nacional ameaças externas e concretas à soberania, especialmente no que se refere à integridade territorial. Por outro lado, constituindo-se a América do Sul numa região pouco militarizada e pacífica, conforme visão do Itamarati, onde existe “um verdadeiro anel de paz em torno do País”, de acordo com a Política de Defesa Nacional, é bastante explicável que a sociedade questione a validade dos gastos de defesa e até da própria existência das Forças Armadas. Daí, inclusive, que se deriva o clamor de emprego dos militares na segurança pública ou em outras atividades subsidiárias de múltiplas naturezas.

Tendo-se superado, parcialmente, o sentimento de revanchismo contra os militares, associado à rejeição do termo segurança nacional (praticamente suprimido da Constituição de 1988), já há espaço na *intelligentsia* brasileira para se discutir de forma madura e racional a questão da segurança nacional. (A conotação afetiva e negativa do termo ainda resiste, no entanto, como mostra o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de maio de 2001, quando se refere “à famigerada lei de segurança nacional que, por motivos mais do que sabidos, se tornou indissociável do autoritarismo militar que submeteu a sociedade brasileira durante muitos anos”. E prossegue afirmando que “era preciso de fato livrar o ordenamento jurídico dessa desgastada expressão – segurança nacional.) O fortalecimento democrático do País, ao lado da profissionalização das Forças Armadas e decorrente supremacia do poder civil, concorre para que o conceito de segurança nacional seja tratado de forma

desarmada e desapaixonada como ocorre nos países mais desenvolvidos.

A sensibilização do Congresso quanto às questões de segurança e defesa é uma tarefa não muito fácil, dado o desinteresse dos parlamentares em relação a esse e a outros temas estratégicos. Pela mesma razão essa questão tem de ser de iniciativa do Executivo, como aliás tem acontecido. Ainda segundo Rolf Kuntz, “*políticas de Estado e grandes questões de interesse nacional foram quase sempre, desde antes da República, formuladas pelo Poder Central (Executivo)*”.¹⁴

Acrescentamos que, no âmbito do Executivo em se tratando de questões de segurança e defesa, a iniciativa quanto à elaboração de políticas e estratégias deve ser das Forças Armadas, sob coordenação do Ministério da Defesa, dado o alheamento do Governo a esse tema. Na verdade, as únicas exceções a esse histórico distanciamento de temas estratégicos de segurança e de defesa, de parte do Governo, foram a iniciativa do Presidente da República de determinar a elaboração da Política da Defesa Nacional em 1996 e a criação posterior do Ministério da Defesa.

Em primeiro lugar, o Ministério da Defesa junto com as Forças Armadas “deve fazer a lição de casa”. Isto é, efetuar um planejamento estratégico de defesa nacional próprio de uma potência média na ausência de ameaças concretas e definidas. Atualizar a concepção estratégica de defesa que enfatizava a continentalidade, a defesa das fronteiras terrestres, a guerra na Bacia do Prata e, em consequência, sobrevalorizava o poder militar terrestre. Reavaliar a maritimidade, a defesa das águas territoriais e das fronteiras marítimas, desse modo

revalorizando o poder naval. Reconsiderar a estratégia da Presença, aplicada pelo Exército, que cumpriu significativo papel histórico na ocupação do território e na preservação da unidade social, mas que precisa ser reajustada aos tempos atuais e futuros (na Amazônia, no entanto, continua a ser fundamental). Organizar e articular forças militares baseadas em capacidades e não mais em ameaças, redimensionando os efetivos e balanceando a força ativa com o componente da reserva, seguindo a tendência dos principais países.

Esses estudos e medidas resultariam num plano de reestruturação do poder militar a ser implementado em 10 ou 15 anos, o que fundamentaria melhor a demanda por recursos orçamentários.

Desse modo, amparado em argumentos de relação custo-benefício, os gastos de defesa seriam mais racionalmente justificados e aceitos em nível de Governo e de Congresso.

Esse plano de reestruturação do poder militar visaria montar um sistema de defesa nacional compatível e adaptado ao novo cenário internacional e principalmente regional, largamente discutido junto à sociedade, de modo a tornar-se um projeto nacional, e não apenas dos militares. A ESG poderia ter grande papel nesse mister.

O plano consideraria a grande vulnerabilidade estratégica representada pelo estado crítico da segurança pública. As Forças Armadas poderiam desempenhar papel mais significativo, se bem que coadjuvante aos órgãos de segurança pública, no combate aos ilícitos transnacionais (narcotráfico e contrabando de armas), sem prejuízo da sua missão essen-

¹⁴ Rolf Kuntz - Artigo “A frustração de Marcus Tavares” - Jornal *O Estado de S. Paulo*, 4/4/2002.

cial de defesa externa, visto que o problema da segurança pública já se tornou de segurança nacional e que o País não dispõe, ainda, de polícia de fronteira ou de guarda costeira. Essa maior participação serviria, inclusive, de argumento para se angariar maior apoio da opinião pública aos militares.

A propósito da relevância da segurança, o então Secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill afirmou, ao tratar de investimentos estrangeiros, que *“o Brasil paga juros altos porque o mercado receia a corrupção, a insegurança e a falta de respeito à lei”*. (grifo nosso)¹⁵

Outro ponto a destacar junto à sociedade é que a guerra contra o terrorismo envolve todo o mundo ocidental e que o Brasil, visando maior projeção no cenário internacional, precisa dispor de instrumento militar para atuar, se necessário, integrando uma força aliada, até mesmo em operações de imposição da paz.

Por tudo isso, precisamos contar com um poder militar compatível com a postura estratégica do País no cenário internacional, o que representa gastos e alocação de recursos orçamentários.

A questão Segurança Nacional, os militares e a sociedade

Os militares precisam assumir uma posição mais proativa quanto à segurança nacio-

nal, procurando compreender melhor as razões da ignorância ou desinteresse das elites e da sociedade em relação ao tema, procurando obter seu apoio com novos argumentos, a partir de medidas concretas de reestruturação do poder militar, sob nova concepção estratégica ajustada aos novos cenários.

A ESG poderia ter atuação significativa nesse sentido, disseminando uma cultura de defesa calcada num conceito ampliado de segurança nacional.

Cumpre destacar que, ao adotar um conceito ampliado de segurança e, em consequência, de defesa nacional - além da conotação militar -, o currículo do CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) ficaria enriquecido, tornando-o, assim, mais atraente para outros segmentos da população.

A propósito, a recente transformação da Doutrina de Ação Política no Pensamento Estratégico da ESG, passando de um enfoque normativo já não mais aceito nos segmentos acadêmico e jornalístico, além de não mais necessário no atual momento histórico-nacional, para outro enfoque teórico mais consentâneo com o novo papel da ESG centrado no ambiente de defesa representa um significativo ponto de inflexão na evolução do pensamento da ESG e, por isso, deveria ser mais bem difundida. ☺

¹⁵ Paul O'Neill. Reportagem de Rolf Kuntz - Jornal *O Estado de S. Paulo* - 2/2/2002.

A segurança do Estado brasileiro diante das ameaças características do limiar do século XXI

*Gustavo de Souza Abreu**

RESUMO

Este ensaio pretende apresentar reflexões acerca dos fenômenos que ameaçam o Estado brasileiro, destacando o papel das Forças Armadas, a partir de um contexto analítico que compreende alguns elementos conceituais no campo da segurança, elaborados com este propósito. Posiciona-se no contexto histórico do presente, considerando o cenário internacional e a realidade interna, identificando e caracterizando as ameaças mais relevantes. Considera a mudança do eixo de centralidade das relações internacionais do pós-Guerra Fria, que passou da postura essencialmente estratégico-militar para a postura econômica, por conta do avanço aparentemente irrefreável do neoliberalismo sob impulso da globalização, sem deixar de levar em conta o ajuste desse eixo decorrente dos atos terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança, Estado brasileiro, ameaças à segurança do Estado brasileiro

Qualquer reflexão acerca das relações interestatais contemporâneas, especialmente quando envolve a questão da segurança dos Estados, passa, necessariamente, pela análise das profundas alterações

no sistema internacional decorrentes do término da Guerra Fria.

O término da Guerra Fria – didaticamente caracterizado pelos importantes fatos históricos que marcaram o final da década de 1980

* O autor é Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Colaboraram os Cel Inf Raúl José de Abreu Sturari, Ten Cel Art Eduardo Rodrigues Schneider e Maj QEM José Carlos da Silva.

e início de 1990, quais sejam, a queda do Muro de Berlim (1989), a invasão do Kuwait (1990), a Guerra do Golfo e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) – redundou no fim do sistema bipolar e na conseqüente consolidação da superpotência norte-americana como ator hegemônico único, além de favorecer um espetacular avanço da globalização. Esses três imbricados fenômenos são essenciais para a compreensão da arquitetura mundial contemporânea no início do século XXI.

O fim da bipolaridade – não obstante o grande mérito de afastar o perigo de uma hecatombe nuclear – liberou manifestações de diversos matizes, uma vez que deixou de existir o equilíbrio simétrico EUA-URSS, em torno do qual se alinhava, por escolha ou imposição, a grande maioria dos Estados, impondo um “abafamento” de tensões potenciais, por força de uma ordem claramente estabelecida. A dissolução da era bipolar – substituída por uma unipolar, ou multipolar, como preferem alguns analistas – implicou o surgimento de ameaças que os Estados têm dificuldade de manejar e de apresentar respostas adequadas.

A consolidação de um único ator hegemônico determina novas posturas estratégicas por parte dos “órfãos” da antiga ordem, notadamente após o fato histórico do 11 de Setembro. A hegemonia, como ensina a História, sugere uma dimensão imperialista, com pouca probabilidade de ajuste da balança do poder mundial a curto e médio prazos.

A globalização acelerou-se no pós-Guerra Fria e tornou o mundo uma grande aldeia, incrementando o fenômeno da transnacionalidade, que alcança praticamente todas as suas partes. Por um lado, permite o livre fluxo de

bens, pessoas e culturas, mas por outro, dificulta sobremaneira a ação do Estado tradicional. Não obstante os inúmeros benefícios que passou a proporcionar à humanidade, traz, entre outras nefastas conseqüências, a facilitação dos crimes transnacionais que, pela sua natureza, constitui um dos maiores problemas para os Estados no campo da segurança.

O CENÁRIO INTERNACIONAL E OS REFLEXOS PARA O BRASIL

A arquitetura mundial contemporânea

Nos primeiros anos do século XXI, a nova ordem internacional é “especialmente caracterizada pela emergência descontrolada de forças (...) que apenas dormiram embaladas pelos ruídos da Guerra Fria” (Lessa, 2001). As ameaças em si não são novas. Entretanto, a intensidade e os matizes como se apresentam no cenário internacional, favorecidos pela arquitetura da difusa ordem em formação, representam novos desafios à segurança dos indivíduos e das comunidades e, por extensão ou não, dos Estados.

O Estado-nação, apoiado na trilogia território-povo-governo soberano, a partir da concepção doutrinária decorrente do Tratado de Westphalia, de 1648, “não é capaz de assimilar a dimensão planetária que os processos sociais vêm assumindo em praticamente todos os campos. Dessa maneira, a tradicional associação entre povo, território e governo soberano perde continuamente seu significado à medida que mercados se interligam, de modo crescente, corporações industriais e financeiras têm seu raio de ação definido em termos de mercados globais, questões como

meio ambiente e narcotráfico não podem ser tratados nos limites territoriais de um Estado, e redes de comunicação interativa se estendem por todo o planeta." (Sato, 2000). Assim, no mundo atual, o trato dos Estados com questões relacionadas à segurança requer o manejo de variáveis complexas, nem sempre advindo soluções adequadas.

Ao refletir sobre segurança – sob enfoque internacional, hemisférico, regional ou nacional –, há de se considerar o inexorável peso político-militar, econômico e cultural dos Estados Unidos. A política exterior norte-americana, segundo Cervo (2002), "modificou-se em 1989, quando a contenção do comunismo deixou de ser o vetor. Desde então, outras tradições imprimiram coerência à ação externa, como a determinação de ditar regras do sistema internacional em função de seus interesses e valores, particularmente a hegemonia global".

O duro golpe do 11 de Setembro empreendido pela ação do terror – definido pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, como "*the unknown, the uncertain, the unseen, and the unexpected*" – abalou profundamente a expressão psicossocial do povo norte-americano, determinando que o pêndulo da política externa abandonasse a tendência da cooperação racionalista de vertente grociana-kantiana, observada ao longo da década de 1990, e pendesse para o realismo de inspiração hobbesiana-maquiavélica.

Muitos analistas norte-americanos cogitam sobre o "papel pivotal dos Estados Unidos para prevenir e gerir conflitos", sendo este papel fundamentado "no fato de ser a maior potência econômica e militar do mundo, no apelo de sua cultura e instituições e na capacidade de promover coalizões, sendo exercido com o uso da for-

ça quando necessário, tanto por motivações humanitárias quanto por interesses próprios unilaterais". (Nye apud Cervo, 2001).

Núñez, ao analisar o desafio estratégico dos EUA em promover a segurança cooperativa do continente, prefere dar à hegemonia norte-americana uma conotação de "liderança", argumentando que existe um medo infundado dos países mais fracos em aceitá-la, sob o risco de serem dominados.

"Hegemony is not a dirty word, but its usage today often elicits negative and visceral responses because it is interpreted as imperialism, when it actually connotes leadership. Thus, the key issue is how leadership is used – for good or bad ends." (Núñez, 2002)

Mas, segundo outros analistas, "o papel pivotal dos Estados Unidos para manter a ordem e a segurança no mundo tem pouca chance de vingar como novo paradigma geoestratégico, em virtude da visão unilateral e introspectiva da ordem internacional, da baixa capacidade de diálogo, do peso do xenofobismo mormente em períodos eleitorais e da dificuldade de tolerar interesses de outros povos e comunidades em jogo nas relações internacionais." (Cervo, 2001)

"Para os estrategistas da atual administração republicana os países são apenas mapas, desenhos, traços no papel. Eles aparentemente não se dão conta de que dentro dos territórios há povos, história, cultura e complicadas relações políticas, religiosas e sociais." (Pericás, 2003)

Reflexos para o Brasil

Enfocando os reflexos da nova arquitetura mundial no âmbito regional, alguns sintomas são característicos e marcam a transi-

ção na América Latina a partir do término da Guerra Fria. Há uma integração mais intensa com o mundo. Na política, as instituições democráticas substituem os aparatos ditatoriais; o reativo nacionalismo da política exterior é abandonado na maioria dos países; há uma aproximação com os Estados Unidos e a Europa, reforçando os vínculos ocidentais. Na economia, procede-se a uma abertura de mercados; atenua-se o protecionismo como medida de segurança ao modelo de desenvolvimento que privilegiava a substituição de importações; as moedas caminham para posições mais estáveis. Quanto à segurança, a região criou instituições de controle, além de fomentar a confiança mútua, proporcionando um grau de tensão e de conflitos muito baixo, ainda que existam pontos de atrito.

Discutir segurança da América Latina implica, necessariamente, considerar a política externa dos EUA. Souto Maior (2001) destaca que a política de Washington constantemente perseguiu dois objetivos: excluir do hemisfério ocidental rivais ou forças hostis — Cuba é um exemplo histórico — e assegurar o domínio político e econômico sobre a região. Entretanto, com o fim da bipolaridade, já não se podia cobrar defesa contra a ameaça comum, o perigo comunista. O domínio político e econômico continua presente, “mas os meios de ação e as preocupações imediatas passaram a ser outros”.

No contexto da ordem em formação, o Brasil procura definir a sua estratégia de inserção internacional. Segundo o professor argentino Bernal-Meza (2002), essa estratégia baseia-se em dois pilares fundamentais. O primeiro é a demarcação da região sul-americana como área de influência pela via da integra-

ção regional. O segundo pilar é o multilateralismo, tanto na área de segurança como na econômico-comercial, em contrapeso com a hegemonia hemisférica norte-americana, “dentro de uma política exterior universalista que rejeita o alinhamento automático com os Estados Unidos”.

Diante dessa nova realidade, o Estado brasileiro — a organização legítima com autoridade para prover a segurança nacional — reage um tanto atônito, procurando a melhor maneira de enfrentar esses novos desafios. Para isso, precisa estar seguro, dispor de políticas, estratégias e instrumentos de ação adequados, admitir novos conceitos, interpretar as novas tendências e fazer escolhas adequadas, de modo a não colocar em risco as suas conquistas e os seus interesses.

ELEMENTOS CONCEITUAIS

O objeto da segurança do Estado são as conquistas e os interesses nacionais. São de difícil caracterização, mas é pertinente considerar que estão traduzidos na Constituição Federal e percebidos nas manifestações da classe política, dos setores acadêmicos e da sociedade civil.

O sentido da segurança do Estado que orienta as políticas e estratégias a empreender é função do valor que a nação atribui às suas conquistas e aos seus interesses e da natureza e intensidade das ameaças capazes de comprometê-los. Assim, conquistas, interesses, ameaças, políticas e estratégias são elementos essenciais de análise, os quais são apresentados a seguir para delimitar o entendimento que se quer emprestar ao conceito de segurança do Estado.

Conquistas nacionais

Sobre as conquistas reposam o sentido histórico, a consolidação de costumes, a tradição, o legado dos nossos antepassados. São patrimônios físicos, valores culturais internalizados e capacidades humanas, científicas e tecnológicas, aceitos universalmente ou, pelo menos, pela comunidade nacional. São “objetivos nacionais permanentes”, para usar a terminologia da Escola Superior de Guerra.

Atribui-se às conquistas nacionais o maior grau de segurança possível. Sobre elas a vigilância proporcionada pelos instrumentos de ação do Estado é eterna e não pode ser negligenciada nem preterida. A conquista fundamental do Estado brasileiro é a sua soberania, estando subentendidos os conceitos de manutenção da integridade territorial, preservação da democracia e suas instituições e preservação do patrimônio material e cultural.

Interesses nacionais

Os interesses nacionais têm perspectiva presente e futura. Não têm a conotação, como nas conquistas, de algo absoluto, consolidado historicamente. São aspirações muitas vezes circunstanciais. Se consolidados e internalizados, podem vir a constituir-se em conquistas com o passar do tempo. Os interesses nacionais – justamente por não estarem definitivamente internalizados no plano externo e interno – são mais suscetíveis às ameaças.

Os interesses nacionais podem ser resumidos em três grandes conceitos:

- A promoção do desenvolvimento nacional – compreendidos os conceitos de desenvolvimento econômico, redução de desequi-

líbrios socioeconômicos regionais e desenvolvimento sustentável;

- A promoção do bem-estar social – compreendidos os conceitos de paz social, garantia dos direitos fundamentais e melhoria do poder aquisitivo da população; e

- A inserção internacional – compreendidas as inserções de natureza política e econômica, nos planos internacional e regional.

Ameaças

Por ameaças ao Estado, considere-se a seguinte aproximação conceitual:

São ações de origem externa, interna e transnacional, protagonizadas por outros Estados e por organizações governamentais e não-governamentais, de naturezas diversas – políticas, militares, econômicas e sociais – que, variando em amplitude e intensidade, contrapõem-se ou representam óbices às conquistas e aos interesses nacionais.

Entre as ameaças existentes, reais e potenciais, são destacadas as seguintes, pela relevância e capacidade de comprometer as conquistas e os interesses considerados:

Ameaças externas:

- Guerrilha colombiana (real, com potencial de incremento);
- Cobiça internacional da Amazônia (real, com potencial de incremento);
- Pressões internacionais diante dos temas emergentes (real);
- Protecionismo – restrições de acesso aos mercados internacionais (real); e
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – (potencial).

Ameaças internas:

- Desequilíbrios socioeconômicos (real); e

- Criminalidade doméstica (real, com potencial de incremento).

Ameaças transnacionais:

- Efeitos socioeconômicos negativos da globalização – desemprego, dependência financeira dos grandes credores e volatilidade dos fluxos financeiros (real);
- Terrorismo (potencial); e
- Crime organizado internacional (real, com potencial de incremento).

Políticas, estratégias e instrumentos

Reduzidas ao essencial, as políticas e estratégias de segurança devem responder aos questionamentos o que fazer e como fazer para que o Estado brasileiro garanta as conquistas e assegure a consecução dos interesses nacionais.

Englobam os seguintes campos e instrumentos de ação:

- Política de Defesa Nacional (PDN), por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e Forças Armadas, precipuamente voltada para ameaças externas de naturezas política e militar;
- Política Nacional de Segurança Pública, valendo-se do Ministério da Justiça e órgãos de segurança pública, precipuamente voltada para ameaças internas e transnacionais de naturezas política e social;
- Políticas macroeconômicas, instrumentalizadas pelos ministérios e órgãos da área econômica que visam à proteção dos interesses nacionais de desenvolvimento econômico e de inserção do País na cena internacional;
- Políticas de desenvolvimento social e econômico, instrumentalizadas por vários ministérios e órgãos governamentais que buscam a redução dos desequilíbrios socioeconômicos

que ameaçam o desenvolvimento nacional, a paz social e a promoção do bem-estar; e

- Políticas da área científica e tecnológica, instrumentalizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e outros órgãos estratégicos afins, que buscam a proteção dos sistemas tecnológicos e a redução da ameaça de dependência tecnológica externa.

Conceito de segurança do Estado

Considerando o que foi assumido anteriormente, chega-se ao seguinte conceito de segurança do Estado, que serve de base para reflexões posteriores:

A segurança do Estado é o conjunto de ações decorrentes de políticas e estratégias empreendidas para garantir conquistas e assegurar a consecução de interesses nacionais, contrapondo-se às ameaças – externas, internas e transnacionais – que permeiam as relações entre diversos atores – estatais e não-estatais. Para tanto, emprega instrumentos legais – políticos, militares, econômicos e sociais –, fazendo valer, no contexto do ordenamento jurídico nacional e internacional, a legitimidade de seus atos conferida pela sua condição de unidade soberana.

CARACTERIZAÇÃO DAS AMEAÇAS EXTERNAS

A partir da política de aproximação com a Argentina, iniciada pelo governo Figueiredo no final da década de 1980, praticamente desapareceram antigas tensões que permearam as relações militares com aquele país. A posterior criação do Mercosul foi de tal modo importante para a condução de um clima de coope-

ração entre as duas nações vizinhas que ressentimentos históricos foram praticamente abandonados, determinando que as Forças Armadas deixassem de considerar o Teatro de Operações (TO) Sul como prioritário e orientassem as suas ações estratégicas para o TO Norte (Amazônia). Ainda que existam hipóteses de emprego no TO Sul, os cenários prospectivos não contemplam como viável uma ameaça à soberania oriunda de países ou de coligação de países do Cone Sul, decrescendo a articulação e concentração de tropas na fronteira meridional.

Atualmente, não existem litígios fronteiriços com países vizinhos, o que praticamente elimina a ameaça potencial de invasão territorial por países sul-americanos. Entretanto, existem importantes ameaças de origem externa que preocupam o Estado brasileiro. Entre elas destacam-se: a guerrilha colombiana (real, com potencial de incremento), a cobiça internacional da Amazônia (real, com potencial de incremento), as pressões internacionais sobre os temas emergentes (real), o protecionismo econômico dos países mais ricos (real) e o advento da ALCA (potencial).

O principal instrumento de que dispõe um Estado para prevenir iniciativas de ameaças externas de natureza político-militar sobre seus interesses – sem considerar a atual Doutrina Bush e o conceito de ataque preventivo – é a sua capacidade de dissuasão estratégico-militar.

Entretanto, o Brasil, ao aderir o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, em 1998, perdeu parte de sua capacidade dissuasória estratégica. Não obstante os benefícios que a adesão traz para outros interesses nacionais, o País está limitado em sua capacidade de inibir ameaças,

no que tange à segurança contra ameaças externas, devido às condicionalidades daquele acordo internacional. A desejável “eficácia elevada” que dotaria o País de capacidade de dissuasão nuclear não pode ser alcançada, ainda que exista potencial humano, tecnológico e material para tal empreendimento.

A substituição do conceito de segurança nacional pelo de defesa nacional – a partir da Constituição de 1988 – e o advento do Ministério da Defesa – criado em 1999 – representam uma importante quebra de paradigmas do Estado brasileiro. Todavia, na visão do Professor Eliezer Rizzo de Oliveira (2003), do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, o “Ministério da Defesa é adequado à democracia, mas não é suficiente para implementar uma efetiva defesa nacional. É preciso vontade e orientação que emanem do Presidente da República, sem o que a situação estratégico-militar se encontrará em descompasso com os objetivos nacionais inscritos na Constituição”. E continua:

“... é imperativo que a defesa nacional não seja apreciada como um subitem da política externa, pois ambas fazem parte da estratégia nacional de inserção internacional do País”.

Guerrilha colombiana

A guerrilha colombiana – protagonizada principalmente pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – é uma importante ameaça de natureza político-militar. Apresenta potencial de comprometer a soberania nacional no que concerne à integridade territorial, tanto pela possibilidade de transbordamento das ações de guerrilheira para o aquém-fronteiras quanto pela ingerência dos

EUA, cada vez mais engajados no combate ao narcotráfico. O interesse nacional de promoção do bem-estar social também é ameaçado na região fronteiriça, como decorrência da ação da narcoguerrilha, que busca na população brasileira mais próxima à faixa de fronteira o apoio logístico — gêneros de primeira necessidade que lhes são negados ou dificultados em seu país. Há também a questão do recrutamento de pessoal. A inteligência militar brasileira rotineiramente emite relatórios que dão conta do envolvimento de regionais nas atividades de apoio à guerrilha. Vez por outra são registrados abandonos de aldeias indígenas que se vêem ameaçadas por guerrilheiros e buscam proteção nos pelotões especiais de fronteira do Exército (PEF) ou em localidades mais afastadas. A promiscuidade entre nacionais e guerrilheiros, muitos deles pertencentes aos mesmos grupos indígenas, concorre para existência de um clima de tensões potenciais. No campo militar, a preocupação do Estado com essa ameaça se manifesta ao conceber a articulação das Forças Armadas com prioridade para a Amazônia.

“Currently, the greatest portion of Brazilian military is deployed in the Western part of country, protecting the Amazon region, and deterring guerrilla incursions from Colombia. Of all Colombia’s geographic neighbors, the one that the guerrillas most fear as a military force is Brazil.” (Núñez, 2002)

Cobiça internacional sobre a Amazônia

A possibilidade de uma intervenção estrangeira na Amazônia, visando à sua internacionalização, esteve em boa parte da agen-

da internacional na década passada, durante o ápice das discussões sobre o meio ambiente. É uma ameaça de naturezas múltiplas, de acordo com os interesses dos atores estrangeiros envolvidos, com capacidade de comprometer os interesses nacionais de inserção política e econômica na cena internacional e, dependendo do vulto que possa tomar, a soberania nacional. O Brasil enfatiza as preocupações com a defesa da Amazônia, considerando-a área estratégica prioritária e determinando que as políticas e estratégias militares orientem os planejamentos nesse sentido. A possibilidade de intervenção armada é considerada pouco provável. Entretanto, como não poderia deixar de ser em se tratando do principal instrumento do Estado em matéria de segurança, as Forças Armadas não descartam esta hipótese de emprego, dispondo de estratégias para o tempo de paz e para o caso de eventual conflito bélico. Entre as principais estratégias, a da resistência é concebida para atender à hipótese de emprego contra país ou coligação de países de poder militar incontestavelmente superior na área estratégica da Amazônia.

“A estratégia da resistência considera o método da ação indireta. Ao fazê-lo, baseia-se no pensamento militar de Sun Tzu que, ao conceber a luta do mais fraco contra o mais forte, enfatiza o emprego da agressão psicológica e considera que a desagregação moral é mais vantajosa do que a desarticulação estratégica e tática.” (Abreu, 2002)

Pressões internacionais diante dos temas emergentes

Entre os diversos temas emergentes — ou novos temas — que afloraram no pós-Guerra

Fria, são destacados o meio ambiente e os direitos humanos. As pressões de natureza política, principalmente, constituem-se em ameaças pelo poder de conduzir a constrangimentos internacionais e deixar o país sob acusação. Sem considerar o mérito dos temas — nobres em sua maioria —, essas pressões têm o poder de dificultar o alcance de interesses nacionais que buscam a crescente inserção política e econômica na cena internacional, à medida que impõem procedimentos e normas sem levar em consideração a realidade brasileira. Por parte dos países do chamado G-7, “o tratamento de ‘temas emergentes’ (...) demanda a formulação de teses que amparem a intervenção — dever de ingerência, intervenção humanitária, governança global, extraterritorialidade das leis, entre outros”. (Lessa, 2001). Estas preocupações estiveram — e ainda estão de certo modo — associadas à Amazônia, muitas vezes encobrindo intenções outras. “Era perceptível junto aos países avançados a intenção de utilizar o argumento ecológico como instrumento de pressão sobre países em desenvolvimento para tolher-lhes riqueza e meios de ação” (Cervo, 2002). Entretanto, a ação diplomática e outras medidas do Governo não permitiram que graves prejuízos se concretizassem, reduzindo os constrangimentos a discursos de grupos ambientalistas e de direitos humanos e de alguns chefes de Estado. Os constrangimentos ainda existem, mas houve importantes iniciativas no sentido de eliminar as acusações, facilitando a inserção internacional política e econômica. Contudo, os mercados internacionais orientados pelos países mais ricos passaram a incluir o cumprimento de cláusulas associadas aos novos temas para aceitação dos produtos de exportação brasileiros.

Protecionismo — restrições de acesso aos mercados internacionais

O protecionismo econômico dos países ricos são uma ameaça real. Quando associada a outras de natureza econômica — dependência financeira dos grandes credores internacionais e volatilidade dos fluxos financeiros, de origem transnacional — pode conduzir o país à grave crise, comprometendo os interesses de promoção do desenvolvimento e inserção internacional, como também todos os demais, porque corrói a capacidade do Estado de proporcionar segurança ao impor restrições às fontes de obtenção dos recursos do poder. O embaixador brasileiro nos EUA, Rubens Barbosa (2002), explica que os subsídios concedidos pelos EUA aos seus produtores não apenas dificultam as exportações brasileiras, “como afetam as exportações para outros mercados, inundados por uma produção subsidiada que avulta os preços internacionais com um excesso de oferta produzido em condições artificiais”.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

A estratégica político-econômica dos Estados Unidos no sentido de criação da ALCA — com possível desdobramento estratégico-militar — constituir-se-á em ameaça ao desenvolvimento nacional e à inserção regional, à medida que essa pretensão seja um óbice às conquistas e aos interesses nacionais no espaço sul-americano. Segundo Souto Maior (2001), “se levado a cabo tal como originalmente concebido, o projeto americano teria sérias consequências de médio prazo e implicações ainda mais

graves, econômicas e políticas, a longo prazo". Até mesmo a soberania pode vir a ser ameaçada, dependendo da intensidade da aplicação das medidas de interesses norte-americanos. Nesse sentido, as regiões da Amazônia e da Tríplice Fronteira, no contexto das questões relacionadas ao narcotráfico e ao terrorismo, constituiriam temáticas sensíveis no tocante à soberania. A elaboração de cenários que contemplam a ALCA passa por escolhas do Estado. A primeira escolha será: o país vai aderir ao bloco? Se aderir em condições desvantajosas, o projeto representará uma ameaça aos seus interesses nacionais de inserção regional e desenvolvimento, com desdobramentos para a promoção do bem-estar social e, eventualmente, para a soberania. Por outro lado, pode aderir em condições vantajosas, o que deixa de caracterizar uma ameaça aos interesses nacionais. Mas se a escolha for resistir ou não aderir ao projeto norte-americano? Por um lado pode caracterizar a sua firme intenção em representar um contraponto dos EUA na América do Sul, conquistando aliados e preservando a sua capacidade de barganha. Por outro, pode enfrentar constrangimentos – principalmente se houver adesão maciça do subcontinente – que se constituirão em ameaças mais sérias que o risco de adesão sob condições desfavoráveis. A questão da ALCA é, portanto, sensível. Tudo vai depender dos rumos das negociações.

CARACTERIZAÇÃO DAS AMEAÇAS INTERNAS

Fonseca Jr. (1998), ao tratar do problema da ordem internacional nos clássicos, argumenta que o debate sobre a ordem interna dos Estados pode alcançar um "razoável grau de pre-

cisão". Justifica, dizendo que no âmbito nacional é sempre maior o grau de homogeneidade de valores e mais fácil de chegar ao consenso sobre o que seriam os interesses nacionais a defender. Acrescenta o fato de que "a noção de ordem está próxima à de autoridade." E conclui que "é exatamente por isso que a noção de ordem pode desempenhar sempre e com eficiência crítica um papel nas articulações ideológicas e teóricas no plano interno".

Contudo, o Estado brasileiro depara-se com ameaças internas consideráveis, sobre as quais a "homogeneidade de valores" e a "autoridade única" não são suficientes para eliminá-las apenas pelo fato de existir uma ordem interna.

A Constituição de 1988, com sua concepção extremamente liberal – prioridade do indivíduo sobre Estado –, limitou a ação dos órgãos de segurança pública. As restrições à liberdade foram minimizadas, contribuindo, por um lado, para o bem-estar geral da comunidade, mas por outro, favorecendo a ação criminosa, ao propiciar diversos mecanismos que dificultam sobremaneira a ação daqueles órgãos.

No trato dos problemas que caracterizam os desequilíbrios socioeconômicos, a capacidade de intervenção do Estado é menor, seja devido à diminuição do seu papel paternalista, seja pelos efeitos globalizantes do neoliberalismo que atingem com mais intensidade as classes menos favorecidas e as regiões menos desenvolvidas, acentuando as desigualdades.

Entre as ameaças internas existentes, destacam-se duas que, pela amplitude e extensão dos seus efeitos, comprometem a ordem interna vigente e, consequentemente, constituem óbices para a garantia de conquistas e de interesses nacionais, implicando medidas de segurança do Estado brasileiro, quais sejam, os desequi-

líbrios socioeconômicos (real) e a criminalidade doméstica (real, com potencial de incremento).

Desequilíbrios socioeconômicos

São uma ameaça visivelmente caracterizada pelo aumento dos desniveis regionais – notadamente as regiões Norte e Nordeste em relação ao Centro-Sul – e da favelização periférica dos grandes centros. Comprometem o interesse nacional de promoção do bem-estar, pela capacidade de gerar tensões sociais, deixando parcela da população distante das facilidades da vida moderna – aí entendidas a satisfação das necessidades básicas como alimentação, moradia, propriedade, educação, saúde e segurança – que são essenciais ao estado de satisfação das comunidades. Mesmo considerando os avanços sociais da última década, o fato é que um percentual considerável da população brasileira continua vivendo abaixo da linha da pobreza. As invasões a propriedades públicas e privadas proporcionadas pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra são um dos sintomas mais característicos das tensões sociais nos últimos anos. As políticas e estratégias concernentes ao tema devem incidir na eliminação dos focos de pobreza absoluta existentes, principalmente no interior do Nordeste e periferias dos grandes centros urbanos. “Países como o Brasil têm muitos de seus problemas sociais claramente relacionados com seus próprios desequilíbrios socioeconômicos, muito mais que com o de seus países vizinhos.” (Sato, 2000)

Criminalidade doméstica

É uma ameaça que compromete a promoção do bem-estar social – paz social e garantia

dos direitos fundamentais – ao criar um clima de insegurança, violando o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. É responsável, nas principais metrópoles brasileiras, pelos elevados índices de assassinatos, seqüestros, roubos, furtos, estupros e outros crimes congêneres. Ainda que guarde uma estreita ligação com as ações ilícitas do crime organizado internacional, a criminalidade doméstica está normalmente associada aos danos imediatos que provoca às comunidades locais que procuram “dominar”. Segundo o General Félix (2003), Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a criminalidade doméstica – ou “banditismo”, como prefere definir – tem uma área de tangência com o crime organizado internacional, mas apresenta menor espírito empresarial, maior violência física em seus atos, as ações são menos mascaradas com atividades ilícitas e causam danos aos indivíduos e não ao Estado. A ação dos órgãos de segurança pública, responsáveis pela prevenção e repressão ao crime organizado, não apresenta resultados que permitam visualizar o fim ou, pelo menos, a redução dessa complexa atividade delituosa. Ao contrário, pode-se antever a sua ampliação e o agravamento da situação, favorecida pelo envolvimento de indivíduos integrantes dos poderes públicos e dos setores privados como corruptores e facilitadores.

CARACTERIZAÇÃO DAS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS

Ribeiro (2000) destaca quatro aspectos que caracterizam o transnacionalismo no mundo globalizado: a existência de integração de realidades sociopolíticas que variam do nível local

até o internacional, com realidades próprias mas não exclusivas; a ausência de uma realidade territorial; os atores, individuais e coletivos, têm os poderes estruturantes de suas identidades modificados; e a origem nacional dos atores “e dos produtos de suas ações é de identificação difícil, impossível ou irrelevante”. Na obra, o autor conclui que o cidadão transnacional “necessita ser encarado não como um problema, mas como provável impulsor do entendimento e cooperação no mundo globalizado”.

Entretanto, esse mesmo cidadão transnacional pode valer-se das facilidades que o processo global proporciona para atuar em redes, não como “impulsor do entendimento e cooperação”, mas como impulsor dos chamados crimes transnacionais, que representam ameaças concretas ao Estado. As ameaças transnacionais, exacerbadas a partir do término da Guerra Fria, são, por assim dizer, o lado obscuro, o lado perverso do transnacionalismo, sendo, pela sua natureza, de difícil combate.

Os efeitos socioeconômicos negativos da globalização (real) – desemprego, dependência financeira dos grandes credores internacionais e volatilidade dos fluxos financeiros –, o crime organizado internacional (real, com potencial de incremento) e o terrorismo (potencial) são as principais ameaças transnacionais ao Estado brasileiro, sendo todos decorrentes dos efeitos globalizantes no pós-Guerra Fria.

Efeitos socioeconômicos negativos da globalização – desemprego, dependência financeira dos grandes credores e volatilidade dos fluxos financeiros.

É certo que a globalização impulsiona o crescimento econômico, ao dinamizar o livre mercado. Mas não é garantia de desenvolvimento em países em desenvolvimento como

o Brasil. O efeito negativo mais visível da globalização, especialmente nas classes sociais e regiões menos capazes de aumentar o nível de competitividade, é o desemprego. Se o processo irá conduzir a uma melhoria das condições de vida no futuro – trabalhadores mais competitivos recebendo melhores salários –, não vem muito ao caso em se tratando de proteção do interesse nacional. O fato concreto e presente é que o número de desempregados tem aumentado, especialmente nas áreas onde há maior desequilíbrio socioeconômico, nas quais é muito mais difícil se tornar competitivo. Ao aproveitar o espaço criado pela globalização na década passada, o País, sem dúvida, modernizou a estrutura produtiva e expandiu a capacidade exportadora. Entretanto, em algumas situações, ignorou o risco das assimetrias do processo. Ao explorar as potencialidades da globalização, não ocorreu melhor distribuição de renda e os índices de desemprego até aumentaram. Assim, o interesse nacional de promoção do bem-estar social vem sendo comprometido e, portanto, merece especial atenção do Estado.

A dependência financeira do Brasil dos grandes credores ganha contornos de ameaça à segurança do Estado a partir da década de 1980, atingindo o seu paroxismo com a moratória em 1987. A incapacidade de gerir a dívida externa em condições de sustentabilidade diminui a capacidade de barganha e submete o Estado a constrangimentos internacionais, dificultando sua inserção econômica internacional e comprometendo o status político.

A volatilidade dos fluxos financeiros é outro efeito negativo da globalização, constituindo-se em ameaça pelo potencial de gerar grandes crises financeiras em países em desen-

volvimento como o Brasil, conduzindo a sérias dificuldades a economia, diminuindo a credibilidade e a consequente inserção internacional, além de comprometer o desenvolvimento nacional. “A globalização financeira comportou duas exigências dos países avançados sobre economias emergentes: o livre fluxo de capitais e a abertura dos sistemas financeiro, empresarial e dos mercados de valores a sua penetração. Quando as reformas do Estado satisfizeram tais exigências, dois também foram os efeitos: o aumento dos fluxos, em boa medida de capitais especulativos, e as crises financeiras.” (Cervo, 2002). Diante do quadro de incertezas na economia internacional, o Estado tem sido freqüentemente invocado como instrumento para reduzir os efeitos da volatilidade dos fluxos financeiros. Entretanto, até agora, as iniciativas ainda estão longe de serem consideradas eficazes e tranqüilizadoras.

Terrorismo

O terrorismo é um fenômeno que emergiu da Guerra Fria com grande poder de ameaça, passando a integrar o rol de preocupações do Estado. Diferencia-se do crime organizado internacional por apresentar, em tese, um conteúdo ideológico, ainda que empregue, muitas vezes, procedimentos idênticos.

Apesar de o Brasil estar longe de apresentar um quadro com a intensidade observada nos países europeus e nos EUA, principalmente, o terrorismo representa uma ameaça à promoção do bem-estar social ao comprometer a garantia dos direitos fundamentais, notadamente o direito à vida, constituindo óbice à paz social. Por outro lado, coloca o País sob acusação internacional, à medida que re-

des terroristas vierem, eventualmente, a se instalar em seu território, comprometendo a credibilidade e dificultando politicamente a inserção internacional.

Após o 11 de Setembro, o País ficou sob acusação dos Estados Unidos quanto à região da Tríplice Fronteira, na qual a inteligência norte-americana supõe haver indícios de células terroristas. Na verdade são especulações. Não só o Brasil, como a Argentina e o Paraguai têm facilitado o acesso de agentes dos EUA aos dados disponíveis e a outras medidas de investigação na própria região. Entretanto, a desconfiança permanece. Segundo declaração precipitada do Comandante do Comando Sul do Exército dos EUA, General Hill (2003), a Tríplice Fronteira abrigaria grupos terroristas do Oriente Médio e “o que acontece nessa área em relação à lavagem de dinheiro e a outras atividades ilícitas é o combustível que está alimentando terroristas em outras partes do mundo”.

Crime organizado internacional

Ao analisar os dilemas pelos quais a humanidade enfrenta a expansão das redes criminais globais dedicadas às transações ilícitas de drogas, armas, migrantes, animais silvestres, prostituição, órgãos humanos etc, Viola (2001) argumenta que elas criaram meios de lavagem do dinheiro dentro da economia legal, seja através dos paraísos fiscais, seja nos centros financeiros dos países desenvolvidos e emergentes. As redes “promoveram a expansão do crime entre as populações marginalizadas dos países de renda média e baixa, criando problemas gravíssimos de segurança pública nesses países”.

O “carro-chefe” do crime do organizado é o narcotráfico. O território nacional é área de

trânsito de drogas, conectando as áreas produtoras de maconha, cocaína e heroína com os EUA e a Europa, maiores consumidores mundiais. Três áreas concentram maior intensidade de atividades criminosas: a fronteira Norte, pela proximidade com a Bolívia, Colômbia e Peru, maiores produtores de mundiais de cocaína, e com o Suriname, por onde transita parte da droga oriunda da Colômbia, sendo a rota inversa utilizada para o tráfico de armas, como moeda de troca; a fronteira Oeste, pela qual penetra a maior parte da cocaína consumida no Brasil, oriunda do Paraguai; e o Nordeste brasileiro, que produz grande quantidade de maconha para consumo interno, mais precisamente no conhecido Polígono da Maconha.

O narcotráfico operado pelo crime organizado internacional é a principal atividade ilícita. Traz consigo ou subsidia uma série de outras, entre elas o roubo de veículos, a presença de grupos de extermínio, seqüestros, contrabando de armas, prostituição e evasão de divisas. “O narcotráfico internacional movimenta centenas de bilhões de dólares, passando a influenciar casas bancárias, a impulsionar a fabricação e a venda de armas, a prejudicar a consolidação dos direitos humanos e a interferir na vida política interna de diversos países”. (Procópio, 2002)

AMEAÇAS AO ESTADO BRASILEIRO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

As ameaças mais relevantes ao País no atual contexto internacional são de origem transnacional e de natureza essencialmente econômicas, confirmado a característica do pós-Guerra Fria de que o eixo de centralidade das preocupações internacionais migrou da

política e estratégia militar para o campo da economia, mesmo considerando o “tempero” do 11 de Setembro.

Diante das ameaças de natureza econômica – protecionismo, dependência financeira dos grandes credores e volatilidade dos fluxos financeiros –, as Forças Armadas são expectadoras, sofrendo reflexos diretos com a diminuição crescente dos orçamentos destinados à Defesa. Entretanto, participam da redução dos desequilíbrios socioeconômicos, conforme dispõe a Constituição Federal que lhe atribui a missão subsidiária de cooperação com o desenvolvimento nacional.

A adesão à ALCA só constituir-se-á em ameaça se os acordos firmados vierem a ser desfavoráveis ao País. Às Forças Armadas cabe, meramente, o acompanhamento das negociações e eventual assessoramento em área específica de natureza militar.

Entre as ameaças de natureza político-militar, a mais preocupante é a guerrilha colombiana com o seu potencial de transbordamento para o território nacional. Nesse sentido, as Forças Armadas cumprem sua missão constitucional primordial – a defesa da Pátria – traduzida, neste caso, pela vigilância e cobertura estratégicas ao longo da faixa de fronteira amazônica. Ao articular-se por todo o território nacional, dentro da concepção estratégica das hipóteses de emprego, as Forças Armadas adotam as estratégias da presença e dissuasão, arrefecendo a ameaça potencial decorrente da cobiça internacional sobre a Amazônia, além de proporcionar outros efeitos dissuasórios.

O crime organizado internacional apresenta-se como grave ameaça ao Estado brasileiro. Não é propriamente campo de atuação

das Forças Armadas, mas não deixa de implicar o seu acompanhamento e, não raro, a sua participação direta com emprego de tropas, uma vez que é sua missão constitucional a garantia da lei e da ordem quando esgotados os meios de segurança pública. É justamente na interpretação do que seja o esgotamento desses meios que reside uma série de questões que ora pende para o não engajamento e ora para o pleno engajamento, dependendo da ótica e interesse de quem tem o poder de decidir ou influenciar decisões. De qualquer modo, é uma ameaça que compromete conquistas nacionais — dificultando a ação do Estado quanto à garantia de direitos individuais e preservação de suas instituições, patrimônio material e cultural — e os interesses mais importantes — a promoção do desenvolvimento nacional, a promoção do bem-estar social e a inserção internacional.

Em linhas gerais, depreende-se que a segurança das conquistas nacionais — a soberania em especial — cabe precipuamente às Forças Armadas. A segurança dos interesses nacionais

é compartilhada com vários órgãos governamentais, inclusive as Forças Armadas.

Em suma, o Estado brasileiro, na defesa das conquistas e dos interesses nacionais do Estado brasileiro, diante das ameaças presentes no limiar do século XXI, enfrenta importantes problemas de variáveis complexas. Até mesmo por esta característica dos novos tempos, deve considerar imprescindível a existência e a funcionalidade das suas Forças Armadas, não apenas pelo sentido histórico-cultural que imprimiu na formação da nacionalidade, como também pela perspectiva presente e futura de mantê-la como o principal instrumento de sua racionalidade no campo da segurança. O conceito internacional em voga de Forças Armadas pós-modernas — que concebe países outros, secundários por assim dizer, ao estamento militar de países menos desenvolvidos — é conveniente apenas para Estados com interesses hegemônicos. Esse conceito não deve sequer ser considerado pela comunidade nacional de um país com a estatura geoestratégica do porte do Brasil. ☺

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Gustavo de Souza. Operações de Resistência. Trabalho Profissional de Interesse Militar. Apreciação BI EME 031/17 Mar 03. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2003.
- BARBOSA, Rubens Antonio. Protecionismo americano e o Brasil. Artigo in: *Correio Braziliense*, ed. 19/5/2002. Brasília: 2002.
- BERNAL-MEZA, Raúl. "A política exterior do Brasil (1990-2002)". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45 (1): 36-71. Brasília: IBRI, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. *O final do século XX: dificuldades para a construção de uma ordem global*. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.), *Relações internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias)*: 175-204. Brasília: IBRI, 2001.
- CERVO, Amado Luiz. "Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45 (1): 5-53. Brasília: IBRI, 2002.
- FÉLIX, Jorge Armando. Crime Organizado. Palestra in: Simpósio Internacional Combate ao Crime Organizado: Defesa da Ordem Democrática (MPDFT). Brasília: 3 a 6 de junho de 2003.

- FERREIRA, Oliveira S. *A Crise da política externa: autonomia ou subordinação?* Seleção e organização de Reginaldo Nasser. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HILL, General. Artigo in: *Correio Braziliense*, ed. 24/1/2003, caderno 1, p. 5. Brasília: 2003.
- LESSA, Antônio Carlos e MEIRA, Frederico. "O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 44 (2): 46-61. Brasília: IBRI, 2001.
- NÚÑEZ, Joseph. A 21st century security architecture for the Americas: multilateral cooperation, liberal peace and soft power. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College: 2002.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. "Consolidação do Ministério da Defesa". Artigo in: *Correio Braziliense*, ed. 3/1/2003, caderno 1, p. 1. Brasília: 2003.
- PERICÂS, Luiz Bernardo. "Resumo de Guerra". Artigo in: *Correio Braziliense*, ed. 14/6/2003, caderno Livre Pensar. Brasília: 2003.
- PROCÓPIO, Argemiro. "Narcotráfico e segurança humana". São Paulo: LTr, 1999. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 44 (1): 183-186. Brasília: IBRI, 2001.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- RUMSFELD, Donald. "Transforming the Military". In: *Foreign Affairs*, 2002.
- SATO, Eiiti. "A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43 (1): 138-169. Brasília: IBRI, 2000.
- SOUTO MAIOR, Luiz. "Brasil-Estados Unidos: um relacionamento assimétrico". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 44 (1): 55-68. Brasília: IBRI, 2001.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor Ricardo. "Os dilemas civilizatórios da globalização frente ao terrorismo fundamentalista". *Revista Cena Internacional*, ano 3 (2): 5-31. Brasília: IBRI, 2001.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Supremacia Americana e a ALCA Francisco de Assis Grieco

Após apreciar os fatores históricos presentes na formação da sociedade norte-americana, o autor analisa a evolução deste país e sua inserção na política regional e sua política mundial. Estuda os grandes problemas atuais da política exterior dos EUA e sua dificuldade em harmonizar sua vocação pluralista e liberal com as imposições de sua supremacia mundial. É uma obra séria que contém um repertório de informações históricas, diplomáticas e econômicas que irão atualizar e aprofundar os conhecimentos dos leitores sobre o tema.



A soberania no estado contemporâneo*

Antônio Celso Alves Pereira **

INTRODUÇÃO

O dinâmico processo de reestruturação da sociedade internacional, que teve início com o fim da Guerra Fria, prossegue nestes primeiros e conturbados tempos do século XXI configurando uma sociedade internacional que acentua, cada vez mais, os níveis de desigualdade de toda a espécie entre os países ricos e países pobres. Nesse quadro, precisamente marcado por uma divisão internacional do trabalho que agora se explica em termos das novíssimas tecnologias que alicerçam a *Era Tecnotrônica*¹, só resta às nações emergentes lutar para não serem desconectadas das redes de poder e dos centros de decisão de um mundo mergulhado na voragem globalizante e na contestação de um sistema político mundial consolidado em

torno da hegemonia da República Imperial norte-americana.

Vivemos nos dias atuais uma integração cultural sem precedentes na história da humanidade.

Essas realidades vieram acelerar o curso das mudanças que, de fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, vêm repercutindo nas estruturas jurídicas internacionais. As transformações e os desafios que o velho Estado-nação vem enfrentando a partir da segunda metade do século XX atingiram de forma definitiva o seu poder e as suas condições de ação política não-estatais e de novos sujeitos de direito internacional, situação de que desfrutava desde os primórdios do sistema eurocêntrico.

O Sociólogo Michael Mann, embora refutando enfaticamente a idéia de que o Estado nacional se esgotou, assinala que muito acre-

* Transcrito da revista *Carta Mensal* - Rio de Janeiro - V. 48, nº 575, p. 15-50, de fevereiro de 2003.

** O autor é Professor de Direito Internacional Público e ex-Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

ditam que chegamos à velhice do Estado-nação. *“Desde 1945, sua soberania foi ultrapassada pelas redes transnacionais de poder, especialmente as do capitalismo global e da cultura pós-moderna. Alguns pós-modernistas levam mais longe a argumentação, afirmando que isso põe em risco a certeza e a racionalidade da civilização moderna, da qual um dos esteios principais é a noção segura e unidimensional de soberania política absoluta, que está inserida no Estado nacional.”*

Com a formação dos grandes Estados nacionais no século XVI, desenvolveu-se o moderno conceito de soberania, para expressar a extensão do poder estatal em toda a sua plenitude. A partir do fim das guerras religiosas, organizou-se a nova sociedade internacional com base no Direito Internacional resultante dos acordos de Westfália (1648), compreendendo, desde então, um sistema interestatal centrado na teoria da igualdade soberana do Estado. O conceito de soberania configura uma categoria histórica, portanto, variável no tempo e no espaço. Ao longo deste trabalho pretendemos nomear e discutir as transformações que acabaram por limitar o poder do Estado-nação e, consequentemente, as mudanças que se operaram no conceito de soberania.

A SOBERANIA MODERNA

Francisco Caris (1548-1617), um dos mais destacados mestres fundadores do Direito Internacional, escrevendo sobre o sentido lato da palavra soberania registrava, em seu Tratado *“De Legibus ac Deo Legislatore”* (1612), que um poder deve ser considerado como soberano *“quando não há outro que lhe seja superior, pois esta palavra significa a negação*

de um poder superior ao qual devesse obedecer quem o detém”.² Este é, pois, o sentido lato da palavra soberania. Em sentido restrito, o termo aparece para indicar, em toda a sua plenitude, o poder do Estado moderno, que, mediante sua lógica absolutista interna, suplantou a antiga ordem medieval, cuja natureza e dinâmica assentavam-se nas duas vertentes universalistas do poder medieval, a Igreja e o Império.

Suplantada a organização política medieval pelo advento do Estado-nação, entidade dotada de aparato burocrático e protegida por exércitos permanentes, no campo externo a nova realidade se assenta numa ordem jurídica horizontal, não hierarquizada, frontalmente diferente da verticalidade que vigorara na Idade Média, ao tempo em que o Papa e o Imperador titulavam poderes sobre a sociedade europeia, vista como uma *República Christiana*.

Desde que foi formulado pelos grandes juristas europeus do século XVI – principalmente por Jean Bodin³, o conceito de soberania aparece de forma ambígua na Teoria do Estado e no Direito Internacional Público. Por soberania – definiu Bodin – entende-se aquele poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. Ela é a força de coesão, o instrumento político imprescindível à República. Portanto, a soberania, na visão de seu principal formulador, é um *poder absoluto*, auto-suficiente, isto é, não se sujeita, de forma alguma, a outro poder (*summa potestas superiore non recognoscens*). A soberania, conforme Bodin, seria ainda *perpétua*, transcendente, pois é exercida para sempre; *indivisível*, na medida em que sua essência é *uma*, isto é, o soberano é a única autoridade com poderes para promulgar a lei para todos, ordenar ou proibir o que quiser, não

responde perante qualquer outro poder sobre a terra. Não há hipótese de soberania delegada, pois, se vier a ser, estará integralmente em cada delegação.⁴ O poder de fazer a guerra, celebrar a paz e, principalmente, fazer ou revogar a lei é exclusivo do soberano, pois esta qualidade só a tem quem não está ligado por vínculo algum de sujeição pessoal a quem quer que seja.

Contudo, é preciso ficar claro que o conceito de soberania em Bodin não consagra a existência de um poder soberano *ilimitado*. O titular da soberania está subordinado às Leis Divinas, ao Direito Natural e sujeito às obrigações contraídas com outros soberanos.

Contudo, com a consolidação do Estado Moderno, firmaram-se os princípios que, a partir de então, consagrariam o conceito de soberania ilimitada. Por ser uma palavra cujo significado, à luz do Direito Internacional, da Ciência Política, do Direito Constitucional e da Economia, encerra várias contradições, vários autores, como por exemplo o jurista francês Charles Rousseau, defendem sua substituição por *independência*.

Nessa linha, afirma Rousseau que, para a teoria clássica do Direito Internacional, a soberania é o poder absoluto e incontrolável do Estado de agir (tanto nas questões internas como nas externas). Contudo, as doutrinas contemporâneas não admitem como válidas as concepções tradicionais de soberania absoluta, e, baseadas nas realidades do mundo atual, consagraram o princípio da soberania como *poder limitado pelo direito*. Considerando, pois, o fato de que soberania é, por definição, um superlativo, uma concepção absoluta - diz Rousseau - , insuscetível de mais ou de menos, e que, de fato, o Estado não dispõe de um poder ilimitado e incontrolável, a

noção de soberania não serve para critério do Estado. Por isso propõe o conceito *independência* - que, habitualmente, se identifica com o conceito de soberania externa.⁵

Os teóricos do Iluminismo⁶ atacaram o caráter absolutista do Estado e criaram os conceitos de representação popular e limites da autoridade, com base nas teorias de Locke e de soberania nacional e popular, conforme Jean-Jacques Rousseau. Com a Revolução Francesa fixa-se a teoria da soberania nacional que, segundo José Alfredo de Oliveira Baracho, “passa a ser a base daquele direito público positivo, procedente da concepção do Estado patrimonial. O direito da soberania passa à nação personificada, que ocupa, de certa maneira, o lugar do rei. (...) O princípio da personalidade da nação, una, indivisível, foi adotado pelos textos constitucionais da época revolucionária. (...) O princípio de que toda soberania reside essencialmente na Nação; nenhum corpo, nem o indivíduo, pode exercer qualquer autoridade que não emane expressamente dela (Declaração de 1789, art. 3); a soberania é uma, indivisível, inalienável e imprescritível, ela pertence à nação; nenhum segmento do poder nem qualquer indivíduo pode substituí-la em seu exercício”.⁷

Transposta para o Direito Internacional por Emer de Vattel no século XVIII,⁸ a doutrina da soberania estatal vai, no século XIX, ser objeto de especial atenção da doutrina alemã que, influenciada pela concepção hegeliana da História, afirma ser o Estado o titular originário da soberania, e que, desta forma, não pode, sem se negar, submeter-se a qualquer entidade ou instituto jurídico que venha limitar seu poder.

No século XX, os totalitarismos nazi-fascista e comunista, que emergiram após a Primeira

Guerra Mundial, reafirmaram a idéia de soberania absoluta, uma vez que seus sistemas jurídicos proclamavam o primado do Direito Interno em relação ao Direito Internacional. Contudo, a própria doutrina soviética passou a defender a limitação da soberania quando, em agosto de 1968, diante da necessidade de justificar a intervenção das tropas do então Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, saiu em defesa da doutrina Brejnev da soberania limitada.⁹

As mudanças operadas na sociedade internacional após 1945 e a consequente democratização do Direito Internacional com a criação de dezenas de novos Estados e o vigor com que aparecem, de forma positiva, os sistemas das Nações Unidas e outras organizações internacionais e supranacionais, acentuaram os aspectos limitativos da soberania, vista hoje como subordinada à ordem jurídica internacional. Portanto, entre os corolários principais da soberania estão o dever de não-ingerência na área de jurisdição exclusiva dos outros Estados e sua subordinação ao Direito Internacional.¹⁰ Como ensina Celso Melo, “Estado soberano deve ser entendido como sendo aquele que se encontra subordinado direta e imediatamente à ordem jurídica internacional”.

Ao expressar, em seu artigo 2º, alínea 1ª, que a organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros, a carta da ONU positivou o conceito de soberania. Da mesma forma, a carta da OEA o torna direito positivo ao estabelecer, no artigo 3º, letra b, que a “ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, à soberania e à independência dos Estados”.

No estágio em que se encontra hoje a sociedade internacional, por um lado definido pela interação cultural que nela impera em de-

corrência da predominância das tecnologias da informação e, ainda, pelo espetacular avanço nos transportes, e, por outro lado, explicado pela interdependência que a globalização da economia ampliou de forma extrema, não há, definitivamente, que falar em soberania absoluta, uma vez que este é um conceito desenvolvido à época do fastígio do eurocentrismo.

SOBERANIA PÓS-MODERNA

Sendo uma categoria político-jurídica de natureza eminentemente histórica, portanto, variável no tempo e no espaço, a soberania passa, nos dias atuais, por uma completa transformação. Em razão de sua marcada natureza política, das implicações econômicas que lhe são incidentes, das mudanças e dos processos históricos que hoje gravam, sobremaneira, as ordens interna e externa dos Estados, torna-se cada vez mais difícil formular uma definição abrangente de soberania. Em razão disso, Celso D. de Albuquerque Mello firma tratar-se de um “conceito jurídico indeterminado e cujo conteúdo e limites vão variar com a consciência jurídica e as circunstâncias políticas em cada época histórica”.¹¹

Trata-se, pois, de uma das noções mais obscuras e mais polêmicas no âmbito do Direito Público e da Ciência Política.¹²

A globalização¹³ veio acentuar a evidência de que o Estado, como ator internacional, perdera parte da antiga importância que lhe fora historicamente conferida a partir da Paz de Westfália e que, hoje, se vê ameaçado em seu poder e limitado em sua ação – interna e externa – pelas forças econômicas e pelas condições resultantes da redução de seu papel pelo consenso neoliberal e pelas doutrinas mini-

malistas, que subordinam os Estados nacionais, principalmente as nações periféricas, a organismos multilaterais intervenientes – hoje amplamente controlados pelos Estados Unidos –, dotados de poder regulatório, como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial etc. Cabe-nos, contudo, reconhecer que, a despeito do alastramento das organizações intergovernamentais e dos acordos promotores da supranacionalidade, o Estado, apesar de tudo, não perdeu sua real importância, mas a exclusividade da ação internacional.¹⁴ Contudo, não obstante os desafios à sua soberania, os Estados continuam predominantes na cena internacional, uma vez que são eles os criadores das organizações internacionais, são eles que lideram a atividade diplomática mundial, negociam tratados, têm larga influência sobre a produção e o comércio, enfim, fazem a guerra e celebram a paz.¹⁵

Porém, paralelo ao Estado, agindo de forma autônoma, com absoluta liberdade de ação no sistema internacional, surgem outros atores não-estatais que, sob a forma de grupos de pressão e de interesses internacionais, partidos políticos, grupos ideológicos, sindicatos internacionais e religiosos¹⁶ e, muito especialmente, as grandes corporações transnacionais, com muito voluntarismo, dinamizam a vida internacional. Foram essas forças que propiciaram o aparecimento, ao lado das relações tradicionais entre os Estados, da proliferação das chamadas “relações transnacionais” determinadas pelos contratos, coalizões e interações que ultrapassam as fronteiras nacionais e que não são, ao cabo, executadas somente pelos órgãos estatais de planejamento e implementação da política exterior do Esta-

do. Essas relações se caracterizam pelo fato de contarem com a participação imprescindível de, pelo menos, um agente ou instituição não-governamental.

As macroempresas transnacionais, fiéis apenas aos mecanismos multiplicadores de seus fabulosos capitais, são os mais eficientes agentes das metamorfoses do capitalismo contemporâneo. Nessa qualidade, essas empresas trouxeram, através de seu comportamento atípico, uma série de novos mecanismos e ação comercial, já que possuidoras de tecnologias sofisticadas, de estruturas de pesquisas voltadas à inovação tecnológica, de mercadologia e competência gerencial, circunstâncias que propiciam às mesmas uma posição privilegiada no movimento internacional de capitais, na produção industrial e na prestação de serviços. São elas que ditam as regras, as condições e tudo o que diz respeito ao mercado globalizado.¹⁷

“O Estado-nação – destaca Gilberto Duperas – está cada vez mais limitado para decidir plenamente a sua política monetária, definir seu orçamento, organizar a produção e o comércio e cobrar impostos sobre as empresas; ou seja, perdeu a maior parte de seu poder no âmbito econômico, mas ainda conserva boa parte de sua capacidade regulatória. Por outro lado, a consolidação de alianças estratégicas entre redes criminais, gerando a globalização do crime organizado, coloca em xeque a capacidade do Estado na regulação da própria legislação nacional, já que estes negócios fogem de todo tipo de regulação governamental.”¹⁸

A globalização do crime organizado, compreendendo ações criminosas acima das fronteiras nacionais através do tráfico de drogas, do contrabando de armas e de todo o tipo de mercadorias, além da lavagem de dinheiro,

constitui poderoso desafio à soberania do Estado, uma das ameaças mais difíceis de ser superada pelo Estado pós-moderno. O que torna essas atividades ilícitas incontroláveis é fato de que elas se articulam em rede de negócios e de colaboração global. Não podemos deixar, neste contexto, de mencionar, tratando de redes criminosas internacionais, a questão do terrorismo internacional. Basta-nos registrar a rede Al Qaeda, estruturada em vários Estados, organização criminosa que responde pelo mais grave atentado à soberania dos Estados Unidos, desde 1812, ocasião em que os ingleses, reagindo ao expansionismo norte-americano na direção do Canadá, invadiram o país e chegaram a incendiar Washington.

Manuel Castells,¹⁹ em instigante trabalho sobre a natureza do Estado pós-moderno, identificando “*o como e o porquê*” do que ele chama de transbordamento do Estado-nação, e da crise de legitimidade que sofrem suas instituições, assinala que a multilateralidade de suas ações e a descentralização de suas instituições acabou por criar o que ele denomina Estado-rede, forma estatal pós-moderna que, institucionalmente, passa a dispor de mecanismos que permitem ao Estado enfrentar os desafios da sociedade da informação. Ao propor sua conceituação, Castells deixa logo claro que não vê o Estado-rede como uma nova utopia da era da informação. Afirmando que nem tudo é global, que a imensa maioria do emprego, da atividade econômica, da experiência humana e da comunicação simbólica seja regional ou local, Castells explica que os processos estruturados da economia, da tecnologia e da comunicação estão, a cada dia, mais globalizados e que, decorrente disso, o sistema global se organizou em redes assimé-

tricas, que conectam tudo o que vale e desconectam tudo o que não vale ou desvaloriza: pessoas, empresas, territórios e organizações. Nenhum país, em razão da velocidade com que eletronicamente moedas e outros capitais são enviados de um país a outro, em questão de segundos, pode determinar sua política monetária, creditícia ou fiscal, à margem da evolução dos mercados financeiros. “*Em outras palavras*” – afirma Castells – “os Estados, todos os Estados, têm de navegar no sistema financeiro global e adaptar suas políticas, em primeiro lugar, às exigências e conjunturas desse sistema.”

No quadro conceitual do Estado-rede, os meios de comunicação, embora também amplamente globalizados, não configuram instrumentos que propiciem a concretização de uma cultura única, global, imposta por oligopólios da informação. “Há uma produção global de imagens, sons e informação, que, por sua vez, recebe *inputs* de todo o mundo, de todas as culturas, e se rearticula empresarialmente no âmbito de cada cultura, de cada sociedade e para cada audiência específica.” Essas realidades, por possuírem dinâmica própria, conseguem ficar à margem dos controles estatais, o que se dá, também, com a Internet que, como meio global de informação, escapa ao controle do Estado.

“Nas sociedades democráticas, o Estado perde a capacidade de controlar os fluxos de informação entre cidadãos. E até nas sociedades autoritárias o preço para fechar o acesso à Internet é muito alto para desconectar o conjunto do país da rede mundial pela qual circulam, junto com bobagens e pornografia, valiosas informações e novas redes de relação.” Nessa perspectiva, vale a pena registrar que proje-

ções confiáveis estima que a rede mundial de usuários da Internet deverá atingir seiscentos milhões de internautas ainda nesta primeira década do século atual, o que, sem dúvida, ampliará as dificuldades que o Estado já enfrenta para controlar os fluxos de informação.

Para melhor entendimento do que Castells denomina Estado-rede, devemos levar em conta os processos sociais, econômicos e políticos que favorecem o local, o regional, em detrimento do nacional. A criação da Comunidade Econômica Européia pelo tratado de Roma, firmado em 25 de março de 1957, e os sucessos posteriores que redundariam na União Européia e, portanto, na consolidação da integração do continente após Maastricht, como não poderia deixar de ser, operaram profundas modificações na natureza da soberania dos Estados membros no campo interno e, principalmente, no âmbito externo. Interessa-nos aqui discutir estas implicações considerando o conceito tradicional de soberania. As relações especiais que se estabeleceram entre os Estados membros consolidaram um corpo normativo especial - o Direito Comunitário - , isto é, formou-se um complexo Direito Regional, constituindo-se como forte elemento de coordenação e de integração dos Estados membros. A base de sustentação jurídica da União Européia está na transferência de soberania por parte dos Estados membros; a força impositiva do poder normativo comunitário sobre as legislações nacionais, como assinala Joana Stlezer, constitui "a dimensão teleológica da integração". Esta mesma autora ressalta que esta transferência de parcelas soberanas "se tornou possível em virtude da mutação que o próprio conceito de soberania sofreu ao longo do tempo. Ora, se a conceituação de soberania continua-

se atada à sua idéia de poder absoluto e inatingível, a partir de uma transferência de soberania, o Estado deixaria de existir ou a transferência não se completaria. Em decorrência do fenômeno da globalização e de outras variáveis, a soberania restou diluída na teoria e na prática, tornando-se possível falar em transferência de parcelas soberanas, sem danificar a imagem do Estado na comunidade internacional. Antes una e absoluta, a soberania passou a se demonstrar divisível".²⁰

A União Européia, sob o prisma da soberania, conforma uma situação singular. Com os poderes que lhe são assegurados pelo Tratado de Maastricht, instituiu a moeda única e, da mesma forma, trabalha para a efetivação externa e de segurança únicas, coordena fortemente as economias dos Estados membros, porém, apesar de tudo isso, a União Européia ainda está longe de caracterizar-se como uma federação, embora haja avançado bastante nessa direção ao passar a cunhar moeda, pois esta competência é um dos principais apanágios da soberania estatal. Além disso, como é do conhecimento geral, uma moeda forte é, sem dúvida, um poderoso instrumento de dominação. A libra esterlina financiou a hegemonia inglesa, e, da mesma forma, hoje, o dólar sustenta a hegemonia norte-americana.²¹

No âmago da crise do velho Estado-nação está o renascimento dos nacionalismos, das antigas querelas étnicas e a consequente exploração do terrorismo. Como diz Gilberto Dupas, "o objetivo da maioria dos nacionalismos é construir ou reconstruir um novo Estado-nação baseado na identidade e não somente na herança histórica do controle territorial.

Os Estados-nação estão deixando de ser soberanos e passando a ser atores estratégicos

*que se ocupam dos interesses daqueles que supostamente representam, em sistema global de interação. Trata-se de uma situação de soberania partilhada sistematicamente”*²²

Voltando ao conceito de Estado-rede, Manuel Castells afirma que esta nova categoria de organização estatal compartilha sua soberania por meio de uma série de instituições. Este sistema não está subordinado a um centro, pois uma rede não tem centro e sim nós de diferentes dimensões e com relações internodais que são freqüentemente assimétricas, embora todos os nós sejam necessários para a existência da rede. Desta forma, o Estado-nação se articula, compartilha decisões com instituições supranacionais, regionais e locais, fazendo o mesmo com organizações não-governamentais. Na linha de que a União Européia “está organizada como uma rede que implica compartilhar soberania, em vez de transferir soberania a um nível superior”, Castells conclui que o associativismo europeu acabou fazendo surgir um novo tipo de Estado, “que não é o Estado-nação, não é uma federação, muito menos uma confederação ou um domínio de Estados, mas que não elimina o Estado-nação e sim o redefine. Este tipo de Estado parece ser o mais adequado para processar a complexidade crescente de relações entre o global, o nacional e o local, a economia, a sociedade, a política, na era da informação”²³.

Discutindo o processo que configura a perda gradual de poderes soberanos pelo Estado no mundo globalizado, Michael Hardt e Antonio Negri destacam, de início, a questão econômica, lembrando a realidade de que, cada vez mais, num mundo acima das fronteiras nacionais, os fatores primários da produção e troca – dinheiro, tecnologia, pessoas

e bens – transitam à vontade, dentro e fora das fronteiras, o que acaba limitando e dificultando o poder regulador do Estado – mesmo daqueles dotados de maior capacidade soberana – sobre esses mesmos fluxos e sobre a economia. Apesar disso, os citados autores afirmam que, embora declinante a soberania não está passando por um processo de completo desprestígio. Asseguram isto argumentando que a soberania toma nova forma, uma vez que as funções, os controles políticos e mecanismos reguladores do Estado continuam, a despeito de tudo, a determinar o reino da produção e da permuta econômica e social. Nossa hipótese básica – assinalam – “é que a soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica única. Esta nova forma de economia é o que chamamos de Império”²⁴.

É importante observar o que Hardt e Negri expressam como Império. Começam por explicar que este Império da pós-modernidade é “algo completamente diverso de ‘imperialismo’. As fronteiras definidas pelo moderno sistema de Estados-nação foram fundamentais para o colonialismo europeu e para a expansão econômica: (...) O imperialismo era, na realidade, uma extensão da soberania dos Estados-nação europeus além de suas fronteiras. Onde quer que deitasse raízes, a soberania moderna construía um Leviatã que cobria como um arco seu domínio social e impunha fronteiras territoriais hierárquicas, para fiscalizar a pureza de sua identidade e para excluir tudo que representasse o outro. A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se ba-

seia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. (...) Muita gente identifica os Estados Unidos como a autoridade definitiva que rege o processo de globalização e a nova ordem mundial. Simpatizantes aplaudem este país como expoente do mundo e única superpotência, enquanto detratores o denunciam como o opressor imperialista. Os dois pontos de vista partem do pressuposto de que os Estados Unidos simplesmente vestiram o manto do poder global deixado cair pelos países europeus. (...) Nossa hipótese básica, entretanto, de que uma nova forma imperial de supremacia surgiu, contradiz ambas as teorias. Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabado. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam.

De fato, os Estados Unidos ocupam uma posição privilegiada no Império, e esse privilégio decorre não de semelhanças com antigas potências imperialistas européias mas de diferenças em relação a elas”²⁵

Nesse contexto, os autores salientam que utilizam a palavra *Império* para expressar não semelhanças entre a ordem mundial de hoje e os impérios do passado, como o romano e o chinês, por exemplo, mas, numa abordagem teórica, explicar que o conceito de *Império* caracteriza-se, fundamentalmente, pela ausência de fronteiras delimitadas. Na passagem do moderno para o pós-moderno, do imperialismo para o Império, é cada vez menor a distinção entre o dentro e o

fora, entre o interno e o externo em qualquer dos âmbitos de manifestação social, política e militar. No conceito de soberania moderna era bem distinta a relação do Estado com seu exterior, uma vez que a soberania era concebida em termos de território. Sob o Império entramos na era dos conflitos menores, comparativamente aos que até o fim das guerras imperialistas, interimperialistas e anti-imperialistas acabaram. Hoje, todas as guerras travadas no âmbito do Império seriam classificadas como guerras civis.²⁶

A visão de que o imperialismo acabou, a afirmação segundo a qual “os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista” está longe de ser pacífica entre os analistas internacionais.

Segundo Emir Sader a não referência e não utilização de suas categorias essenciais – *capitalismo e imperialismo* –, a ausência desses conceitos no marco interpretativo dos fenômenos contemporâneos, acabam por impedir uma compreensão real do caráter das relações existentes hoje no mundo. Para tal, é necessário entender o ciclo de expansão da economia norte-americana na década de 1990, que foi baseado na tradicional intensificação da exploração do trabalho e não simplesmente nos avanços tecnológicos. Por outro lado, a desaceleração dessa economia nestes tempos difíceis do século XXI nos leva à certeza de que não se estruturou, no período citado, *uma nova economia*, caracterizada pelo crescimento contínuo, imune a crises, mas a evidência de que estamos presenciando a velha sucessão de ciclos expansivos e recessivos do capitalismo, com todos os sintomas clássicos de suas crises, isto é, a incapacidade de absorção, pelo

consumo, da massa de bens produzidos. Emir Sader reafirma, ainda, que é preciso buscar no imperialismo a explicação do fenômeno político contemporâneo, pois o que se passa hoje no mundo não se reduz a uma simples relação entre Estado, ou entre as empresas transnacionais, mas deriva da existência de um sistema de poder total, sem paralelo na história da humanidade, centrado na hegemonia de uma potência imperial, os Estados Unidos da América.²⁷

Acreditamos, nesse contexto, ser oportuno registrar a distinção entre *diplomacia imperial* e *diplomacia imperialista*. Raymond Aron,²⁸ tratando do tema, explica que o termo imperialista tem conotação pejorativa, mas não o termo *imperial*, que conserva mesmo algo das lembranças de glórias transmitidas pela cultura histórica. Nessa linha, Aron afirma que o estado imperial usa eventualmente sua força para defender seus protegidos, não para dominar seus clientes. Assim, não tem dúvidas em classificar a diplomacia americana para a Europa Ocidental como *imperial*, nos limites conceituais referidos, pois a ação política, ideológica, econômica e militar dos Estados Unidos nessa região durante a Guerra Fria não poderia ser cunhada de *imperialista*, sem abuso do termo, pois ajudava, realmente, seus aliados europeus a se defendessem contra a expansão do então Império Soviético. Mas, essa era, em nosso entendimento, uma posição válida apenas para a Europa. O mesmo não se pode dizer da diplomacia norte-americana, em qualquer época, para o resto do mundo, principalmente para a América Latina. Em 1973, Benjamin J. Cohen perguntava: “Que importa se (os Estados Unidos) têm poucas colônias formais? O imperialis-

mo americano nunca dependeu da extensão direta da soberania política. Seus métodos foram sempre essencialmente indiretos, como nas relações com a América Latina no decorrer dos anos. De fato, todo o Hemisfério Ocidental e algumas partes do Hemisfério Oriental têm sido tradicionalmente dependências dos Estados Unidos. Agora, diz-se que muito do resto do mundo é igualmente controlado dali, em parte por intermédio da influência norte-americana na Europa e Japão. A chave de tudo é a Economia capitalista.”²⁹

Na fase histórica em que vivemos, o imperialismo apresenta nuances e diferenças que o tornam mais sutil e, talvez, mais eficiente que o imperialismo praticado pelos poderes coloniais europeus até a Segunda Guerra Mundial.

Nos limites deste trabalho, não temos como discutir, com profundidade, a questão do imperialismo no mundo globalizado. O fato é que o termo, apesar das polêmicas em torno do seu significado atual, continua presente na análise das relações internacionais como definidor de um complexo de relações econômicas, políticas e militares, melhor dizendo, de um sistema de desigualdade nas relações econômicas mundiais, referindo-se, desta forma, a qualquer relação de dominação, ou controle efetivo, direto ou indireto, de um Estado sobre outro, ou, como quer Benjamin Cohen,³⁰ refere-se àquele tipo de relações internacionais caracterizadas por uma *assimetria particular baseada na dominação e na dependência*.

Como sabemos, o processo de descolonização total está ainda muito longe de ser concluído. A soberania dos Estados que emergiram desse processo, como já foi dito, em muitos aspectos – com destaque para o econômico – é meramente formal. Comércio e inves-

timentos, “ajuda externa”, empréstimos do FMI, subordinação tecnológica são eficientes instrumentos de manutenção do controle e da exploração neocolonial.³¹

Na discussão do presente tema, acreditamos conveniente destacar outras características da soberania na sociedade pós-moderna, levando em conta, nesta oportunidade, que os fatores políticos, econômicos, culturais, científicos e tecnológicos de porte eminentemente transnacional, universalista, que embasam a globalização,³² são plenamente dominados e controlados por redes assimétricas a partir, principalmente, dos Estados Unidos, do Japão e de países da União Européia. Disso resulta a realidade de que, no máximo, 30 Estados, dentre os 189 países que fazem parte da ONU – com destaque para os Estados Unidos, os países da União Européia, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, o Paquistão, o Canadá e o Brasil –, têm condições – uns mais, outros menos –, para exercer e compartilhar, segundo seus interesses e vontades, a nova soberania. Nessa perspectiva, devemos considerar, em relação às grandes corporações transnacionais, que por mais fortes e poderosas que elas sejam, mesmo assim, necessitam da capacidade de articulação e dos mecanismos de pressão dos Estados onde elas estão sediadas para a defesa de seus interesses políticos e comerciais nos espaços que esses Estados controlam.

Há, em relação ao restante dos Estados, uma limitação de fato, que afeta, sobremaneira, seus graus de soberania, decorrente da instabilidade política, da dependência econômica, da insignificante participação nas redes transnacionais de ciência e tecnologia, da submissão à atual divisão internacional do trabalho que só beneficia os Estados ricos, en-

fim, da ameaça que, a todo tempo, essas sociedades nacionais emergentes sofrem de ser desconectadas das redes que controlam o poder mundial.³³ Somente os Estados que dispõem de amplas condições de poder nacional para exercer controle sobre as redes financeiras, científicas, tecnológicas e culturais mundiais têm possibilidades de operar de forma verdadeiramente ativa no sistema internacional. Portanto, a grande maioria dos Estados membros da ONU – mais de dois terços – tem hoje, considerando o conceito moderno de soberania, principalmente em relação à soberania econômica, apenas soberania formal.³⁴ Como registra Michael Mann, referindo-se aos Estados latino-americanos, “eles são típicos Estados nacionais emergentes, com alcance territorial seguro e bastante estável, governos estatais grandes mas contestados, e regimes políticos voláteis. Todavia, como economias dependentes, também lhes faltam o grau de soberania econômica que a maioria dos Estados europeus já detinha no século XIX”. No mundo menos desenvolvido – conclui o autor –, a crise do Estado não é de pós-modernidade, mas de modernidade insuficiente.³⁵

A dependência econômico-financeira dessas sociedades nacionais é de tal ordem, que qualquer pronunciamento das agências privadas internacionais de avaliação de crédito acaba afetando a estabilidade política, provocando crises cambiais, enfim, criando dificuldades de toda a ordem para esses Estados. Comentando a vulnerabilidade da economia mexicana na crise que o país enfrentou em 1994-95, Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, citando Thomas Friedman, registram: “Existem os Estados Unidos e a Moody’s Investors Services. Os Estados Unidos podem destruir um país,

arrasando-o com bombas; a Moody's também pode destruir um país, baixando o valor de seus títulos.”³⁶ O Brasil, em razão da vulnerabilidade de sua economia, vem sofrendo, nos últimos tempos, ataques especulativos das principais agências de risco dos Estados Unidos. Além da Moody's, os bancos de investimento JP Morgan, Morgan Stanley, Goldman Sachs e Merrill Lynch estão sempre espalhando o pânico na economia brasileira, não só baixando o valor dos nossos papéis, como também recomendando aos investidores não adquirirem títulos do País. Essa realidade nos mostra como os Estados emergentes enfrentam grandes dificuldades para controlar sua vida financeira. Não deixa de ser uma *capitis diminutio* para a soberania desses países.

O Brasil, por seu peso específico no sistema internacional, pela liderança que exerce na América Latina em razão das realidades e potencialidades de seu poder nacional, precisa superar, com urgência, seus problemas econômicos e financeiros, resgatar seu enorme passivo social, reequipar e fortalecer seu poder militar, enfim, dotar-se das condições essenciais à defesa de seus interesses e de sua participação ativa e soberana na vida internacional. Nossa país conta com expressiva massa territorial e demográfica. Somos, além disso, uma nação em avançado processo de consolidação democrática e com grande expressão cultural. Dispomos, ainda, de recursos naturais abundantes e de considerável capacidade industrial, científica e tecnológica, temos, portanto, todas as condições para figurar no seletivo grupo de países que exercem, com voluntarismo, seu poder soberano. Para isso, necessitamos, sem mais subterfúgios, de um projeto nacional interno e externo definido

com objetividade e executado com coragem, patriotismo e independência.

Nestas notas sobre soberania do Estado pós-moderno, não podemos deixar de registrar a realidade de que as questões de segurança universalizaram-se a partir de 1945, e, neste contexto, os Estados Unidos, desde então, submeteram todos os seus aliados a uma situação peculiar, fato que levou Raymond Aron a cunhar a expressão “*protetorado militar*”, usando o termo no sentido de exercício de proteção, de hegemonia, não tendo a expressão outro sentido que não de *leadership*³⁷ militar. Embora a presença e o controle militar dos Estados Unidos na Europa, no Japão e na Coreia não sejam, hoje, tão representativos como foram à época da Guerra Fria, principalmente na questão da “*umbrella nuclear*”, a hegemonia militar norte-americana em relação a essas áreas continua incontestável, o mesmo acontecendo em relação ao resto do mundo, desde o colapso da União Soviética.³⁸

Comentando a capacidade militar dos Estados Unidos, Paul Kennedy destacava que este país responde por mais de um terço do total de gastos com defesa de todos os 190 países do planeta. “Embora os Estados Unidos possuam menos de um vigésimo da população do globo, são responsáveis por quase um terço da produção total do mundo. (...) O orçamento do Pentágono, no ano de 2000, foi equivalente aos gastos combinados com defesa das nove maiores potências militares seguintes. Não há igual na História em tamanho proporção, mesmo retrocedendo aos tempos do Império Romano.”³⁹

São essas realidades que levam alguns autores, como Hans-Peter Martin e Harald Schumann, a afirmar que, como única su-

perpetuando, os Estados Unidos são, também, a única nação que, de fato, na sociedade globalizada, tem conseguido manter um alto grau de soberania. Isso se dá não só em razão da superioridade militar,⁴⁰ mas, sobretudo, pelo poder econômico e financeiro que faz da República Imperial o condutor de integração global.⁴¹

Os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e a guerra total declarada pelos Estados Unidos ao terrorismo internacional foram responsáveis pelo aparecimento de um novo tipo de guerra – a chamada *guerra assimétrica*, ou seja, a guerra dos fracos contra os fortes, dos pobres contra os ricos. O Professor Darc Costa, Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, em excelente ensaio sobre o tema, explica que, por sua natureza, a guerra assimétrica tem como objetivo surpreender, exaurir e desequilibrar o adversário, busca muito mais uma vitória política do que uma militar. “*Se tiver vontade e capacidade de conduzir uma guerra assimétrica, um pequeno país pode vir a contrapor-se com êxito contra a pretensa múltipla superioridade de uma potência. Um caçador de feras, munido de fuzil de alta precisão e de mira telescópica, pode ser abatido, se quiser atirar numa colmeia, pelo ataque de um enxame de abelhas. Basta a estas abelhas o buscarem de forma objetiva*”. Entre outros meios, a guerra assimétrica pode tomar forma de guerra psicológica, guerra radiológica, nuclear ou radioativa, guerra biológica, bacteriológica ou virótica, guerra cibernética, eletrônica ou informática e guerra química. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 se enquadra nessa categoria e, da mesma forma, o terrorismo palestino con-

tra Israel. Nas duas situações, fica evidente a assimetria de poder entre os adversários, isto é, a disparidade da capacidade militar, a incontestável amplitude e sofisticação dos arsenais, o poder financeiro, científico e tecnológico dos Estados Unidos e de Israel diante de seus inimigos.⁴²

Deveremos ainda considerar, como consequência da política externa adotada pelos Estados Unidos a partir de 11 de setembro de 2001, que o Departamento de Estado e a Assessoria de Segurança Nacional do país divulgou, recentemente, a nova doutrina norte-americana sobre a soberania nacional. O ponto central dessa nova configuração está no fato de que os Estados Unidos somente se obrigam a respeitar a soberania de outro Estado se este se conduzir dentro da cláusula democrática, e, sobretudo, seguir a política antiterrorista do atual governo. Em razão disso, o Conselho de Segurança dos Estados Unidos formulou uma nova doutrina estratégica para o país, consubstanciada no conceito de *intervenção defensiva*, princípio que justificaria ataques preventivos contra grupos terroristas ou Estados hostis aos norte-americanos. O conceito de *intervenção defensiva* se traduz em radical mudança da concepção geoestratégica dos Estados Unidos, vigente nas últimas décadas, uma vez que os estrategistas norte-americanos, até 11 de setembro, trabalhavam com a noção de que a fortaleza norte-americana era inexpugnável, ou seja, os Estados Unidos não sofreriam ataques ao seu território, porque a resposta militar seria arrasadora. Isto, como sabemos, se mostrou tragicamente falso com o ataque terrorista de 11 de setembro. Ao apresentarem essa doutrina, os Estados Unidos, sob o governo Bush, deixam claro que

não têm a menor intenção de reforçar os mecanismos internacionais de prevenção de crises e, portanto, explicitam que deseja manter a unilateralidade de suas ações externas.⁴³

Além disso, como já registramos anteriormente, no exercício de seu incontrastável poder soberano, os Estados Unidos, por questões mais do que conhecidas, têm enorme controle dos organismos multilaterais, como o sistema Nações Unidas, a OTAN, a OEA etc. Basta recordarmos a recente e truculenta intervenção norte-americana na Organização para a Proibição das Armas Químicas – OPAQ, da qual resultou a demissão do Embaixador José Maurício Bustani da Secretaria-Geral da organização, por contrariar interesses dos Estados Unidos, isto é, por administrar a organização de forma independente. É com base nesses argumentos que Samuel Pinheiro Guimarães afirma, contrariando os prognósticos sobre o fim do Estado, que no tocante à reorganização territorial e de soberania, situações como a que acima nos referimos apontam não para o fim do Estado, mas para o fortalecimento de certos Estados nacionais, como os Estados Unidos.⁴⁴

SOBERANIA, DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

Nas últimas décadas do século XX, a partir da promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da celebração de inúmeros tratados e convenções versando sobre direitos humanos, que foram aprovados para vigorar nos âmbitos universal e regional, vem prosperando uma cultura centrada na necessidade de universalizar e garantir, de forma efetiva, o exercício desses direitos. As

duas cortes regionais permanentes voltadas para os direitos humanos, em pleno funcionamento – a Européia e a Americana –, e os tribunais *ad hoc* para a antiga Iugoslávia e para Ruanda, além da perspectiva de entrada em funcionamento do Tribunal Penal Internacional – as sessenta ratificações necessárias para efetivação do estatuto de Roma já estão depositadas na Secretaria-Geral da ONU –,⁴⁵ são, portanto, realidades que nos permitem alimentar esperanças de avanços cada vez maiores na direção de uma efetiva consciência universal de respeito aos direitos humanos, mesmo contra seu próprio Estado,⁴⁶ fato que trouxe novos argumentos à discussão sobre os limites da soberania.

Dentre esses, por suas implicações com a soberania estatal, salienta-se o chamado *direito de ingerência*, cuja finalidade seria a defesa e a salvaguarda de direitos humanos. Da forma como aparece hoje, o direito de ingerência seria uma evolução do chamado *direito de intervenção humanitária*. Como, nos dias atuais, a problemática dos direitos humanos está na ordem do dia; os Estados mais poderosos, muitas vezes, usam o princípio para encobrir interesses políticos e econômicos variados. São esses Estados os principais defensores do direito de ingerência, que, no meu entendimento, da forma como vem sendo usado, é inaceitável para os países emergentes. Por essa razão, não se tem na doutrina uma posição dominante sobre a legalidade desta forma de intervenção. Sob ponto de vista do direito positivo, somente se revestirá de legalidade a intervenção humanitária praticada pela ONU, mesmo assim apenas no caso em que a violação possa ser, de fato, fundamentada no Capítulo VII da Carta, isto é, con-

figurar-se como verdadeira ameaça à paz e à segurança internacionais.

As questões ambientais de cunho internacional, por encerrarem interesses políticos, econômicos, financeiros e comerciais dos países dominantes, muitas vezes representando conveniências comerciais e financeiras de empresas transnacionais sediadas em seus territórios, são destaques no rol dos desafios à soberania dos países emergentes. Sob o pretexto inaceitável de proteger e evitar danos ao meio ambiente, ou corrigir *má conduta em questões ambientais*, chegam a afirmar, como fez o falecido Presidente Mitterrand: “*Tratando-se de questões de meio ambiente, o conceito de soberania dos povos deve ser revisto.*”⁴⁷ Por trás destas manifestações estão, evidentemente, os interesses econômicos desses Estados e dessas empresas transnacionais sobre os imensos recursos naturais dos países emergentes – principalmente sobre a diversidade biológica e os imensos recursos hídricos e minerais da Amazônia brasileira.⁴⁸ Não podemos aceitar, de forma alguma, por exemplo, a idéia de criação, que vez por outra vem à tona, de uma entidade supranacional, uma *Autoridade Ambiental Mundial*, com poderes para intervir nas políticas ambientais dos países onde, segundo decisões desta “*Autoridade*”, estariam ocorrendo danos ao “*patrimônio ambiental mundial*”.⁴⁹

Nesta perspectiva, a pretensa revisão do conceito de soberania se daria com base em um *dever de ingerência* – categoria estritamente política – a ser exercido individual ou coletivamente pelos Estados, e que, segundo Nascimento e Silva, é bem mais drástico do que um *direito de ingerência*, que está ligado à noção de *enforcement*, ou seja, de execução em caso

de dano ambiental, e, portanto, à noção de responsabilidade internacional.

Considerando que os principais danos ao meio ambiente são atribuíveis às potências industriais, a dúvida que existe consiste em saber se na hipótese de *má conduta* pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha ou Rússia, uma entidade supranacional teria poderes para julgar e punir um dos citados países. Daí o empenho dos países mais débeis em insistir, durante a Conferência do Rio (92), e durante os trabalhos preparatórios, que a referência ao direito soberano de explorar os seus recursos naturais de conformidade com a sua política ambiental fosse mantida.⁵⁰

Os países industrializados são os verdadeiros responsáveis pela degradação ambiental mundial, uma vez que suas intensas atividades industriais provocam o lançamento na atmosfera, em proporções alarmantes, de gases do chamado *efeito estufa*, que eleva a temperatura terrestre e faz subir o nível dos oceanos. Os Estados Unidos, que se negam a ratificar o protocolo de Kyoto, de 1997, instrumento internacional que busca reduzir as emissões de gases poluentes na atmosfera,⁵¹ são responsáveis por 1/4 das emissões globais de CO₂. A União Européia, por sua vez, responde com 23% destas emissões.

CONCLUSÃO

Concluímos estas linhas reafirmando a natureza polêmica do conceito de soberania estatal no âmbito da sociedade globalizada. A interação cultural entre as nações – propiciada pelas tecnologias da informação –, a completa internacionalização dos mercados e a natureza da atual divisão internacional do trabalho ampliam as assimetrias oriundas das disparidades

de poder entre os Estados ricos e pobres, realidades que limitam ao extremo a soberania de mais de 2/3 dos Estados que conformam a sociedade internacional pós-moderna.

Diante do exposto, não temos dúvida em afirmar que, nestes anos iniciais do Terceiro Milênio, considerando todos os fatores anteriormente citados, e que limitam a soberania estatal ao extremo, e, sobretudo, o poder glo-

bal, a natureza intervencionista, a arrogância e a unilateralidade da ação externa da República Imperial norte-americana, esta mesma soberania, que na Idade Moderna fora o apanágio do Estado-nação, hoje, na pós-modernidade, para a quase totalidade das nações que fazem parte da ONU, é, como diz Celso D. Albuquerque Mello, “um mero critério formal na caracterização do Estado”.⁵² ☺

NOTAS

¹ Em seu livro *Entre duas Eras*, Zbigniew Brzezinski – Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971, p. 23-24 – cunha a expressão e define a *Era Tecnotrônica* como a fase da trajetória histórica da humanidade em que a “sociedade é moldada cultural, psicologicamente, social e economicamente pelo impacto da tecnologia e da eletrônica – em especial na área dos computadores e das comunicações (...) Na sociedade industrial, o conhecimento técnico foi empregado primordialmente num fim específico: a aceleração das técnicas de produção. Na *sociedade tecnotrônica*, o conhecimento científico e tecnológico, além de incrementar a capacidade de produção, rapidamente extravasa para afetar quase todos os aspectos da vida diretamente”.

² Apud Silva Cunha, Joaquim e Vale Pereira, Maria da Assunção. *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: Livraria Almedina, 2000, p. 61. Sobre a obra e a importância de Suárez para a história do Direito Internacional, ver Nassbaum, Artur. *Historia Del Derecho Internacional*. Madrid: Editorial revista de derecho privado, 1949, p. 67-76.

³ Bodin escreveu *Os Seis Livros da República – Les Six Livres de la Republique* –, entre 1576 e 1580. Como sabemos, naquela época, os trabalhos científicos eram redigidos em latim. Contrariando o costume, Bodin redigira sua magnífica obra em francês, segundo ele em “língua popular, para melhor ser compreendido”. É que seu livro tinha um objetivo: reforçar o poder do Estado-nacional francês. Em 1586, veio a lume a edição latina – *De Republica: Libri Six* – Recomendamos a leitura do Capítulo VIII da importantíssima obra de Carl J. Friedrich, *Perspectiva Histórica da Filosofia do Direito*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, onde o autor discute o conceito de soberania em Bodin, Altúlio e Grócio, p. 74-83.

⁴ Consulte-se Châtelet, François. Duhamel, Olivier e Pisier-Kouchner, Evelyn. *História das Idéias Políticas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 47-54.

⁵ Consulte-se, a respeito, Paulo Pitta e Cunha, op. cit. p. 60, Gerson de Britto Mello Bóson assinala que o conceito de soberania vem sofrendo forte repulsa por parte dos interna-

cionalistas mais ilustres. Aponta, por exemplo, que *Pasquale Fiore* afirma “que só se pode reconhecer ao *Estado independência limitada* pelas exigências da sociedade internacional, o que *Pillet* caracterizou como uma situação de interdependência das nações (...) *Duguit* e os solidaristas prosélitos, entre eles G. Scelle, negam a existência de coletividades soberanas, por constituir a soberania uma nação inconciliável com o Direito Internacional. Trata-se de um conceito que deve ser rejeitado. Um poder soberano só poderia ser atribuído a uma *civitas máxima*, que constituiria uma sociedade internacional universal, provida de organização completa. Do exposto acima, acerca do pensamento de *Kelsen*, *Verdross* e outros, deduz-se a eliminação da soberania em face da ordem jurídica internacional, ou, pelo menos, uma transformação profunda no conteúdo da palavra, que já não traduzirá o sentido originário e tradicional. *Direito Internacional Público*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2000, p. 160-161.

⁶ Sobre a emergência do constitucionalismo e sua importância na mudança do conceito de soberania, ver Daniel Sarmento – *Constituição e Globalização: A crise dos paradigmas do Direito Constitucional*. In Anuário Direito e Globalização – A Soberania. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999, p. 55. Escreve o autor: “O constitucionalismo surge no século XVIII, na esteira do Iluminismo e do Racionalismo, consagrando a ideia de limitação dos poderes do Estado com vistas à proteção dos direitos individuais do cidadão. Durante a Ilustração foram edificados os pilares do jusnaturalismo racionalista, que centrava as suas preocupações no ser humano, considerando-o como ente dotado de direitos que precediam ao Estado, e que deveriam ser assegurados pela ordem jurídica”. Desde o Renascimento, o conceito de soberania já havia se sedimentado, marcando a superação do feudalismo e o advento do Estado-nação. Contudo, com o constitucionalismo, a fonte do poder soberano desloca-se da pessoa do monarca para a nação, à qual se atribui a titularidade do Poder “Constituinte”.

⁷ Baracho, José Alfredo. *Teoria Geral da Soberania*, in Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte: Uni-

- versidade Federal de Minas Gerais, nº 63/64, julho de 1986, janeiro de 1987, p. 24-26.
- ⁸ V. Celso Albuquerque Mello, *Direito Internacional Econômico*, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1993, p. 47. Consulte-se, também, sobre o tema, Verdross, Alfred. *Derecho Internacional Público*. Madrid: Aguilar S. A. de Ediciones, 1963, p. 8-12.
- ⁹ Sobre a doutrina Brejnev, ver Alves Pereira, Antônio Celso. *Os Impérios Nucleares e seus Reféns: Relações internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982, p. 66-70.
- ¹⁰ Consulte-se Brownlie, Ian. *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 1997, p. 308-318.
- ¹¹ Direito de Ingerência. In *O Direito Internacional do terceiro Milênio*. Estudos em Homenagem ao professor Vicente Marotta Rangel. São Paulo: 1998, p. 364.
- ¹² "A meu ver, não há uma definição integralmente sólida do que seja a soberania. Este é um conceito jurídico indeterminado. (...) A doutrina tem uma opinião bastante uniforme sobre esta noção. J.E. Faria escreve: 'Os conceitos jurídicos indeterminados' são expressões vagas utilizadas pragmaticamente pelo legislador com a finalidade de propiciar o ajuste de certas normas a uma realidade cambiante ou ainda pouco conhecida; graças a esses conceitos, o intérprete pode adequar a legislação às condições socioeconômicas, políticas e culturais que envolvem o caso concreto e condicionam a aplicação da lei.' Mello, Celso D. de Albuquerque. *A Soberania através da História*. In Anuário Direito e Globalização, p. 8.
- ¹³ Discute-se muito sobre o conceito de globalização. Manuel Castells a define como "um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado (a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do ambiente e o crime organizado) funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta. Trata-se de processo historicamente novo (distinto da internacionalização e a existência de uma economia mundial) porque somente na última década se constituiu um sistema tecnológico (telecomunicações, sistemas de informação interativos e transporte de alta velocidade em um âmbito mundial, para pessoas e mercadorias) que torna possível essa globalização. A informacionalização da sociedade, a partir da revolução tecnológica que se constitui como novo paradigma operante na década de 1970, é a base da globalização da economia. A exitosa *perestroyka* do capitalismo, junto com a fracassada reestruturação do estatismo, conduziu, na última década, à constituição de um sistema econômico articulado globalmente, funcionando com regras cada vez mais homogêneas entre as empresas e os territórios que o constituem. Pela primeira vez na história, a economia de todo o planeta é "capitalista". Para o *Estado-Rede: Globalização Econômica de Instituições Políticas na Era da Informação*, In Sociedade e Estado em Transformação. Organizadores: L.C. Bresser Pereira, Jorge Wilheim e Lourdes Sola. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 149.
- ¹⁴ Comentando a crise que afeta o Estado, Michael Mann - *Um Mapa da Questão Nacional* - Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996, p. 313-314, explica que a perda do poder não se dá em todas as esferas de sua ação soberana. Segundo esse autor, "nos últimos 25 anos, assistimos a reversões neoliberais e transnacionais de alguns poderes dos Estados nacionais. No entanto, alguns de seus poderes continuam a crescer. Ao longo desse mesmo período recente, os Estados regularam cada vez mais as esferas privadas íntimas do ciclo de vida e da família. A regulamentação estatal das relações entre homens e mulheres, da violência familiar, do cuidado com os filhos, do aborto e de hábitos pessoais que costumavam ser considerados particulares, como o fumo, continua a crescer. A política estatal de proteção ao consumidor e ao meio ambiente continua a proliferar, e as feministas e os ativistas 'verdes' exigem uma intervenção estatal ainda maior".
- ¹⁵ Ver, a respeito, Huntington, Samuel P. *O Choque de Civilizações e Reconstrução da Ordem Mundial*: São Paulo: Editora Objetiva, 1997, p. 29-43.
- ¹⁶ "As forças religiosas tiveram através da História uma influência decisiva no DI. O catolicismo originou uma série de institutos, tais como a Trégua e Paz de Deus; outros tiveram a sua evolução marcada por atos da Igreja, como as bulas papais que influenciaram a formação do instituto da ocupação. O protestantismo, com sua atuação decisiva na luta pela abolição do tráfico negreiro e no movimento pacifista. O protestantismo devido a sua multiplicidade de seitas teve menos influência nas relações internacionais. Em 1948, foi criado o Conselho Mundial das Igrejas com a finalidade de unificar a sua atuação. Este conselho recebeu o *status de organização consultiva* na ONU e na UNESCO. Atualmente ele se preocupa com o auxílio aos países subdesenvolvidos, bem como a questão demográfica. A Igreja Ortodoxa Grega influindo no movimento do pan-eslavismo. O islamismo voltou a ter neste final de século uma grande força política." Mello, *Curso de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999, VI, p. 46.
- ¹⁷ "Há, portanto, pelo menos dois protagonistas importantes no processo de globalização: as corporações estratégicas e os Estados nacionais. As primeiras são mais ou menos 38 mil empresas que ocupam o centro de uma rede maior, de talvez 250 mil, e determinam o crescimento de um mercado desterritorializado, cujos fluxos estão dentro das mesmas. O comércio infrafirmas representa algo como 2/3 do comércio internacional." René Armand Dreifuss. *Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo*. In *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda., 1998, p. 29.
- ¹⁸ Dupas, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 102.

- ¹⁹ Para o Estado-rede: *Globalização Econômica e Instituições Políticas na Era da Informação*. In *Sociedade e Estado em Transformação*. Organizadores: L.C. Bresser Peixoto, Jorge Wilheim e Lourdes Sola. São Paulo. Editora Unesp, 1999, p. 148-171.
- ²⁰ Stelzer, Joana. *União Européia e Supranacionalidade - Desafio ou Realidade?* Curitiba: Editora Juruá, 2000, p. 111-116.
- ²¹ Nessa perspectiva, consideramos interessante mencionar o desenvolvimento do conceito de *Estado-Região*. As fronteiras do *Estado-Região* seriam determinadas “pela mão invisível e ágil do mercado global e de bens e serviços, sendo que seus territórios seriam estabelecidos pelas zonas econômicas naturais, nem sempre coincidentes com os territórios de um mesmo Estado-nação”. Ver Ramos Filho, Wilson. *Carta Social e mecanismos de Solução de Controvérsias em matéria de Conflitos de trabalho no Mercosul*. In *Direito & Mercosul. Revista dos Cursos de Pós-graduação em Direito da UFPR*. Curitiba: 1^a, n. 1, 1996, p. 89.
- ²² Op. cit., p. 102-103.
- ²³ Para o Estado-Rede: *Globalização Econômica e Instituições políticas na Era da Informação*, p. 147-164.
- ²⁴ *Império*, p. 11-12.
- ²⁵ Op. cit., p. 13/14.
- ²⁶ Recomendamos a leitura do excelente ensaio de Boaventura de Souza Santos - *reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*, onde o mestre da Universidade de Coimbra apresenta uma análise da questão da erosão do poder do Estado e, consequentemente, da erosão de sua soberania. In *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda., 1999, p. 33-75.
- ²⁷ Sader, Emir. *Capitalismo e Imperialismo*. In *Jornal do Brasil*, edição de 15/04/2002, p. 9.
- ²⁸ *República Imperial - Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 287-288.
- ²⁹ Cohen, Benjamin J. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 91.
- ³⁰ *A Questão do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 87.
- ³¹ George Soros, banqueiro e financista, expoente do capitalismo globalizado, portanto, insuspeito, opinando sobre a sangria de capitais a que são submetidos os países emergentes pela banca internacional, afirma em seu livro *On Globalization* recentemente lançado: “As economias emergentes estão sofrendo uma drenagem de capitais somada a custos crescentes de financiamento. Em 1996, as economias emergentes receberam US\$ 81,7 bilhões. Em 2000, transferiram US\$ 106 bilhões. Desde a crise financeira de 1997-99, as taxas de risco das economias emergentes subiram de patamar. Noutra manifestação do jogo desigual, as melhores empresas dos países emergentes se vêem obrigadas a pagar juros mais altos para se financiarem, perdendo competitividade. Isso é verdade tanto para países tão diferentes como a África do Sul, a Bulgária e o Brasil.” Apud Elio Gaspari - Jornal *O Globo*, edição de 29/05/2002, 1^a caderno, p. 7.
- ³² “Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro.” Hardt e Negri. *Império*, p. 13.
- ³³ “Ao contrário das concepções às vezes propostas em ciência política, a soberania não é indivisível, mas regular e caracteristicamente moldada pelas posições geopolíticas dos Estados, suas respectivas forças militares e, em um grau menor, pela sua situação na divisão internacional do trabalho.” Anthony Giddens. *O Estado-nação e a Violência*. São Paulo. Editora Edusp, 2001, p. 300.
- ³⁴ Cabe, em relação ao tema, salientar a existência dos chamados Estados semi-soberanos. São aqueles que, embora reconhecidos como sujeitos de direito internacional, têm, por várias razões, suas soberanias amplamente limitadas. Estão nessa categoria os chamados *Estados exíguos*, ou *micro-Estados*, que, dotados de território de pequena extensão, população também pequena, não têm como exercer todas as competências que conformam a soberania, isto é, subordinam várias competências soberanas a outros Estados, geralmente vizinhos. Não têm moeda própria e suas defesas estão a cargo dos Estados com os quais celebraram tratados regulando a subordinação. Esta é a situação dos principados de Mônaco e de Liechtenstein, das repúblicas de Andorra, do Tuvalu, do Nauru e de San Marinho. A maioria desses *micro-Estados* faz parte da ONU. Os chamados Estados associados estão também entre os semi-soberanos. Ligados a outros Estados, que se encarregam de suas políticas externa e de sua defesa, os *Estados associados* têm uma situação jurídica muito semelhante àquela que possuíam os antigos *Estados-protégidos*. Têm autonomia sobre seus assuntos internos, em alguns casos conduzem seus negócios exteriores, mas suas defesas estão a cargo do Estado ao qual se associaram. Como não foi ainda estabelecido um regime jurídico único, que são estabelecidas por tratado, são específicas para cada caso. Estão nessa categoria o Reino de Butã, associado à Índia, Porto Rico, as Ilhas Marshall. Os Estados Federados de Micronésia e as Ilhas Marianas do Norte em associação com os Estados Unidos; os Estados Associados das Índias do Oeste, com a Grã-Bretanha; as Ilhas Cook com a Nova Zelândia e a Groenlândia com a Dinamarca. Com a descolonização e as profundas mudanças operadas na sociedade internacional no século passado, as categorias *Estado-protégido*, *Estados-vassalo*, *Estado-cliente* e *Estado-satélite* não mais existem, são hoje apenas figuras históricas.
- ³⁵ Op. cit., p. 327 e 333.
- ³⁶ *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Editoras Contraponto e UFRJ, 1999, p. 17.

³⁷ Ver Raymond Aron, *República Imperial - Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 466-467. Sob o conceito do *protetorado nuclear*, ver Alves Pereira, Antônio Celso. *Os Impérios Nucleares e seus Reféns: Relações Internacionais Contemporâneas*, op. cit. p. 209-212.

³⁸ “Tal como a Europa” – escreve Michael Mann –, “o Japão não tem sido um ‘Estado-pleno’ desde 1945, faltando-lhe o controle de sua defesa e de sua política externa.” Contudo, este autor ressalta que, embora a Constituição japonesa limite os gastos militares do país em 2% do PIB, o tamanho desse PIB tornou-se tão grande que o Japão tem agora a quartas maior das Forças Armadas do mundo. Op. cit., p. 328.

³⁹ Kennedy, Paul. *A Manutenção do Poder Americano*. In *A Era do Terror - O Mundo depois de 11 de setembro*. Coletânea organizada por Talbot, Strobe e Chanda Nayan. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2002, p. 72-73.

⁴⁰ O poderio estratégico norte-americano é ainda maior do que as estatísticas que levam em conta indicadores como PIB, orçamento militar, capacidade industrial revelam. Basta atentarmos para o fato de que sua base tecnológica e científica é inigualável, uma vez que 40% de todo o tráfego da Internet ocorrem nos Estados Unidos, e mais de 70% dos laureados com o Prêmio Nobel, desde que esta distinção foi instituída, são oriundos da comunidade científica norte-americana. Recomendamos a leitura do ensaio de Paul Kennedy. *A Manutenção do Poder Americano: da Ferida à Recuperação*. In *A Era do Terror - O Mundo depois de 11 de setembro*. Coletânea organizada por Talbot, Strobe e Chanda Nayan. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002, p. 67-92.

⁴¹ Consulte-se, dos autores, *A Armação da Globalização*. São Paulo: Editora Globo, 1999, p. 300.

⁴² Darc Antônio da Luz Costa - *Guerra Assimétrica*. In *Estudos Estratégicos*: Publicação do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Abril de 2002, p. 99-164.

⁴³ Ver Editorial da *Folha de S. Paulo*, *Insegurança Mundial*, edição de 12/06/2002.

⁴⁴ “Um aspecto revelador do crescente poder nacional do Estado norte-americano é a sua capacidade de, mesmo diante da evidência do aumento de seu poder, promover e difundir ideologias que advogam a inevitabilidade – ou a necessidade – do desaparecimento dos “outros” Estados (e, portanto, a ‘naturalidade’ e a ‘desejabilidade’ de seu enfraquecimento) e de fazer com que as sociedades e as lideranças dos outros Estados se convençam e para tal fim cooperem. A nenhum analista – norte-americano ou não – que anuncia o ‘fim do Estado nacional’ ocorre imaginar ou sugerir que o Estado norte-americano esteja em vias de desaparecimento”. Pinheiro Guimarães, Samuel. *Quinhentos Anos de Periferia*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editoras Universidade/UFRGS/Contraponto, 2000, p. 49.

⁴⁵ Artigo 126 do Estatuto Tribunal Penal Internacional.

⁴⁶ “Enquanto a afirmação dos direitos naturais foi uma teoria filosófica, essa afirmação teve valor universal, mas não teve uma eficácia prática: quando esses direitos foram acolhidos pelas constituições modernas, a sua proteção se tornou eficaz, mas apenas nos limites em que era reconhecida por aquele particular Estado. Depois da Declaração Universal, a proteção dos direitos naturais passou a ter ao mesmo tempo eficácia jurídica e valor universal. E o indivíduo, de sujeito de uma comunidade estatal, passou a ser também sujeito da comunidade internacional, potencialmente universal.” Norberto Bobbio. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 485-486.

⁴⁷ Ver Nascimento e Silva, Geraldo Eulálio. *Direito Ambiental Internacional*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1995, p. 52. Registra ainda o mesmo autor: “Embora o prontuário francês em matéria ambiental não seja dos piores em comparação com o de outros países industrializados, apresenta alguns exemplos de má conduta, como nos casos de explosões nucleares no Pacífico Sul, a poluição do Reno pelas indústrias alsacianas de extração de potássio e a poluição do Mediterrâneo pela descarga e poluentes.” P. 52.

⁴⁸ “Não é de hoje que os ricos intentam internacionalizar a Amazônia. (...) Por conta disso, inúmeras ONGs, umas ingênuas, outras malandras, são subsidiadas pelos governos das multinacionais dos países ricos para defender a formação de nações indígenas independentes nas fronteiras do Brasil com a Guiana, a Venezuela, a Colômbia e o Peru. Onde existirem tribos nômades, que passam daqui para lá e de lá para cá, a estratégia será desligá-las da soberania brasileira, colocando-as sob a proteção da ONU e da OEA. De preferência onde existirem grandes reservas minerais nobres, como o nióbio, utilizado na fabricação de mísseis e foguetes, do qual a Amazônia brasileira detém 90% do total mundial”. Ver artigo de Carlos Chagas *Os sete ricos dão novo bote sobre a Amazônia*. In *Revista Manchete* - 13/11/1999, p. 9.

⁴⁹ Consulte-se Pedro Motta Pinto Coelho. *O Tratamento Multilateral do Meio Ambiente*. Ensaio de um Novo Espaço Ideológico. In *Temas de Política Externa Brasileira I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra - Fundação Alexandre de Gusmão - IPRI, 1997, p. 233-263. Escreve este autor: “De fato, para os defensores dessa tese do ‘direito de ingerência’, a base da ‘legitimização’ estaria nas noções de *danger imminent* para a vida dos *beneficiaires* (...), o que, convenhamos, abre as portas para todo o tipo de discricionariedade.” P. 256.

⁵⁰ Idem, p. 53.

⁵¹ Proposta na Conferência do Rio de 1992 e consolidada em Kyoto, é fundamental para o clima mundial a diminuição, até 2012, de 5% das emissões de gases do efeito estufa na atmosfera, tomando como base os índices registrados em 1990. Pouco se avançou de 1997 até agora. Dados recentes da ONU indicam que, de 1990 até o momento, a emissão de gases metano de CO₂ e de óxido nitroso cresceu 10% no mundo.

⁵² *A Soberania através da História*, p. 22.

A epopéia do Acre

Roberto Gama e Silva*



RESUMO

O autor relembraria os feitos de compatriotas de valor, gigantes da nacionalidade, ainda muito pouco conhecidos, aos quais todos os brasileiros devem reverenciar, por nos terem legado o Brasil de hoje.

PALAVRAS-CHAVE

Acre, Tratado de Petrópolis, epopéia do Acre

RELEMBRANDO O PASSADO

Na manhã do dia 3 de fevereiro de 1878 o gaiola *Anajás*, pertencente à Companhia de Navegação do Amazonas, cruzou a foz e atracou no barranco do Rio Aquiri, assim chamado pelos apurinás, habitantes primitivos daquela região. O sítio, hoje denominado Boca do Acre, dista 2.422 milhas marítimas do porto de Belém, local de início da longa singradura fluvial. A distância em relação até Manaus, capital do Estado do Amazonas, é de 1.497 milhas, sendo de 1.380 milhas o caminho percorrido desde a foz do Rio Purus.

Embarcado no *Anajás*, como afretador do navio, estava o bem-sucedido seringalista

João Gabriel de Carvalho e Melo, natural de Uruburetama, Estado do Ceará, acompanhado de vários familiares, recentemente recrutados pelo parente próspero, e muitos trabalhadores, também cearenses, contratados pelo mesmo João Gabriel para a extração do látex das seringueiras existentes na nova colocação, selecionada, desde 1874, por este cearense que pioneiramente se estabeleceu no importante afluente do Purus.

No ano de 1857, João Gabriel, recém-chegado ao Purus, selecionara uma área vizinha a alguns lagos, em cujas margens viviam os jamamadis, que batizaram o local com o nome de Tauariá (409 milhas, rio acima, da foz do Purus).

Durante anos a fio João Gabriel explorou os seringais nativos de Tauariá e prospe-

* O autor é Vice-Almirante.

rou muito, principalmente devido ao fato de lá permanecer ininterruptamente, sem "bairar" a Belém no "inverno".

Nesse meio tempo teve como vizinhos o célebre Manoel Urbano da Encarnação, que antes de 1865 já havia subido por quatro vezes o Purus, em viagens de exploração, e o não menos famoso Antônio Labre, o primeiro a atravessar os Campos Gerais do Puciari, entre o Madeira e o Purus, para depois se fixar no trecho vizinho à boca do Ituxi, onde hoje se situa a cidade de Lábrea (786 milhas da foz do Purus).

Agora, percebendo a fertilidade das terras a montante de Tauariá, João Gabriel decidiu mudar de pouso e, para tanto, já avisara à firma aviadora do Visconde de Santo Elias, para alterar o destino das suas mercadorias, antes despachadas para Tauariá, agora para a nova exploração do Aquiri.

Com a determinação para alterar o destino das suas cargas, João Gabriel de Carvalho e Melo foi o responsável, involuntário, pelo "baptismo" das novas terras, situadas a sudoeste do Estado do Amazonas, com o nome de Acre. Os portugueses da firma aviadora, devido ao sotaque peculiar dos lusitanos, transformaram, por síntese, Aquiri em Acre.

Vinte e quatro anos decorridos, no fim do primeiro semestre de 1902, chegou aos seringais do Acre a notícia de que a Bolívia arrendara para uma empresa estrangeira, companhia de carta do tipo usado para a "colonização da África", aqui denominada Bolivian Syndicate, todas as terras que figuravam nos seus mapas antigos como *tierras non descubiertas*.

No seringal de João Galdino de Assis Marinho, onde vinha demarcando as posses, o fato novo chegou aos ouvidos de José Plá-

cido de Castro, que registrou no seu diário o seguinte comentário:

"Veio-me à mente a idéia de que a pátria brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que um caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando desde então a lhes franquear a navegação dos nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada. Guardei apressadamente a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balizas e demais utensílios e saí no mesmo dia (23 de junho de 1902) para as margens do Acre."

Imediatamente, dirigiram-se José Galdino de Assis Marinho e Plácido de Castro para Bom Destino, seringal explorado por Joaquim Vitor da Silva, situado a 94 milhas a montante da Boca do Acre, já nos limites do atual Estado do Acre.

Joaquim Vitor da Silva, personagem esquecido pela História, foi, nada mais nada menos, o líder civil de um movimento, já em curso, que contestava a soberania boliviana sobre as terras ocupadas pelos brasileiros, na sua maioria cearenses retirantes da grande seca de 1877-79.

Aquele momento histórico, chegada de Plácido de Castro a Bom Destino, marcou o encontro do chefe civil com o futuro chefe militar da bem-sucedida Revolução Acreana!

ORIGENS HISTÓRICAS

A questão acreana remontou ao Tratado de Madri, firmado em 13 de janeiro de 1750, quando portugueses e espanhóis acertaram algumas linhas gerais de procedimento para de-

limitar os limites das suas possessões na América do Sul, sendo de grande relevância a preferência que concederiam aos limites naturais.

No texto do tratado, contudo, foi combinado o lançamento de duas grandes retas para definir, de uma maneira geral, os limites na região amazônica: a primeira, ligando a foz do Rio Jauru à confluência dos rios Guaporé e Mamoré, a segunda da junção dos dois caudais até as nascentes do Javari, por cujas águas devia continuar a mesma fronteira até o Japurá e outros rios, de modo que todas as comunicações fluviais e lacustres do Amazonas com o Negro fossem asseguradas a Portugal.

A simples leitura desses acertos retrata o desconhecimento da região, na época em que os dois países com eles concordaram.

Em 1º de outubro de 1777, deu-se a assinatura de outro tratado entre Portugal e Espanha, o de Santo Ildefonso, que muito bem justificou a disputa fronteiriça, ainda acirrada, entre Brasil e Bolívia.

A fronteira, descreveu o tratado, seria delimitada “pelos rios Guaporé e Mamoré até o ponto médio do Madeira e daí por uma linha leste-oeste, até encontrar a margem oriental do Javari”.

Já naquela ocasião, o conhecimento da região era bem maior do que na época do Tratado de Madri. O Rio Madeira fora explorado, com certo detalhe, por Francisco de Mello Palheta, em 1723. Nove anos depois, em 1742, Félix da Gama completou a extraordinária viagem do Mato Grosso até Belém, pesquisando os rios Mamoré, Guaporé e Madeira.

Apesar dos dados recolhidos nessas expedições, e outras mais de menor relevância, persistia a mais completa ignorância sobre o espaço físico entre o Madeira e o Javari.

Como o próprio texto do ajuste diplomático de Santo Ildefonso declarava a provisoriação do traçado proposto, tanto portugueses, quanto espanhóis, trataram de torná-lo efetivo. Para tanto, os demarcadores espanhóis chegaram mesmo a fazer concessões aos portugueses, propondo o recuo do dito ponto médio do Madeira para a origem do mesmo rio, isto é, na confluência do Mamoré e do Beni. Todavia, os portugueses recusaram a proposta, por saberem de antemão que a linha geodésica lançada na direção leste-oeste jamais atingiria as nascentes do Javari.

Depois de um arrefecimento das disputas fronteiriças, a Bolívia voltou à carga, em plena Guerra do Paraguai, insistindo no cumprimento das normas do Tratado de Santo Ildefonso.

Embora na defensiva, devido à delicadeza do momento, o Governo brasileiro procurou conduzir as negociações com cautela, assinando em 27 de março de 1867, três meses antes da tomada da Fortaleza de Humaitá, pelo então Marquês de Caxias, o Acordo de Ayacucho que definiu a fronteira da seguinte maneira: “Da foz do Beni para oeste, por uma reta tirada da margem esquerda, na latitude de 10° 20' S, até encontrar as nascentes do Rio Javari; se este tivesse as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira deste mesmo ponto por uma reta a buscar a nacente principal do mesmo rio”.

Essa linha demarcatória, na realidade, souu como uma derrota para o Brasil, pois na mesma ocasião, aproveitando a frágil posição brasileira, o Peru também insistira na fixação dos seus limites com o Brasil e a comissão demarcadora fixou a posição da nascente do Javari no ponto determinado pelas coordenadas de 7° 01' 17'' S e 074° 08' 27,7'' W, conside-

rando como manancial principal do Javari o Rio Jaquirana e abandonando, *a priori*, os dois outros afluentes, Galvez e Paissandu.

Tendo em vista esse precedente, o General José Pando, então chefe do lado boliviano da comissão mista instituída para a demarcação, insistiu para que fosse adotada a mesma posição geográfica acertada com o Peru, para a nascente do Javari. Contra essa proposta, aceita preliminarmente pela diplomacia brasileira, insurgiu-se o General Taumaturgo de Azevedo, por considerar que a aceitação dos termos bolivianos sancionaria oficialmente erros geográficos que subtrairiam parte do território nacional. Baseava-se a argumentação do General Taumaturgo tanto no fato de não ter sido devidamente determinada a nascente do Javari, como também pela imprecisão constatada na posição do marco do Madeira, cuja latitude correta era 10° 21' 13,63'' S. O competente General Taumaturgo, pois, zelava pela integridade territorial da pátria.

O Ministro Carlos de Carvalho, das Relações Exteriores, admitiu a argumentação e propôs a sua aceitação à Bolívia. Com a recusa do Governo boliviano, então, conformou-se com a situação!

Se, por acaso, prosseguissem as demarcações, mediante o lançamento da linha geodésica que uniria a boca do Beni ao ponto determinado como nascente do Javari, essa delimitação, bem inclinada para o norte, transferiria para a Bolívia as terras mais nobres da Amazônia, eis que os solos da região ao sul do Estado do Amazonas e os do Estado do Acre são do tipo cambissolo eutrófico, de grande fertilidade natural. Daí a razão pela qual os seringais nativos da área produziam muito mais do que aqueles encontrados em outras paragens.

Carlos de Carvalho foi substituído por Dionísio de Cerqueira que, embora provocando a saída do General Taumaturgo de Azevedo da Comissão Demarcadora, foi pressionado pelos elementos mais representativos do País, inclusive por membros proeminentes do Congresso Nacional, para adotar as ações por ele recomendadas.

Em 25 de abril de 1898, o Ministério das Relações Exteriores expediu nota ao Governo boliviano que decidira suspender os trabalhos em curso, provada como ficou a necessidade de retificação da nascente principal do Javari.

Brecadas, pelo patriotismo do General Taumaturgo de Azevedo, as pretensões bolivianas, o governo do país vizinho partiu para outro tipo de ofensiva: pleiteou a instalação de repartições fiscais no Acre, em regiões sobre as quais alegava estarem definidos os seus direitos, não obstante a suspensão dos trabalhos de demarcação.

Demonstrando posição vacilante, principalmente por desconhecer o que se passava na região em disputa, o Chanceler Dionísio Cerqueira concordou, em 23 de outubro de 1898, com a instalação de um posto alfandegário boliviano no Rio Acre.

Enquanto se desenrolavam tais episódios na área diplomática, a Bolívia, sorrateiramente, despachou para Londres o Diplomata Felix Aramayo para tratar do arrendamento da área em disputa para uma companhia de carta, com amplos poderes para explorar esses territórios, inclusive o de armar um exército e uma marinha!

O contrato de arrendamento foi assinado em 11 de junho de 1901, data de criação do Bolivian Syndicate, que começaria suas atividades com o capital de US\$ 5 milhões, in-

cluindo entre os seus acionistas a United States Rubber Company. O Congresso da Bolívia aprovou o contrato de arrendamento no dia 21 de dezembro de 1901.

Ignorados pelo Governo do seu próprio país, entretanto, os acreanos já haviam iniciado a sua guerra particular!

A OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA

Uma observação de suma importância deve preceder qualquer relato sobre a ocupação do sudoeste da Amazônia: os bolivianos, que denominavam a região como *tierras non descubiertas*, só apareceram no sudoeste da Amazônia a partir de 1899, depois da infeliz decisão do Chanceler Dionísio Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, permitindo que a Bolívia instalasse repartições alfandegárias no Rio Acre.

Escolheram eles, para iniciar a ocupação da região, o lugar hoje conhecido como Porto Acre, 85 milhas a montante da boca do Rio Acre e 11 milhas a montante de Bom Destino, sede do seringal de Joaquim Vitor da Silva. Imediatamente, o lugar, localizado a umas cinco milhas da atual divisa entre o Acre e o Amazonas, foi batizado como Puerto Alonso, referência ao Presidente da Bolívia, Dom Severo Alonso.

Embora despontando como pólo das atividades da Amazônia Ocidental, em 1879, Manaus ainda não atingira a ordem dos cinco mil habitantes. Entretanto, já em 1871, a riqueza vegetal das margens do Purus havia atraído para a bacia mais de dois mil seringueiros.

Fenômeno idêntico repetia-se na bacia do Juruá.

Com a ocorrência de uma seca anormal no Ceará, ao longo dos anos de 1877, 1878 e

1879, o interior do Amazonas foi invadido pelos flagelados.

Logo no ano de 1877, há registros da chegada de cerca de 15 mil cearenses à Amazônia, grande parte deles orientados para as bacias do Purus e do Juruá. No ano de 1878, a corrente emigratória superou a casa dos cinqüenta mil, mantendo-se constante nos anos seguintes, de modo tal que ainda em 1900 contou-se mais de quarenta mil retirantes da seca recém-chegados à Amazônia.

O fluxo migratório, quase todo dirigido para o Amazonas, povoou a região, principalmente aquelas áreas de solos férteis do sudoeste do estado.

Embora não se tenha tido o cuidado de executar um recenseamento da população que vivia nos limites atuais do Acre, era fato sobejamente conhecido através das estatísticas oficiais do Amazonas, que de lá eram despachadas, no final do século, mais de 12 toneladas de borracha por safra, produção que sugere uma população de seringueiros, no mínimo, igual a quarenta mil, uma vez que a produção média *per capita* girava em torno de trezentos quilogramas.

Como nos seringais não viviam apenas os homens engajados na extração do látex, mais os seus familiares e pessoas engajadas em outros afazeres, pode-se muito bem estimar em oitenta mil pessoas a população do Acre na época da instalação do posto alfandegário boliviano em Puerto Alonso.

Embora as autoridades do Governo Federal não se tenham apercebido da real situação das terras em disputa, ocupadas e exploradas por brasileiros, tudo indica que os bolivianos avaliaram bem o valor daquelas *tierras non descubiertas* e tomaram as devidas precauções para não perdê-las.

Até aquela época, as mudas da *Hevea brasiliensis*, selecionadas cuidadosamente pelo botânico inglês Richard Spruce, nos cinco anos que passou na Amazônia, e depois remetidas às escondidas para o Jardim Botânico de Kew da Inglaterra, no ano de 1876, por outro botânico inglês de nome Henry Wickman, ainda não tinham sido plantadas no sudeste da Ásia. Por esse motivo, a borracha proporcionou rendas excepcionais à Amazônia brasileira durante quatro décadas, de 1881 a 1920, tendo sido exportadas no período cerca de 1 milhão de toneladas de pélas, em troca de uma receita superior a trezentos milhões de libras esterlinas. Pois bem, mais de dois terços da produção de borracha da Amazônia eram proveniente das áreas de terras férteis do sudoeste da região, principalmente dos seringais acreanos.

Então, a preocupação dos bolivianos não era infundada!

Infundada, sim, era a despreocupação do Governo Federal, habitualmente desatento em relação à maior região natural do Brasil.

O MANIFESTO ACREANO

Os bolivianos chegaram a Puerto Alonso, sob o comando de Dom Jose Paravincini, Plenipotenciário da Bolívia no Rio de Janeiro, impondo logo uma série de tributos aos moradores do Acre: “Imposto de importação de mercadorias”, o imposto chamado de “capitação”, e, um outro, incidente sobre a exportação de borracha.

Instituídas as primeiras medidas de afirmação da nova soberania, retirou-se Paravincini para o Rio de Janeiro, deixando no seu lugar Dom Moises Santivanez.

Enquanto isso, a casa sede do seringal de Joaquim Vitor da Silva era palco de constan-

tes reuniões, nas quais se discutia não só as medidas a adotar contra a invasão boliviana, mas, também, o procedimento em relação ao Governo brasileiro, que vinha acolhendo as pretensões dos vizinhos.

A primeira ação planejada pelo grupo ocorreu em 1º de maio de 1899, quando os conspiradores escalaram o Advogado José Carvalho para comparecer perante o delegado da Bolívia, a fim de intimá-lo verbalmente a se retirar do território brasileiro.

O teste funcionou, pois Dom Moises Santivanez aceitou pacificamente a intimação, pedindo apenas que fosse ela feita por escrito. Foi atendido sem demora, sendo-lhe entregue um documento subscrito por todos os que acompanhavam o advogado, inclusive o seringalista Joaquim Vitor da Silva.

Esse documento histórico, que marca o início da reação dos brasileiros radicados no Acre, terminava com a seguinte frase: “Estais intimado a retirardes o vosso governo desse território, o mais breve possível, porque esta é a vontade soberana e geral do povo deste município e de todo o povo brasileiro.”

Após a entrega da intimação escrita, foi arriada a bandeira boliviana, do prédio da Alfândega, e, em seguida, os agentes da Bolívia de lá se retiraram, sem qualquer incidente.

Evidente que, tanto os insurretos quanto a população acreana, passaram a aguardar o revide da Bolívia.

Foi nessa ocasião, de nervosa expectativa, que apareceu no Acre o espanhol Luiz Galvez Rodrigues Arias acompanhado de 24 subalternos, todos a serviço do Governador José Ramalho, do Estado do Amazonas.

No dia 14 de julho de 1889, na sede do seringal Empresa, um pouco acima de Puerto

Alonso, Galvez proclamou o Estado Independente do Acre, assumindo a chefia do Governo.

A aventura ousada de Galvez, todavia, durou pouco, pois o Governo brasileiro, atendendo reclamação dos bolivianos, despachou um contingente do Exército para o Acre, para prendê-lo e conduzi-lo de volta a Manaus.

Frustrada essa proclamação da independência do Acre, não se lhe pode negar a utilidade, seja para a divulgação nacional da questão acreana, seja pela nova dimensão política que conferiu à luta dos acreanos. Mais adiante, como será visto, foi o caminho trilhado para justificação jurídica da luta armada contra os bolivianos.

Em seguida a este episódio, os acreanos, tendo sempre na vanguarda o seringalista Joaquim Vitor da Silva, preparam um manifesto, lido em março de 1900, em Belém, por Rodrigo de Carvalho, funcionário do Estado do Amazonas e um dos mais prestigiados líderes do movimento. O auditório repleto da Associação Comercial, onde foi lido o Manifesto Acreano, garantiu a divulgação por todo o território nacional do seu teor, do qual se reproduz a seguir um trecho muito importante:

“Os rebeldes acreanos, ao enfrentarem os prós e contras do seu patriótico movimento, conheciam minudentemente os convênios realizados e os fatos pretéritos e contemporâneos do Brasil Colonial e do Brasil Império.

O seu patriotismo não podia admitir, portanto, que o Brasil Republicano abandonasse sem-cerimoniaisamente a área mais produtiva da federação no atual momento.

Preferiram os revolucionários acreditar que o Governo Federal desconhece a questão, como consignou a Província do Pará, ignorando tudo quanto respeitava ao mesmo pedaço requestado, superior em extensão a numero-

sos estados da União. Creram nesta hipótese e aguardaram o ensejo de esclarecer os poderes públicos da República.

É agora ocasião de declarar que os insurretos, a cujos esforços se deve o desbravamento das plagas acreanas, preparam aberta e francamente a revolução contra as prepotências da Bolívia, a fim de reintegrarem à mãe-pátria a pérola que queria soterrar por insciência da riqueza que perdia.

.....

Os revolucionários não pediram ainda um ceitil ou soldado ao Brasil para defender a integridade da Pátria. Apenas lhe rogaram e lhe rogam que se mantenha neutral, porque eles, arrostando com todos os sacrifícios, saberão couraçar os seus domicílios e as suas fortunas contra a invasão boliviana. Nada carecem os rebeldes da mãe-pátria, senão justiça às suas honradas intenções.”

Embora tenha repercutido intensamente em todo o País, o manifesto não surtiu o efeito desejado, isto é, não mudou a postura do Governo brasileiro que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, continuou apoiando as pretensões bolivianas.

Destarte, seis meses depois, em setembro de 1900, novecentos soldados do Exército da Bolívia, sob o comando do Coronel Ismael Monte, chegaram de surpresa em Puerto Alonso. Acompanhava a tropa o próprio Vice-Presidente do país vizinho, Dom Lucio Velasco, com o propósito claro de confirmar a soberania boliviana sobre a região.

O ambiente de conspiração voltou a dominar os seringais acreanos, enquanto em Manaus o Governador Silvério Néri reiterava a sua posição contrária à entrega das terras aos bolivianos, entre outras razões devido ao fa-

to de a ocupação resultar em grande queda na renda estadual.

Além de declarar-se ostensivamente contra a posição do Governo Federal, o Governador do Amazonas ainda encarregou um funcionário graduado da administração estadual, Rodrigo de Carvalho, de organizar uma expedição armada para dar combate aos bolivianos.

No dia 2 de dezembro de 1900, o gaiola *Solimões* chegou a Lábrea, transportando o Batalhão Floriano Peixoto, comandado, segundo as crônicas, por “poetas e letrados” da sociedade amazonense.

Sem orientação militar, o Batalhão Floriano Peixoto entrou em choque com as tropas bolivianas, sofrendo humilhante derrota.

Com a vitória sobre “os poetas e letrados” do Amazonas, conseguiram os bolivianos um bom período de trégua, até o final de março de 1902.

No dia 2 de abril de 1902, chegou a Puerto Alonso Dom Lino Romero, pouco antes nomeado Delegado Nacional *en el Territorio del Acre y Alto Purus*.

A chegada da nova autoridade da Bolívia, no entanto, exacerbou a rebeldia dos brasileiros radicados no Acre, pois o seu primeiro ato foi determinar um prazo máximo para que todos os proprietários do Acre legalizassem a posse das terras que vinham ocupando.

Além disso, Dom Lino Romero se faz acompanhar de um representante da Sociedad Gomera Boliviana, que propalou na região a intenção de alienar terras para a empresa.

Agora, além da mudança da soberania dos territórios, que afrontava o patriotismo, entrou em jogo o direito de propriedade dos brasileiros.

Chegou-se, assim, ao final do primeiro semestre de 1900, quando se espalhou a notí-

cia de que a Bolívia arrendara todas as terras do Acre para o Bolivian Syndicate, companhia de carta anglo-saxônica.

Aí, então, entrou em cena a figura ímpar de José Plácido de Castro, ex-aluno da Escola Militar de Porto Alegre, voluntário, a partir de 1893, do Batalhão Antônio Vargas, dos marragatos de Gumercindo Saraiva, onde chegou ao posto de major.

Com a derrota dos revolucionários, interrompeu-se a carreira militar de Plácido de Castro.

Em 1899, depois de breve período de atividade na iniciativa privada, dirigiu-se para o Acre, onde começou a trabalhar por conta própria, como agrimensor, demarcando os seringais da região.

No dia 23 de junho de 1902 abandonou os trabalhos de campo, como já foi mencionado, para apresentar-se ao seringalista José Galdino de Assis Marinho, dono da propriedade que estava demarcando, de lá partindo os dois para a casa de Joaquim Vitor da Silva, em Bom Destino, onde chegaram no dia 30 do mesmo mês.

PLÁCIDO DE CASTRO NO COMANDO

Logo após o encontro com Joaquim Vitor, partiram todos para Caquetá, 11 milhas a jusante de Bom Destino, local onde Rodrigo de Carvalho armazenara boa quantidade de armas e munições fornecidas pelo Governador do Amazonas.

No dia 1º de julho de 1902, reuniram-se naquela localidade o intrépido gaúcho de São Gabriel, o líder civil Joaquim Vitor da Silva, Rodrigo de Carvalho, Domingos Leitão, Domingos Carneiro, Antônio Carvalho e José Galdino da Assis Marinho, para juntos decidirem sobre as ações a empreender.

Decidiu-se, preliminarmente, pela proclamação do Estado Independente do Acre, devido à postura adotada pelo Governo Federal, apoiando sistematicamente as pretensões bolivianas. Como o território já não era mais administrado pelo Brasil e a população não desejava permanecer sob o domínio boliviano, a única solução, que não comprometeria o Governo brasileiro, seria a proclamação da independência. A idéia dos insurretos, aliás muito bem posta, incluía a vitória da revolução, a eleição de um chefe de governo, a notificação externa da existência de um novo Estado e, em seguida, a solicitação ao Governo brasileiro para que aceitasse a anexação do novo Estado aos seus domínios.

Na mesma reunião, foi montada uma junta revolucionária, integrada por Joaquim Vitor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho, ficando todas as operações militares sob o comando de José Plácido de Castro. Outra decisão muito importante para conferir ao movimento unidade de comando: acertou-se que logo depois do início das hostilidades a Junta se encolheria nas suas atribuições, entregando a direção geral do movimento ao chefe militar.

Plácido de Castro ali mesmo decidiu que as operações começariam em Xapuri, centro de convergência da produção de inúmeros seringais, localizado na confluência do Rio Acre com o Xapuri, 1.850 milhas a montante da boca do Acre e 259 milhas a montante de Bom Destino.

Plácido de Castro, acompanhado por José Galdino e por Antônio Moreira de Souza, além de 33 homens, recrutados no seringal do seu mais chegado lugar-tenente, partiram, em pequenas embarcações, para burlar

a vigilância dos bolivianos, chegando a Xapuri na madrugada do dia 6 de agosto, data nacional da Bolívia.

Um audacioso golpe de surpresa, preparado em detalhes por Plácido de Castro, foi o suficiente para conquistar o lugarejo e, já no dia seguinte, dia 7 de agosto, foi proclamada a independência do Acre, notícia rapidamente difundida em todos os seringais dispostos às margens do rio do mesmo nome.

O comando de Xapuri foi entregue a José Galdino e, no dia 14 de agosto, Plácido de Castro, acompanhado de pequena escolta, iniciou a viagem de regresso à base, mas desta vez por terra, para iludir a vigilância boliviana e, ao mesmo tempo, preparar a defesa dos seringais localizados em pontos estratégicos.

Plácido só regressou a Caquetá no dia 8 de setembro, depois de 25 dias de marcha.

Logo no dia seguinte partiu para Bom Destino para conferenciar com Joaquim Vitor da Silva, ocasião em que ficou decidido que o próximo golpe seria desfechado contra Puerto Alonso entre os dias 20 e 23 de setembro.

Enquanto fazia os preparativos para o ataque, arregimentando mais voluntários para as suas forças terrestres, Plácido foi informado de que o Coronel Rozendo Rojas, à frente de tropa regular, deixara o seringal Gavião, onde estava acampado, e já estava marchando para reforçar Puerto Alonso.

Disposto a acelerar as operações, Plácido tomou a decisão de interceptá-lo no caminho, surpreendendo-o em local adequado. Ocorre que o competente militar boliviano surpreendeu uns emissários de Plácido, que saíram à frente da sua tropa, para colocar os seringais de prontidão. Aprisionados, os seringueiros revelaram os movimentos das tro-

pas acreanas, dando condições para Rojas aguardá-las na Volta da Empresa, local situado apenas uma milha acima da atual cidade de Rio Branco.

No dia 18 de setembro, ao amanhecer, a tropa acreana foi surpreendida por intenso tiroteio, que resultou na morte de 21 soldados e mais 16 feridos. Do lado boliviano só morreram 9 soldados. Esgotada a munição da sua tropa, e tendo em vista o número de mortos e feridos, Plácido ordenou a retirada, saindo derrotado nesse primeiro confronto com o Coronel Rozendo Rojas.

No seringal Bagaço, 26 milhas a jusante, Plácido recompôs as suas forças e armou quatrocentos homens, municiando-os com sessenta tiros cada um.

Agora, tratava-se de derrotar o Coronel Rozendo Rojas, que estacionara suas forças no seringal Nova Empresa, 3 milhas a montante da Volta da Empresa, portanto 29 milhas distante do acampamento acreano.

No dia 5 de dezembro, depois de receber o reforço de mais de cem homens trazidos pelo seringalista Antônio Antunes de Alencar, e tendo sob seu comando outras figuras de destaque como Hipólito Moreira, Antônio Coelho e Gastão de Oliveira, Plácido atacou Nova Empresa pelo flanco direito e pela retaguarda.

O combate durou nada menos do que 11 dias, rendendo-se, afinal, os bolivianos devido à sede que assolava as suas fileiras, uma vez que o terreno conquistado na primeira escaramuça concedeu aos acreanos a vantagem de impedir que os adversários tivessem acesso ao rio, embora distantes dele apenas umas poucas centenas de metros.

Plácido de Castro obteve, então, a sua desforra, derrotando por completo as forças do

Coronel Rozendo Rojas, que foi feito prisioneiro, junto com mais de cem soldados.

A vitória dos seringueiros nordestinos contra forças regulares da Bolívia repercutiu intensamente no Acre e no País inteiro, animando a resistência dos brasileiros contra os invasores bolivianos.

Pelas mesmas razões que levaram os seringalistas do Acre a se rebelar contra o domínio boliviano, os proprietários prósperos, exploradores do caucho nas bacias do Beni e dos seus tributários Madre de Deus, Orton, Manuripi e Tahuamanu, todos localizados indiscutivelmente em território da Bolívia, começaram a se armar contra os acreanos, pois vislumbravam na vitória destes a frustração do arrendamento da área para o Bolivian Syndicate, que prometia fazer a região prosperar.

Chegaram notícias a Caquetá de que numeroso contingente de caicheiros, armados pelos proprietários de terras, ameaçava Xapuri. Lá, o chefe militar José Galdino de Assis Marinho antecipava-se ao ataque despachando uma coluna para o povoado de Carmem, situado a 1.903 milhas da boca do Acre e apenas 14 milhas da atual cidade de Brasiléia, para interromper o caminho que chegava ao Rio Tahuamanu, de onde viriam os caicheiros.

Essa providência resultou em desastre, pois os bolivianos, comandados por um tal Miguel Roca, auxiliado por um brasileiro traidor, dizimaram os acreanos.

Imediatamente, Plácido de Castro, mesmo enfermo, atacado que fora pelo impaludismo, alterou o seu plano de atacar Puerto Alonso, para acudir o seu fiel amigo José Galdino.

O novo objetivo, agora, era levar a guerra ao próprio território boliviano, para evitar ataques de lá desfechados.

À frente de quatrocentos homens, iniciou o deslocamento até o Rio Orton, afluente do Beni, onde pretendia submeter os povoados de Palestina e de Mercedes, locais de concentração dos caucheiros.

Ao mesmo tempo, despachou diretamente para Xapuri todas as forças arregimentadas em Capatará e Amélia (141 milhas e 113 milhas a jusante de Xapuri, respectivamente).

Na sua marcha para o Orton, Plácido de Castro, à frente de um destacamento de setenta homens, atacou os caucheiros em Santa Rosa, povoado à margem direita do Rio Abunã, onde dizimou a força inimiga. Seguiu depois até o Rio Orton, em marcha forçada, destruiu a ponte existente na localidade denominada Coricohu Vial, de onde regressou por insistência dos seus comandados, tendo como intérprete o já Coronel Alexandrino Silva.

Retornando ao Acre, as forças de Plácido passaram por Iqueri, às margens do rio do mesmo nome, ultrapassaram Capatará, até alcançarem Itu, seis milhas a jusante.

De Itu seguiu a tropa para Xapuri, agora bem protegida, de onde Plácido de Castro, à frente de trezentos homens, no dia 4 de dezembro, seguiu para o Rio Tahuamanu, para atacar Costa Rica, onde derrotou as tropas lá estacionadas em combate que durou apenas 35 minutos.

No dia 10 de dezembro retornou Plácido de Castro a Xapuri, transportando armas, munições e até arquivos da guarnição derrotada.

De Xapuri, para consolidar as vitórias alcançadas, partiu novamente o chefe-guerreiro dos acreanos para vasculhar o alto Acre, numa marcha de 14 dias, livrando-o da presença inimiga.

Após essa campanha, bem ao sul, Plácido decide retornar à sede, para desfechar o golpe

de misericórdia nos invasores: a conquista de Porto Acre, rebatizada como Puerto Alonso pelos bolivianos.

Naquele momento, o sonho acalentado pela Bolívia, de fincar pé no Acre, achava-se praticamente desvanecido, pois nada mais restava sob domínio boliviano senão o povoado de Porto Acre, com o representante do país vizinho praticamente sitiado, embora dispondo de força considerável.

Os acreanos, por seu turno, já contavam com uma tropa razoavelmente treinada e bem numerosa, pois acrescida numericamente, a cada dia que passava, pelo ingresso voluntário de seringueiros estimulado pelos donos dos seringais. As forças de Plácido de Castro já dispunham até de um navio a vapor, o antigo *Rio Afuá*, rebatizado *Independência*.

O ataque a Porto Acre foi marcado para o dia 15 de janeiro de 1903 e no dia previsto as forças acreanas iniciaram as hostilidades às 9 horas da manhã. A resistência foi vigorosa e ao anoitecer as tropas de Plácido de Castro já estavam com mais de cinqüenta baixas, entre mortos e feridos.

No dia 24 de janeiro, nove dias depois do início do ataque, o representante da Bolívia, Dom Lino Romero, sob a proteção de uma bandeira branca, dirigiu-se ao acampamento de Plácido de Castro para apresentar a capitulação da praça, aceitando todas as condições estipuladas pelos acreanos. A exigência foi seca: retirada imediata das tropas bolivianas para Manaus e entrega do povoado com todo o armamento disponível.

Interessante realçar a nobreza com que Plácido de Castro tratava os inimigos derrotados. No ato de rendição de Puerto Alonso, agora Porto Acre, quando Dom Lino Romero desembainha sua espada para entregá-la a Plácido de Castro, este falou o seguinte:

“Senhor Coronel, não fazemos guerra senão para conquistar o que é nosso; aos vencidos abrimos os braços de amigos. Não infligiremos uma humilhação aos adversários, depois de derrotados. Não receberemos de suas mãos as armas com que, bravamente, nos hostilizaram e arrancaram a vida de tantos companheiros, cuja perda hoje choramos. Guardai a vossa espada e fazei depositar o armamento nas arrecadações.”

Gesto como esse, aliás, Plácido de Castro tivera em relação ao Coronel Rozendo Rojas, depois da vitória dos acreanos no seringal Nova Empresa.

Terminou, assim, a presença da Bolívia nas plagas acreanas, depois de 171 dias de inteligente campanha militar, conduzida pelo patriotismo ardente de José Plácido de Castro, agora dirigente máximo do Estado Independente do Acre!

A notícia da capitulação de Porto Acre causou impacto profundo na Bolívia, a ponto de o próprio Presidente da República, o General Manuel Pando, tomar a decisão de comandar uma força boliviana para retomar as posições perdidas.

Todavia, Plácido de Castro não dormiu sobre os louros da vitória.

Logo que soube dos planos do General Pando, despachou para Xapuri o Batalhão Independência, a tropa mais bem adestrada dos revolucionários acreanos, para enfrentá-lo.

Naquela altura, o Exército sob o comando de Plácido de Castro tinha um efetivo de dois mil homens, sadios e bem dispostos, no dizer do próprio chefe.

Delineavam-se, assim, no horizonte dias tempestuosos para os acreanos e para o Brasil, uma vez que o nosso bravo combatente, logo

após chegar com a sua tropa em Xapuri, internou-se no território boliviano para dar combate à vanguarda da tropa do General Pando.

Plácido de Castro achava-se no quarto dia de peleja, em Porto Rico, levando nítida vantagem sobre os bolivianos, quando recebeu, na linha de frente, o Major Gomes de Castro, do Exército Brasileiro, que lhe transmitiu o texto do acordo preliminar de La Paz, por ordem do General Olimpio da Fonseca, recém-chegado ao Acre.

A INTERVENÇÃO DO BARÃO DO RIO BRANCO

Felizmente para o Brasil, o comando da diplomacia brasileira havia mudado, agora com a presença de um patriota de fé, o Barão do Rio Branco, à frente do nosso Ministério das Relações Exteriores.

Os tempos de dirigentes alienados como Carlos de Carvalho, Dionísio Cerqueira e Olimpio de Magalhães passaram a ser coisa do passado.

O primeiro nome citado, convém recordar, foi o responsável pelo protocolo Carvalho-Medina que aceitou uma posição geográfica para a nascente do Rio Javari, sem que tivesse sido ela devidamente reconhecida no terreno, decisão contra a qual se insurgiu o patriota General Taumaturgo de Azevedo.

O segundo, Dionísio Cerqueira, teve a infelicidade de autorizar a Bolívia a instalar um posto alfandegário no Rio Acre, em zona totalmente ocupada por brasileiros.

O terceiro, continuador da política infeliz dos dois antecessores imediatos, ainda teve a petulância de menosprezar os habitantes do Acre, quando afirmou publicamente: “O seu território é habitado, não por bolivianos, mas

por brasileiros que nenhum interesse real têm na sua independência, porque isso não lhes muda a sorte. Eles são, como antes, simples instrumentos na exploração dos seringais, mais sujeitos à fatal consequência da insalubridade do clima do que os enriquecidos pelo seu trabalho."

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, a questão do Acre assumira proporções inaceitáveis para o Brasil, não só pela seqüência das operações militares sob o comando de Plácido de Castro, mas, sobretudo, pelo arrendamento das terras acreanas e bolivianas para uma companhia de carta estrangeira, que se fixaria no coração da América do Sul.

Na sua primeira aparição perante a Comissão de Diplomacia da Câmara de Deputados, numa clara demonstração de competência e patriotismo, assim se pronunciou o Barão do Rio Branco:

"Os nossos limites com a Bolívia foram fixados pelo Tratado de 1867, ao qual até hoje não se deu execução, e sem essa execução não é possível determinar definitivamente a qual das potências confinantes pertence a região do Acre. As divergências manifestadas pelos comissários brasileiros sobre as nascentes do Javari, estavam impondo a necessidade de uma comissão mista internacional. Em vez desse processo regular para execução do tratado, preferiu-se, arbitrariamente, o infeliz protocolo de 1895; o errado marco Tefé, aliás plantado em demarcação com o Peru e não com a Bolívia. Reconhecido o erro, o protocolo de 1895 foi substituído pelo não mais feliz protocolo de 1898, que adotou provisoriamente a linha Cunha Gomes por fronteira. Felizmente tais protocolos não se continham no tratado, virtualmente sequer, não criavam nem suprimiam direi-

tos contra ou além do tratado de 1867, por cuja execução somente se poderá demarcar definitivamente a linha divisória que, partindo do Madeira, vá ter às nascentes do Javari, onde se acharem. Menos podem criá-los ou suprimi-los notas ministeriais infelizíssimas, como foram as duas famosas da chancelaria brasileira, uma relativa à alfândega de Puerto Alonso, outra em resposta à nota de 7 de março, do ministro boliviano nesta cidade."

Coerentemente com o ponto de vista de um patriota, o novo chanceler, no dia 9 de março de 1903, em correspondência enviada ao representante do Brasil junto ao Governo da Bolívia, bem definiu a nova postura do país em relação ao Acre e aos acreanos:

"Informa-me Vossa Excelência do desejo manifestado por esse governo de que as forças bolivianas subjuguem de vez os acreanos. Responda terminantemente que nisso não podemos concordar. Já declarei, que, se desejamos adquirir todo o território, mediante compensações, é unicamente por ser brasileira a sua população e para acabar de uma vez com as desinteligências e complicações que entre Brasil e Bolívia têm ocasionado as revoltas desses brasileiros contra a dominação estrangeira. Sendo esse o nosso pensamento e tendo sido iniciadas negociações para que o possamos realizar, não há utilidade alguma em que o Governo boliviano se empenhe em, previamente, subjuguar os nossos compatriotas, que queremos proteger, livrando-os de vingança e evitando conflitos entre eles e as tropas bolivianas."

Mesmo com a disposição demonstrada pelo Barão do Rio Branco, a expedição do General Pando iniciou a marcha para o Acre.

Contudo, não chegou a atingir o seu objetivo porque, no dia 21 de março, foi assina-

do, em La Paz, um acordo harmonizador, que faria cessar as atividades bélicas, até que fossem concluídas as negociações diplomáticas.

No acordo preliminar, o Brasil declarava litigiosa uma zona de 142.900 quilômetros quadrados, localizada ao norte do paralelo de 10° 20' S, atitude esta que "correspondia ao intuito diplomático de regularizar a ocupação da área pelo Brasil, condição indispensável para a manutenção da paz e para o estabelecimento das negociações em vista de um acordo direto".

Depois de prolongadas negociações, cuja maior dificuldade adveio do precipitado arrendamento de terras ao Bolivian Syndicate, em 17 de novembro de 1903, foi assinado, em Petrópolis, o tratado de limites definitivo entre os dois países.

Pelo Tratado de Petrópolis, a Bolívia abria mão de 191.000 quilômetros quadrados do território que vinha disputando, pelo estabelecimento de limites determinados, na maior parte da extensão, por acidentes geográficos naturais.

Como compensação, o Brasil transferia para a Bolívia uma área de 2.295 quilômetros quadrados, não habitada, entre o Madeira e o Abunã; 723 quilômetros quadrados na margem direita do Rio Paraguai, dentro de terrenos alagados conhecidos como Baía Negra; 116 quilômetros quadrados sobre a Lagoa de Cáceres; 20,3 quilômetros quadrados sobre a Lagoa de Mandioré; e 8,2 quilômetros sobre a margem meridional da Lagoa Gaíba.

Além da troca de áreas, desvantajosa para a Bolívia, o Brasil ainda pagaria uma indenização ao país vizinho, no valor de dois milhões de libras esterlinas e comprometia-se a construir uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no Madeira, até Guajará-Mirim, no Ma-

moré, com um ramal que, passando por Vila Murtinho, no Mato Grosso, chegasse a Vila Bela, na confluência do Beni com o Mamoré.

Ao mesmo tempo, comprometiam-se as partes a celebrar um tratado de navegação e comércio, baseado no princípio de ampla liberdade de trânsito terrestre e navegação fluvial.

Sobre os termos desse tratado, que acabou com a guerra no sudoeste da Amazônia brasileira, nada melhor do que o depoimento do próprio Barão do Rio Branco:

"Pelo presente tratado o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior a mais da metade dos vinte estados da nossa União.

Não foram, porém, vantagens de qualquer ordem o móvel que nos inspirou. Desde muito que se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar; entretanto o Governo persistia em considerar boliviano aquele território e dar à Bolívia as possíveis facilidades para o utilizar. Foi preciso que a segurança deste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador das *Chartered Companies* e que nos convencessemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos com a nação boliviana, enquanto existisse sob sua jurisdição um território exclusivamente habitado por brasileiros, para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos."

Releva acrescentar, em reforço à validade do tratado, que até o primeiro semestre de 1917 o Brasil já havia arrecadado, com as exporta-

ções da borracha procedente do Território Federal do Acre, importância superior a 130 mil contos de réis, enquanto que as despesas com a aquisição das terras e demais obrigações previstas, só atingiram o montante de 63 mil contos de réis. Então, de 1904 a 1917, a produção gomífera do Acre já compensara, por larga margem, as despesas da União decorrentes da sua anexação ao patrimônio dos brasileiros.

Embora a presença do Barão do Rio Branco, à frente da nossa diplomacia, tenha sido oportuna e providencial, não se pode negar a Plácido de Castro e ao seu exército de seringueiros nordestinos a glória de ter possibilitado tal feito.

Muito equivocados estavam aqueles brasileiros complacentes, que viam a luta heróica sustentada pelos acreanos como consequência exclusiva de interesses econômicos prejudicados.

José Plácido de Castro, por exemplo, não foi movido por qualquer interesse subalterno, senão pelo amor à pátria. Basta reler o texto que se extraiu do seu diário, reproduzido logo no início desta narração.

Aliás, depois do cumprimento da sua nobre missão, Plácido de Castro recolheu-se à vida privada, não sem antes provar o sabor da injustiça e do desrespeito.

A bravura com que se bateram os seus soldados, cearenses na maioria, retirantes da seca de 1877-79, não foi estimulada por quaisquer vantagens pessoais. Seringueiros eram, seringueiros continuaram a ser, depois da vitória!

EPÍLOGO

Obtida a vitória final, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, não faltaram aqueles que apregoavam participação decisiva no processo

de inclusão do espaço acreano no âmbito da soberania brasileira.

Oportunistas de vários ofícios lançaram-se em campo, não só para detrair os combatentes, mas também para exaltar os próprios feitos fantasiosos.

Encerrado o ciclo militar da campanha do Acre, Plácido de Castro assumiu o cargo de Governador do Estado Independente do Acre, para o qual fora escolhido, na Convenção de Caquetá, em 6 de agosto de 1902.

Imediatamente, entregou o Acre Setentrional aos cuidados do General Antônio Olímpio da Silveira e iniciou a administração do Acre Meridional, com a legitimidade reconhecida pelo Governo Federal, conforme ficou estabelecido no Acordo preliminar de La Paz.

Surpreendentemente, na segunda metade do mês de maio de 1903, o General Antônio Olímpio da Silveira lançou uma proclamação em que considerava extinta a revolução do Acre e, em consequência, declarando que todo o território do Acre ficaria sob sua jurisdição única. A mesma proclamação licenciou todos os oficiais e praças do exército revolucionário. A seguir, o General avançou sobre o Acre Meridional, apoderou-se do almoxarifado do Estado Independente, declarando presa de guerra todos os volumes lá estocados, além de todas as armas e munições em poder do exército revolucionário.

Plácido de Castro, embora com mais forças à disposição, preferiu não resistir, uma vez que não admitia combater os seus compatriotas. Todavia protestou veementemente e, em seguida, retirou-se do Acre.

O General Olímpio da Silveira foi exonerado "por ter cometido o delito de assaltar uma praça de guerra livre, onde o Brasil não tinha soberania, mas apenas intervenção diplomáti-

ca". Foi substituído pelo Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos, que recebeu ordens expressas para reparar os danos causados pela inoportuna intervenção e providenciar a recomposição do exército revolucionário.

O Governo Federal, ademais, apresentou as desculpas oficiais ao líder Plácido de Castro, instando-o a retornar ao seu posto no Acre Meridional.

Em 25 de fevereiro de 1904, deu-se a promulgação da Lei nº 181, que autorizou o Poder Executivo a organizar o Território do Acre. O Decreto nº 5.181, de 7 de abril do mesmo ano, dividiu o território em três departamentos, ou prefeituras, que seriam governados por pessoas da confiança do Presidente da República.

A divisão em três zonas administrativas foi um erro palmar, demonstrando quão pouco conhecimento tinham os legisladores da situação geográfica do Acre.

Plácido de Castro, desde o primeiro momento sugeriu a separação do território em duas zonas, que corresponderiam aos dois vales distintos em que se divide o Acre. A leste a bacia do Purus, a oeste a bacia do Juruá.

Em vez dessa divisão lógica, o Acre foi dividido entre os departamentos do Purus, do Rio Acre e do Juruá. Os três departamentos foram entregues a oficiais do Exército Brasileiro, com plenos poderes para governá-los, embora dispondo apenas de duzentos contos de réis por ano, para os encargos de governo.

Plácido de Castro, esquecido, como tantos outros heróis da revolução acreana, recolheu-se à vida privada, para assumir a administração do seringal Capatará, por ele adquirido em 1904, em sociedade com a firma P. Braga & Cia, de Manaus, tendo como vendedora a firma Leite & Cia., de Belém.

Embora voltado para a produção de borracha, a presença de Plácido incomodava os novos governantes, que viam nele um corrente de prestígio consolidado perante a população acreana. Depois de esquecido pelo Governo Federal, passou a ser considerado pelos administradores do Vale do Purus como conspirador.

Os amigos mais chegados de Plácido de Castro passaram a ser perseguidos e submetidos a vexames de caráter policial.

Com a chegada ao Acre do Coronel Gabinho Bezouro a situação se deteriorou sobremaneira, a ponto do Juiz de Direito da Comarca, após tomar conhecimento das notícias alarmantes que passaram a circular, dirigir-se por carta a Plácido de Castro pedindo-lhe "para empregar o prestígio e a influência de que dispunha para fazer voltarem a calma e a tranquilidade ao espírito público".

A resposta de Plácido de Castro, embora evada de ressentimento, merece ser reproduzida integralmente, para que possa medir com precisão a nobreza do gaúcho de São Gabriel:

"Capatará, 19 de julho de 1908.

Exmº Senhor Dr. João Rodrigues do Lago.

M. D. Juiz de Direito da Comarca do Alto Acre.

Chegando neste momento à casa, deparei com a carta de V. Exa., que passo a responder.

Ainda que não tivesse o prazer de ser particularmente conhecido por V. Exa., tenho vida pública pela qual posso ser julgado.

Entrando o Território do Acre para a comunhão brasileira, recolhi-me à vida industrial e comercial, que absorve quase toda a minha atividade.

A dúvida e o temor que diz V. Exa. pairarem sobre esta região, para mim tão querida

e talvez na iminência duma conflagração geral, deve ser mais intensa ainda no meu espírito, que sou alvo dos ódios e talvez dos punhais daqueles que chegados aqui ontem se julgam com mais direitos de viver nesta terra do que aqueles que como eu regam-na com suor honesto.

Como disse, tenho vida pública, e por ela posso, talvez, afirmar que se alguém nesta terra entrou pela porta da honra e do sacrifício, esse alguém, desculpe-me a falta de modéstia, fui eu.

Com que indignação e com que dor não devo assistir, como agora, aos representantes do Governo de minha Pátria calcando sob coturnos os mais sagrados direitos de pessoas que me são tão caras, irmãos e amigos.

Meu irmão arrancado alta noite de casa pela soldadesca de armas embaladas, os meus amigos com a casa indefesa, assaltados em pleno dia por essa mesma soldadesca, a tiro de Mauser, vendo-se obrigados a abandoná-la para não serem assassinados.

O apelo não deve ser feito às vítimas para impedir a luta, e sim ao agressor.

Esses fatos são eloquêntes demais para não se ignorar quem é o perturbador da ordem pública, o responsável por essa nuvem luctuosa que se estende sobre o Território do Acre.

Quem vai enlutar esta terra pela qual tenho tanto carinho, não sou eu, Exmo. Sr., é o representante do Governo de nossa Pátria, é o depositário do poder público!

Entretanto, se o depositário do poder público entender que não deve continuar a mandar assaltar as casas dos meus amigos inermes e suspender esse aparato bélico dentro da própria paz que ele acaba de perturbar, não serei eu que vá interromper a marcha pacífica da

vida acreana, na qual a minha responsabilidade moral é maior do que a dele.

Se cessar a agressão, terei prazer de ir pessoalmente apertar as mãos de V. Exa,

Do crd.º admirador.

Plácido de Castro”

Eis aí a verdadeira dimensão do caráter do herói, hoje quase esquecido, da epopéia do Acre.

Após a remessa da carta, diversos entendimentos foram mantidos entre Plácido de Castro e pessoas ligadas ao “depositário do poder público, com vistas a acalmar os ânimos no Vale do Rio Acre”.

Todavia, os fatos vieram a demonstrar quem estava com a razão.

No dia 9 de agosto de 1908, 21 dias após ter escrito a carta ao Juiz de Direito, Plácido de Castro foi ferido numa emboscada que lhe armaram no caminho situado entre a foz do Riozinho e o seringal Capatará, de sua propriedade. Plácido de Castro regressava da Vila Rio Branco, acompanhado por Genesco de Castro, seu irmão, pelo Promotor Barros Campelo e pelo Dr. José Alves Maia. Mesmo ferido, Plácido conseguiu conduzir o cavalo em que montava até o lugar conhecido como Benfica, onde veio a falecer no dia 11.

A versão dos fatos, à época, revelou que os atacantes eram em número de 14, chefiados por Alexandrino José da Silva, Delegado de Polícia da municipalidade do Acre e ex-comandado de Plácido nas lutas contra os bolivianos. O Prefeito, Coronel Gabino Bezouro, foi acusado como mandante do crime.

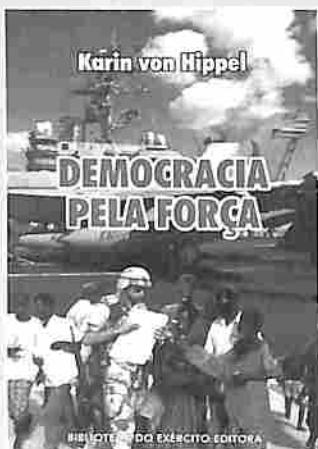
Como nada foi oficialmente apurado, demonstrando claramente o envolvimento das autoridades citadas, ainda assistiu-se à triste cena da mãe do herói do Acre, em 24 de novembro de 1929, aos 92 anos de idade, escrever uma carta

ao Senado, pedindo justiça em relação “ao bárbaro crime, que havia sido prescrito, sem que o mais ligeiro inquérito fosse aberto a respeito, sem que ao menos os nomes dos miseráveis assassinos fossem apontados pela justiça à execração pública”.

Encerra-se, assim, de forma melancólica, a epopéia do Acre, uma história de bravura, desde aquelas memoráveis expedições dos desbravadores primitivos da região, como João da Cunha Corrêa, o João Cametá, Manoel Urbano da Encarnação, João Gabriel de Carvalho e Melo, Antônio Labre, todos na banda do Purus, como o Alferes Borges que, em 1864, subiu o

Juruá em canoa, até chegar à confluência com o Tarauacá; prosseguindo com a chegada dos cearenses que, fugindo do flagelo da grande seca iniciada em 1877, despovoaram a terra natal para assegurar a ocupação brasileira da Amazônia e finalizando com a insurreição dos acreanos contra o domínio boliviano, conduzida pela figura ímpar de José Plácido de Castro, líder militar do movimento, mas também alimentada pelo patriotismo de Joaquim Vitor da Silva, chefe civil, José Galdino de Assis Marinho, Rodrigo de Carvalho, Antônio Moreira de Souza e muitos outros que a História, às vezes incompleta, deixou de registrar. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Democracia pela Força

Karin von Hippel

A partir do final da Guerra Fria, a comunidade internacional e os Estados Unidos, particularmente, realizaram intervenções em uma série de conflitos civis, em diversas regiões do mundo. Nos casos em que as ações, sanções econômicas ou pressões diplomáticas falharam, ocorreram intervenções militares.

A autora examina quatro dessas intervenções patrocinadas pelos Estados Unidos: Panamá, Somália, Haiti e Bósnia. Nos episódios citados, Karin von Hippel analisa os fatores que levaram à intervenção, o caminho percorrido pela ação armada e os esforços desenvolvidos para a chamada reconstrução nacional.

O tentame comunista de 1961 – 1964¹

Antecedentes da Revolução Democrática de 1964

Sergio A. de A. Coutinho^{*}

A História não se repete. Conhecê-la, porém, permite entender o que aconteceu no passado e a perceber o que acontece no presente.

Para bem se compreender a *Revolução Democrática de 1964* é necessário que antes se saiba que ela foi, no seu primeiro momento (1964-67), uma *contra-revolução restauradora*.

A causa fundamental do movimento, cujo imediato efeito foi a deposição do Presidente João Goulart, não estava apenas na desordem política, econômica e social que a inépcia e os projetos golpistas do primeiro mandatário produziram, levando a Nação à intranqüilidade e ao temor. Havia, também, algo mais perturbador e ameaçador: a revolução comunista ressurgente, velada, mas pressentida no tumulto dos acontecimentos. A segunda tentativa con-

creta de tomada do poder que os comunistas faziam no Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o *partidão* de Luiz Carlos Prestes – aceitou a estratégia da *via pacífica* para a tomada do poder, recomendada por Moscou depois do famoso XX Congresso convocado por Kruschev em 1956. A *via pacífica* consistia, e ainda consiste, em conduzir a revolução em duas etapas. A primeira, conquistar o governo pela via eleitoral legítima: a *revolução nacional-democrática*, como é denominada pelos teóricos comunistas. Estabelecido o *governo popular*, o segundo passo – a *Revolução Socialista* – é acumular forças, isto é, preparar o golpe de Estado para a tomada do poder pleno e implantar a ditadura do proletariado. O Partido Comunista Brasileiro, assim, abandonara a estratégia do assalto ao poder que empregara na Intentona de 1935.

* O autor é General-de-Brigada, escritor e historiador.

¹ Transcrito da Revista do Clube Militar, edição especial de março de 2004.

Antecedentes

Em outubro de 1960, Jânio Quadros, candidato pela União Democrática Nacional – UDN –, se elegeu presidente da República com expressiva votação. João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, foi também eleito como vice-presidente, em candidatura desvinculada e em oposição à chapa de Jânio, paradoxo permitido pela Constituição de 1946. Para garantir esta vitória, aceitou acordo político eleitoral com o Partido Comunista Brasileiro que, na ilegalidade, não podia ter candidato próprio.

Jânio Quadros tomou posse em 31 de janeiro de 1961, porém durou pouco o seu governo. Inesperadamente, sem explicações razoáveis à época (25 Ago 1961), Jânio Quadros renunciou, criando uma grave crise político-institucional. O sucessor legal do presidente renunciante era o Vice-Presidente Goulart, naquele momento fora do País, em visita oficial à China Popular.

Conhecedores dos projetos revolucionários do Partido Comunista Brasileiro, das posturas populistas de esquerda do Vice-Presidente, das ligações político-eleitorais e de simpatia deste para com os comunistas, os ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica manifestaram a inconveniência da posse do Sr. João Goulart.

Em manifesto conjunto à Nação, assim declararam os ministros:

No cumprimento do seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus ministros, manifestaram (...) a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, o Sr. João Goulart.

taram (...) a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, o Sr. João Goulart.

A grave advertência dos ministros gerou imediata reação dos comunistas e das esquerdas nacionalistas e populistas, sob a liderança de Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul e cunhado do Vice-Presidente, com o apoio e a participação do comando e parte da tropa do então III Exército, levando a Nação a uma perigosa crise política e à quebra da unidade do Exército e das Forças Armadas.

A aludida defesa da *legalidade*, na realidade, era a defesa de um projeto revolucionário que tinha exatamente o propósito de destruir a ordem constitucional. Naquele perigoso momento, os governadores estaduais se reuniram no Rio de Janeiro e propuseram uma solução de compromisso – a instituição do parlamentarismo (Ato Adicional de 03 Set 1961). João Goulart pôde assim chegar à Presidência da República, em um acordo aceito pelos ministros militares na iminência de uma guerra civil.

As Manobras Golpistas da Esquerda Populista

Na onda esquerdista, animada com a campanha pela legalidade e pela posse de João Goulart, despontaram três lideranças de esquerda que não estavam vinculadas às organizações comunistas, embora com elas mantivessem as mais convenientes ligações.

O primeiro movimento, de natureza nacionalista-populista, foi criado por Leonel Brizola, quando ainda governador do Rio Grande do Sul. Continha vagos conceitos socialis-

tas e sua bandeira nacionalista era de caráter meramente antiimperialista e de oposição ao *processo de espoliação do capital estrangeiro e das multinacionais* no Brasil. O Presidente Goulart tinha semelhante posição, rivalizando-se com o seu cunhado.

O segundo movimento de esquerda foi de Miguel Arraes, então Governador de Pernambuco. Era uma liderança local que se preocupava em se manter em evidência para garantir condições de uma candidatura à Presidência da República nas eleições de 1965 pelo mesmo partido do Presidente (que Presidente?) e de Brizola.

O terceiro movimento foi o das Ligas Camponesas. Fundadas em Pernambuco na década de 1950, visavam à mobilização dos trabalhadores rurais em defesa da reforma agrária e da extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Seu líder era Francisco Julião.

Os cubanos viram nas Ligas Camponesas a possibilidade de implantar a guerrilha no Brasil. O esquema guerrilheiro das Ligas durou cerca de um ano. Em 1962, na área que estava sendo implantado em Dianópolis/GO, foi desbaratado por tropas federais, por determinação do próprio governo Goulart, que tinha posição coincidente com a do PCB, que se opunha à *via campesina* do movimento.

Em resumo, desde a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, até a eclosão do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964, estavam em andamento dois projetos contra a democracia brasileira: um golpe nacionalista-populista e uma revolução comunista. O primeiro, liderado pelo próprio Presidente e pelo seu cunhado, ex-governador do Rio Grande do Sul. O segundo, conduzido pelo Partido Comunista e seu secretário

Luiz Carlos Prestes. Em torno destes projetos, toda a esquerda restante agitava, apostando na tendência que melhor coincidisse com os seus pontos de vista e objetivos.

No movimento nacionalista-populista, tanto o Presidente da República quanto o ex-governador do Rio Grande do Sul “queriam o poder para si; cada qual a seu modo procurou utilizar o movimento (...).” O Presidente tentou o seu projeto antes de se comprometer mais a fundo com os comunistas. Propôs o estado de sítio, a pretexto de uma suposta radicalização da direita, porém sofreu oposição de todos os setores, inclusive da própria esquerda que também se sentiu ameaçada. A medida não foi aprovada.

Por sua vez, Leonel Brizola exigiu o Ministério da Fazenda para si, posição que lhe garantia condições para realizar o seu projeto pessoal de conquistar o poder. Também neste episódio, a oposição foi tão grande que o Presidente não teve condições de nomeá-lo. Este fracasso levou Brizola a nova postura, agora nitidamente insurrecional. Para ele, a concretização das reformas só seria “*possível, com a tomada do poder pelas armas, e com apoio do povo*”. O aliciamento de militares (oficiais nacionalistas, sargentos e marinheiros) seria na direção da articulação de um *golpe nacionalista*; e muitos se deixaram seduzir pelo discurso do ex-governador.

Em 1963, foram criados os chamados *Grupos dos Onze* que seriam as bases de massa e o braço armado de um futuro partido revolucionário cujo objetivo seria a implantação de um *governo nacionalista popular*, conhecido como *República Sindicalista*.

Elementos de estrita confiança do comando nacionalista “ajudariam os sargentos

a tomarem os quartéis e a preservarem a legalidade. Cada sargento comandaria três grupos dos onze" (Denis de Moraes, *A Esquerda e o Golpe de 64*).

As *reformas de base* eram a grande bandeira do movimento nacionalista-populista tanto como instrumento de mudanças institucionais, como de conquista do poder. As reformas eram mal explicadas, nunca se revelando exatamente o que seriam. Eram citadas: a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma educacional, a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral, a reforma universitária, a reforma bancária, a reforma nas relações com as empresas estrangeiras. Serviam para tudo, até para justificar um golpe popular

A Manobra Revolucionária Comunista

O Partido Comunista Brasileiro, por sua vez, tinha uma concepção consistente para a tomada do poder. Seu primeiro objetivo seria a conquista do governo pela *via pacífica* para implantar transitoriamente um governo *popular-democrático*. As circunstâncias favoreciam a tentativa de realizar esta meta pelo *domínio do governo*, antecipando a alternativa da *via eleitoral* já que estava na ilegalidade. Para tanto teria de aprofundar os compromissos com o Presidente Goulart e fazê-lo parte do empreendimento. Por esta razão apoiou decisivamente a sua posse quando contestada pelos ministros militares e a *campanha do NÃO* no plebiscito que repudiaria o parlamentarismo apenas seis meses depois de implantado, restabelecendo o presidencialismo e restituindo os plenos poderes ao Presidente.

Na própria narrativa do Secretário-Geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, a manobra do partido seria a seguinte:

Um poderoso movimento de massas sustentado pelo poder central e tendo em seu núcleo um dos partidos – (PCB) – mais sólidos do continente, instalado no seio do aparato estatal (...) Um exército penetrado dos pés à cabeça por um forte movimento democrático e nacionalista (...) A tomada do Estado burguês do seu interior para fora". "Finalmente, uma vez a cavaleiro do aparelho do Estado, converter rapidamente, a exemplo de Cuba de Fidel ou do Egito de Nasser, a revolução nacional e democrática em socialista" (Apontamentos do líder comunista, citados por Luiz Mir, op cit).

Para alcançar este objetivo, os comunistas se infiltraram no Governo e nas Forças Armadas a partir de onde tomariam, por dentro, o poder.

As *reformas de base* também eram bandeira do PCB, porém vistas por uma ótica revolucionária e não meramente populista. Concepção do Secretário-Geral do Partido em seus apontamentos e entrevistas:

"A luta pelas Reformas de Base constitui um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar os objetivos revolucionários".

"Não lutamos (ainda) por uma revolução socialista. Lutamos por um governo revolucionário antiimperialista que, dentro do regime democrático, dê início às reformas indispensáveis ao País. Essas reformas sendo cada vez mais profundas, provocando elas próprias a abertura do caminho para a socialização" (citado por Luiz Mir, op cit).

As reformas de base, como ideologia intermediária, simulavam o jogo democrático e assim mascaravam as verdadeiras intenções do Partido.

O Presidente da República tentou fortalecer sua posição com alguns expedientes políticos. Inicialmente, em conluio com o seu cunhado. Todas as iniciativas, porém, fracassaram, rejeitadas até pelas esquerdas.

O Presidente não teve outra alternativa: negociou com o PCB. Ele “apresentaria a plataforma de um governo nacional e democrático, antiimperialista e reformista”; o Partido “lançaria oficialmente a candidatura (do Presidente) à eleição de 1965”. O líder comunista “pregava publicamente a continuidade do Presidente, com golpe” (Luiz Mir, op cit). O continuísmo permitiria o prosseguimento do trabalho de domínio do governo em curso e a consolidação das posições já alcançadas pelo Partido.

Agitação e Propaganda

No período de 1961 a 1964, todas as organizações de esquerda desenvolveram intenso trabalho de agitação, com início nos episódios da campanha (1961) pela posse do Vice-Presidente e na campanha (1962) para restaurar o sistema presidencialista por meio do plebiscito previsto no Ato Adicional que implantou o parlamentarismo.

As grandes bandeiras levantadas foram o nacionalismo, o antiimperialismo, as reformas de base e um alegado *golpismo* da direita.

No Movimento Sindical, sobressaiu-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), encabrestado ao governo e ao seu partido, mas sob controle efetivo do PCB. O movimento desencadeou uma intensa onda de greves políticas, a

pretexto de reivindicações trabalhistas. O *grevismo* descontrolado com a conivência oficial assustou e intimidou a sociedade nacional.

O clímax da agitação e da propaganda se deu no *Comício pelas Reformas*, realizado em frente da estação da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Com artifícios espertos para reunir os trabalhadores, os organizadores concentraram uma multidão de cerca de cem mil pessoas. Com a presença do Presidente da República e sua esposa, de ministros de Estado e dos principais líderes nacionalistas, populistas e comunistas, os sucessivos oradores radicalizaram (suas posições) com suas propostas para formação imediata de um governo *verdadeiramente popular* e de mudanças na Constituição que viabilizassem as reformas de base.

A Ruptura da Disciplina nas Forças Armadas

O Governo, por influência e sugestão dos populistas e comunistas, montou o que se denominou *Esquema Militar* para sua sustentação e para garantia contra os *militares golpistas e reacionários*. Este esquema se fazia basicamente pela colocação, de oficiais-generais *nacionalistas e progressistas* em certos pontos (postos?)-chave e pela mobilização e politização de sargentos e marinheiros em torno da legalidade, do nacionalismo e das reformas.

Também o Partido Comunista Brasileiro tinha o seu setor militar, o mais secreto da organização. Segundo um ex-oficial comunista, era inexpressivo em número mas muito ligado a Prestes. Estima ele que, em 1964, havia cerca de mil militares (oficiais, sargentos e outras praças) *reformistas* (nacionalistas de

esquerda) e cerca de 150 comunistas ativistas em todo o Exército.

O movimento nacionalista-populista do ex-Governador Leonel Brizola foi a principal linha de aliciamento de militares, exercendo grande influência sobre sargentos e praças desde a sua *Campanha da Legalidade* em 1961.

O ativismo no meio dos sargentos e praças provocou sérias manifestações de indisciplina e de rebeldia. Em setembro de 1963, os sargentos de Brasília, a maioria da Marinha e da Aeronáutica, se rebelaram contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral que considerou inelegíveis os sargentos que concorreram às eleições parlamentares de 1962. Os amotinados ocuparam vários pontos da Capital Federal. Esperavam a adesão em outros locais do País, o que não aconteceu. A rebeldia foi dominada por tropas do Exército em menos de 24 horas, sem resistência dos amotinados.

Em março de 1964, se deu uma demonstração de indisciplina mais grave: em assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, cerca de mil marinheiros exigiram a suspensão das punições aplicadas aos dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Presentes lá, também estavam, solidários e insufladores, dirigentes do CGT e militantes de várias organizações de esquerda. Além do mais, contaram com o apoio de dois almirantes, um dos quais, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. O Ministro da Marinha solicitou tropas do Exército que cercaram e evacuaram o sindicato. O Presidente, para contornar a crise e cedendo às pressões das esquerdas, exonerou o Ministro da Mari-

nha e nomeou um novo titular, almirante da reserva, *nacionalista*, concordando ainda em anistiar os insubordinados. O último acontecimento, demonstrando a quebra da hierarquia e disciplina, se deu na noite de 30 de março de 1964 na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro: comemoração do aniversário da Associação de Sub-Oficiais e Sargentos da Guanabara. Se reuniram cerca de duas mil pessoas, tendo como convidado especial o próprio Presidente da República. Na assistência, dois ministros militares, o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, o líder da rebelião dos marinheiros e representantes de toda a esquerda, populistas e comunistas. Os discursos foram inflamados e revolucionários, inclusive a fala do Presidente da República. Mas, naquele momento, já estava em movimento a Revolução de 31 de março de 1964.

A crescente agitação política e social, o desgoverno e a evidência de um movimento comunista em marcha acabaram por gerar uma sensação de insegurança geral. Embora o centro de inquietação e de crescente oposição estivesse principalmente na classe média, também os trabalhadores em geral se sentiam insatisfeitos e inseguros. A desorganização geral, a inflação, o desabastecimento, a corrupção e a ameaça latente da ruptura da ordem política e social atingiam toda a sociedade.

O anseio de reversão do quadro era generalizado e a esperança se voltou naturalmente para as únicas instituições que ainda guardavam os princípios de autoridade, a coesão interna e a capacidade de agir com firmeza e serenidade: a Igreja Católica e as Forças Armadas. ☽

O Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964¹

*Helio Ibiapina Lima**

*O Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964
abortou a possibilidade de um golpe que seria desfechado pela esquerda populista
e do assalto dos comunistas ao poder.*

*Após uma rápida fase punitiva, abriu caminho para uma verdadeira
REVOLUÇÃO nas áreas social, política e econômica, que produziu, no período
de vinte anos, um extraordinário desenvolvimento do Brasil.*

Foi evidente que o Marechal Odylio Dennis não acreditou que a decisão política - adoção do parlamentarismo - fosse um bom desfecho para a crise institucional criada com a posse de Jango. Empossado, sem perda de tempo, João Belchior Goulart e seus áulicos passaram a tramantar a derubada do sistema por intermédio de um plebiscito antecipado e preparado cuidadosamente, confirmando as suspeitas do velho e experiente Marechal que, livre de quaisquer compromissos, tratou de levar suas convicções aos amigos civis e militares que as foram transmiti-

do a outros oficiais mais jovens e políticos influentes. O desentendimento existente entre setores importantes das Forças Armadas remanescentes das crises de 1954, 1955 e 1961 não poderia continuar e muito menos ser agravado.

A Preparação da Resistência

Grupos de oficiais da reserva, sempre aproximados dos corpos de tropa, nas diferentes unidades da Federação, ligavam-se entre si e buscavam integração com civis, alertando-os para os perigos da sistemática e tendenciosa

* O autor é General-de-Brigada; à época era Tenente-Coronel e servia no Estado-Maior do então IV Exército.

¹ Transcrito da Revista do Clube Militar, edição especial de março de 2004.

aproximação do governo João Goulart com os elementos de formação marxista, nas mais diversas representações da sociedade, nas áreas do próprio governo, da política, dos sindicatos, das associações rurais e estudantis. Na área militar, os ativistas das esquerdas tentaram criar a figura de *General do Povo*, promover a intriga de oficiais com graduados, entre oficiais de carreira e auxiliares. Esse antagonismo chegou, em algumas áreas de grandes comandos, a dificultar o trabalho de planejamento das operações de defesa interna, como no Grande Recife, onde os estados-maiores do Distrito Naval, do IV Ex e da 2^a Zona Aérea sequer conseguiam delimitar seus espaços de atuação na defesa dessa área, por desconfiança recíproca. Penosamente, quase fruto de esforço pessoal e paralelo, foi conseguido superar esse problema, da mesma forma que, em redobrado esforço, grupos de oficiais, em notável atuação, tentavam impedir o aprofundamento das divergências fomentadas por elementos ligados ao governo ou por agitadores, seus aliados.

O governo Goulart pressionado pelos sindicatos, pelo governador de Pernambuco, pelos populistas e pelos comunistas terminou por jogar a cartada do retorno ao presidencialismo pela via do *referendum* popular. Nessa decisão envolveu até comandos militares, mais uma vez ferindo a disciplina, como foi o caso da 10^a Região Militar em Fortaleza. O plebiscito foi favorável ao governo, porém as reações foram contrárias às pretensões dos agitadores de esquerda e do Presidente. Militares e civis ligados ao Marechal Denys intensificaram suas atividades junto aos governos de São Paulo e Minas Gerais e comandantes do então II Exército (Gen Amaury Kruel) e da 4^a Região Militar (Gen Olympio Mourão Filho).

A imprensa começou a alertar a sociedade, veladamente, para o perigo da instalação premeditada de uma *República Sindicalista*. As classes produtoras, apreensivas, com as tendências do governo, procuram grupos de oficiais em cada Unidade da Federação para lhes transmitir suas preocupações e lhes mostrar a tremenda responsabilidade que pesava sobre as Forças Armadas na garantia das instituições e da esperança que a Nação nelas depositava.

Alguns governadores iniciaram o trabalho de resistência, marcadamente nos estados da Guanabara, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Outros, porém, como Piauí, Pernambuco e Sergipe, até empenhando perigosamente suas polícias militares e civis, encorajavam João Goulart a fazer as chamadas reformas de base *na lei ou na marra*. Os piores exemplos desses governos eram os de Pernambuco e de Sergipe. Em Pernambuco chegou-se ao ponto de as unidades militares não terem qualquer segurança afastada, fato que preocupou o estado-maior do então IV Exército, sob comando do General Humberto de Alencar Castello Branco.

Um grupo político, da maior importância, foi organizado no Congresso Nacional – a Ação Democrática Parlamentar –, com o objetivo de procurar conduzir o governo Goulart dentro de limites reformistas aceitáveis pela sociedade e de respeito às bases da disciplina e da ordem nas Forças Armadas. Nada de importante resultou desse elogiável esforço.

As igrejas movimentaram-se em suas respectivas áreas e acompanharam os anseios dos seus fiéis da sociedade, impacientes e angustiados com a desordem. Uniram-se nas *Marchas com Deus pela Liberdade*, particularmente em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Ja-

neiro, onde movimentaram milhões de mulheres e jovens. Entremes, oficiais da reserva das Forças Armadas cruzaram o Brasil em todos os sentidos, ombro a ombro com civis, apoiados por um empresariado assustado.

O Gen Castello Branco, já chefe do Estado-Maior do Exército, aproveitando as facilidades que o órgão lhe concedia e em viagens de férias, manteve contato com os grandes comandos, não perdendo ocasião de pregar sua lição de respeito à missão constitucional das Forças Armadas. Por fim, em documento extraordinário, produzido por ocasião do encerramento dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento, em dezembro de 1963, definiu a responsabilidade do militar para com o Estado (destinação constitucional) e não com o Governo e seus planos políticos. Esse documento, amplamente divulgado entre os militares, lhes causou forte impressão.

O Governo planejou, com alarde, um comício na Central do Brasil, (13.3.1964), pretensa provocação à Nação, e um jantar/comício na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro (30.3.1964), afronta direta às Forças Armadas pela quebra total da disciplina.

Eclosão do Movimento

Tornaram-se ainda mais evidentes as articulações do General Castello Branco, do Marechal Denys, do General Costa e Silva, do General Cordeiro de Farias, do General Muricy e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no sentido de que o governador de São Paulo decidisse iniciar o movimento político-militar. As suas preocupações, como as dos diversos grupos de oficiais espalhados pelo Brasil, giravam em torno de como

organizar a resistência para atender ao justo reclamo da sociedade, dos empresários e dos militares. As questões fundamentais eram: onde e quando iniciar as operações. Como proceder para conseguir vitória rápida, impedindo intervenções externas indesejáveis?

Documento secreto do Chefe do Estado-Maior do Exército, de caráter pessoal, foi enviado aos grandes comandos, no seguinte teor:

“Vencer o mais rápido possível. Iniciar as operações após uma atitude do Governo que abalasse a Nação já inquieta. Iniciar em São Paulo ou Minas Gerais, estados de população representativa e de maior peso político, com apoio do Governo do Estado. Data mais provável 2.4.1964”.

O documento recebido do General Castello mereceu do então Comandante do IV Exército a seguinte resposta:

“1. Inteiramente de acordo; 2. O IV Ex não tem condições de iniciar as operações; 3. O IV Ex não poderá atuar ao sul da Bahia; 4. Este Comando deseja ter liberdade de ação na área enquanto durarem as operações.”

Em linguagem clara, esta resposta foi mostrada a mim e ao Tenente-Coronel Antônio Bandeira, antes de ser levado ao General Castello Branco pelo então Major Waldyr Pereira da Rocha.

Em face da anormal repercussão do comício da Central do Brasil na sociedade e, sobretudo, a reação provocada nas Forças Armadas por um evento fora dos limites da tolerância, João Goulart e seus amigos passaram a apelar junto aos comandantes de área no sentido de se manterem fiéis ao Governo constituído. Tais apelos tiveram curso entre os dias 25 e 31 de março. De modo geral, o apoio lhes foi negado e, em troca, o Governo recebeu ape-

los sinceros para que não fosse realizado o *jantar-comício* programado para o dia 30.3.1964 e fossem imediatamente substituídos os elementos radicais do Governo que desejavam uma ação direta do Presidente, sem respeito à Constituição e em desafio permanente às Forças Armadas, com insistência nas tentativas de destruição de seus fundamentos disciplinares e organizacionais. Devemos destacar entre os demais, pela sua importância, o que lhe fez o General Kruel, tendo em vista não só a amizade, como a importantíssima função de comandante do II Exército que exercia. O Governo revelou uma insensibilidade total.

O *jantar-comício* do Automóvel Clube, realizado conforme programado, um verdadeiro desafio e desrespeito à disciplina das Forças Armadas, ultrapassou todas as expectativas. A Nação angustiada mostrou que já não era mais possível continuar o desgoverno e a baderna capitaneados por João Goulart. Havia chegado, por fim, o esperado ato que abalara a Nação. Chegara o momento da ação.

Ademar de Barros, então Governador de São Paulo, com argumentos históricos, se negava a assumir a responsabilidade de dar início ao movimento, resistindo aos apelos do Marechal Denys, do General Costa Silva e de alguns políticos. A decisão estaria, pois, com Minas Gerais com o Governador Magalhães Pinto e com o General Mourão.

Principais acontecimentos da noite e madrugada de 31 de março de 1964:

1. O Governador de Minas, Dr Magalhães Pinto, lança um manifesto à Nação.
2. Tropas de Minas Gerais marcharam, na direção do Rio de Janeiro, sob o Comando do General Olympio Mourão Filho (4^a Divisão de Infantaria) e na direção de Brasília,

sob o Comando do General Carlos Luís Guedes, reforçados por tropas da Polícia Militar de Minas Gerais.

3. Ao IV Exército chegou rádio cifrado, do Chefe do Estado-Maior do Exército: “*Operações Minas antecipadas. Sugiro sua vez.*” O IV Exército aderira ao Movimento e estava em operações nos seguintes pontos críticos: Palmares (PE), Caruaru (PE) e Goiana (PE). Tudo ocorria conforme mudanças realizadas nos planos de defesa do IV Exército pelo próprio Comandante, General Justino Alves Bastos, em reunião realizada das 18h às 23h do dia 30.3.1964, com o Estado-Maior e os comandantes do 14º RI (Socorro/PE), 15º RI (João Pessoa/PB) e 16º RI (Natal/RN), comandantes das principais tropas da 7^a Região Militar que, na tarde de 30 de março, haviam-se apresentado ao Comandante do IV Exército, informando que não mais obedeceriam ordens do seu Comandante, General Franco Ferreira. Essas cidades eram os pontos de reunião dos sindicatos, das ligas camponesas e dos subversivos que apoiavam o Governador Miguel Arraes de Alencar. Surpreendidos, o Governador e sua Polícia Militar não tiveram condições de reagir, evitando-se assim o derramamento de sangue que todos esperavam.

4. As Forças do I Exército (Rio de Janeiro) marcharam na direção de Juiz de Fora (Destacamento General Cunha Melo), com a missão de deter o avanço das tropas mineiras, e na direção de São Paulo (Destacamento General Anfrisio) para, na direção Barra Mansa - Juiz de Fora, ameaçar o flanco direito das tropas de Minas, bem como, em Resende, cobrir-se contra tropas do II Exército (o General Kruel ainda não se definira), impedindo seu avanço sobre o Rio de Janeiro.

5. O Comandante da Academia Militar, Gen Médici, decidiu, com os cadetes reforçados pelo Batalhão de Serviços, inicialmente, evitar que tropas do I e do II Exército travassem combate na região de Resende. Depois, aderiu ao Movimento e, por solicitação do General Costa e Silva, decidiu garantir a livre passagem das tropas do II Exército em Resende, na direção do Rio de Janeiro.

Desenrolar dos acontecimentos

As tropas do I Exército, no eixo Rio-Juiz de Fora, influenciadas pelas presenças do Marechal Denys e General Muricy na linha de frente das tropas de Minas, resolveram aderir ao Movimento, deixando as tropas do I Exército (Destacamento Anfrisio) com o flanco direito e retaguarda descobertos. O General Anfrisio, em face da evolução da situação, apenas entrou em contato com as tropas da AMAN e resolveu retornar ao Rio sem combater.

Na área do II Exército tudo foi pacífico, em face da posição da tropa do Vale do Paraíba e da ação do Gen Médici, com a tropa de cadetes evitando o choque de forças do I e do II Exército na região de Queluz ou Resende.

Prosseguiram as adesões, em todo o território nacional, nos dias 31 de março e 1º de abril.

As tropas de Minas, agora reforçadas por tropas do I Ex, entraram vitoriosas no Rio de Janeiro, ainda na manhã do dia 1º de abril de 1964.

Na área do III Exército (RS, SC e PR), tropas da fronteira de Santa Catarina e do Paraná e tropas de Santa Maria decidiram apoiar o Movimento. O General Poppe de Figueiredo (Comandante da 3ª Divisão de Infantaria/Santa Maria) assumiu o Comando do III Exército Revolucionário e, com o Governador Ildo Me-

neguetti, marchou sobre Porto Alegre, assumiu o comando do III Exército e restabeleceu a sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O General Adalberto Pereira dos Santos (Comandante da 6ª Divisão de Infantaria), que havia transferido sua sede para Cruz Alta, por segurança, desde algum tempo solidário ao Movimento, retornou a Porto Alegre logo depois do General Poppe. Aderiram ao Movimento o General Camarinha, Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, e o Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria.

João Goulart pretendeu dirigir-se a Brasília e Porto Alegre, onde pensava instalar o governo da resistência. A situação nessas duas cidades não apresentava condições para que ele recebesse o suporte que esperava do General Nicolau Fico, no Comando Militar do Planalto, e muito menos do General Benjamim Rodrigues Galhardo, em Porto Alegre. João Goulart é aconselhado a seguir para o Uruguai, pois seu *dispositivo militar* já não lhe oferecia qualquer possibilidade de resistência.

Às 6h do dia 1º de abril, o Governador de Pernambuco está virtualmente cercado e imobilizado, perdendo as condições para continuar no Governo. Os governadores de Alagoas e da Bahia, desde o início das operações, apoiaram decididamente o Movimento. O do Piauí tentou articular a resistência com o de Pernambuco, porém retornou de Natal em face do Governador Arraes já estar cercado. Os de Pernambuco e de Sergipe tentaram reagir e foram destituídos e presos. Os demais se mantiveram em discreta neutralidade, aderindo pouco a pouco.

Praticamente a união das Forças Armadas foi conseguida e é possível dizer que, dentro das primeiras 36 horas, o Movimento contava com o apoio da totalidade dos comandos.

Os incidentes com tropa foram mínimos, registrando-se um no Recife, com a morte de dois estudantes, próximo ao Palácio Santa Izabel, horas antes da prisão de Arraes. Outro na 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, envolvendo o Comandante, Brigadeiro Wanderley, e dois oficiais da própria Zona Aérea. O Brigadeiro foi ferido e o Tenente-Coronel Alfeu morreu. O incidente, na Base Aérea de Canoas, exigiu a atuação de tropa do Exército.

Com a fuga de João Goulart, o Congresso declarou vago o cargo de Presidente da República e o Governo foi entregue, provisoriamente, ao Presidente da Câmara, Ranieri Mazilli, solução constitucional que foi ratificada, posteriormente, pelo Comando Supremo da Revolução.

A imprensa de todo o Brasil comemorou a vitória como a salvação nacional e como verdadeiro milagre. Os editoriais do *O Globo*/RJ, do *O Estado de São Paulo*/SP, do *Jornal do Comércio*/PE atestam o estrondoso apoio popular do Movimento. Porém, mais significativas foram as demonstrações populares de regozijo pela vitória, reunindo milhões de pessoas em passeatas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e em quase todas as capitais de estados do Brasil. A experiência subversiva do Presidente João Goulart e a segunda tentativa de tomada do poder pelos comunistas estavam efetivamente encerradas.

Consolidação do Movimento Revolucionário

O Ministro da Guerra, o General Jair Dantas Ribeiro, doente e recolhido a um hospital, passara o Ministério ao Gen. Ancora, Comandante do I Exército. Em face dos acon-

tecimentos e com a adesão do Destacamento Cunha Melo às tropas do General Mourão, o General Ancora passou o Ministério ao General Arthur da Costa e Silva, o general mais antigo em serviço na guarnição do Rio de Janeiro que, imediatamente, declarou sua solidariedade ao Movimento, chamando um grupo de juristas a quem deu a missão de preparar um documento institucionalizando-o. Estabeleceu o *Supremo Comando da Revolução*, composto pelos três ministros militares, que aprovou o Ato Institucional nº 1 (AI nº 1), limitando-o para o período de noventa dias corridos e, com apoio do Supremo Comando da Revolução e dos oficiais generais das Forças Armadas, tratou de abreviar o fim do Movimento.

O AI nº 1 aprovou o Governo Provisório e regulou a sua substituição; estabeleceu punições (cassação de mandatos, direitos políticos e confisco de bens), como se processariam e qual a autoridade responsável pela sua execução; criou uma Comissão Nacional de Investigação; regulou o funcionamento do Legislativo e do Judiciário durante sua vigência.

Após a primeira reunião do *Supremo Comando da Revolução*, o General Mourão e as tropas mineiras saíram de cena, voltando ao seio do I Exército.

Nesta primeira reunião do *Supremo Comando da Revolução* (tarde do dia 2.4.1964), foram realizadas as primeiras cassações de direitos políticos, confisco de bens e reforma de oficiais das Forças Armadas. Os governadores Arraes (PE) e Seixas Doria (SE) perderam seus mandatos, seus direitos políticos e foram recolhidos à Ilha de Fernando de Noronha, para investigações. Vários almirantes, generais e brigadeiros e muitos oficiais superiores das Forças Armadas foram reformados.

O General Castello Branco foi eleito Presidente da República, em pleito indireto, em 16 de abril de 1964, pelo Congresso Nacional e empossado, e deveria apenas concluir o período do antecessor, João Goulart. Nesta decisão política, houve três erros básicos que levaram o Presidente aos maiores dissabores de sua experiência político-administrativa. O primeiro foi ter sido eleito pelos votos de congressistas, muitos coniventes com o *golpismo* de Goulart. O segundo foi por ter sido eleito para período extremamente curto para repor o Brasil nos trilhos. O terceiro, porque a pressa da substituição do Governo provisório fez com que todas as cassações ficassem, como ficaram, a seu cargo, tomando-lhe tempo precioso que poderia dedicar a atos administrativos da maior importância e que dele esperava a Nação.

O Ministério foi organizado às pressas, entretanto, a composição foi excelente e tudo tinha para dar certo, como aconteceu, sob a mão segura e a orientação patriótica do notável cidadão, soldado e administrador que foi o General Humberto de Alencar Castello Branco.

Seu trabalho para a recuperação da economia devastada e para o controle de uma inflação cruel que reduzia os pobres a miseráveis se revelou notável. Baixou a inflação a níveis aceitáveis; restaurou a disciplina em todas as áreas do País; deu combate sistemático e sem trégua à corrupção que estava se tornando institucionalizada. Estabeleceu o planejamento em âmbito nacional, a médio e longo prazos, com objetivos seguros e adaptados às necessidades e possibilidades da Nação; construiu centenas de vilas planejadas para casas populares. Promoveu uma política exterior coerente, corajosa, independente e soberana. Criou o *Proterra*, única tentativa objetiva de realizar uma

reforma agrária, cedendo glebas a agricultores sem terra, sem destruir a estrutura agroindustrial já existente.

Entregou o País a seu sucessor em plena paz e dotado de uma nova e excelente Carta Magna. Realizou um trabalho gigantesco, obra de um verdadeiro estadista. Não gastou com supérfluos, não enriqueceu à custa do cargo, marcou seu governo como um período de exclusiva dedicação à sua missão e ao Brasil. Infelizmente, teve de violentar sua consciência, permitindo, constrangido, a prorrogação de seu mandato para o que resultou um novo Ato Institucional.

Desenvolveu grande esforço no sentido de passar o Governo a uma personalidade civil. Inicialmente, pensou no Governador Lacerda de quem era amigo e admirador. Desistiu diante de ataques sistemáticos, sem fundamento e estapafúrdios que lhe dirigia o ex-Governador da Guanabara. Depois pensou no Dr Bilac Pinto. Mandou-o para Paris, como embaixador, buscando abrir-lhe prestígio internacional, mas não foi bem-sucedido em fazer dele o seu sucessor. Terminou aceitando seu amigo e companheiro de turma de formação, o General Costa e Silva a quem muito apreciava, embora mantivesse algumas dúvidas quanto ao comportamento de algumas pessoas de seu círculo de amizades.

Para infelicidade do Brasil, elementos de esquerda, apátridas ligados a movimentos alienígenas de diferentes linhas marxistas, voltaram-se para a violência armada e não permitiram que fossem experimentados o *Proterra* e, muito menos, a excelente Constituição de 1967. Pela atuação desses foi tentada, pela terceira vez, a tomada do poder. Eles levaram a Nação a um infeliz e longo atraso democrático.

Como qualificar o posicionamento das Forças Armadas em 1964? Revolta? Golpe de Estado? Revolução? Para responder a essas indagações, cabe, antes, fazer mais uma pergunta: O que desejava a sociedade naquela ocasião? Certamente ela estava muito preocupada e inquieta com os níveis de desordem, insegurança e a possibilidade iminente de um golpe comunista. Que fazer quando já não há mais um governo que mereça respeito e confiança ou quando ele mesmo é o principal agente da desordem e da ilegalidade? Na-

quele longínquo 31 de março de 1964, que poderiam e deveriam fazer as Forças Armadas da Nação? Elas seguiram sua destinação constitucional e agiram no contexto de movimento cívico-militar. A ação das Forças Armadas, naquelas circunstâncias, foi um ato lícito e indispensável, conduzido dentro dos quadros institucionais, com oportunidade e energia necessárias para deter a marcha acelerada do País para a desordem e a violência com o objetivo de transformá-lo em uma *república sindicalista-marxista*. ☽

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



O Duque de Ferro *Eugênio Vilhena de Moraes*

A Biblioteca do Exército Editora reuniu nesta obra duas outras do mesmo autor que retratou a vida e as ações militares de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. É composta por textos escritos em diferentes momentos, guardando, entretanto, sua unidade, a qual é facilitada pela própria temática. Não se trata de uma biografia, mas de episódios da vida de Caxias, corretamente inseridos no conjunto de sua época. Esta obra revela-se uma contribuição positiva para o melhor conhecimento de Caxias.

Circular reservada do Chefe de Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco, em 20 de março de 1964

**“Ministério da Guerra Estado-Maior do Exército
Rio, 20 de março de 1964**

**Do Gen Ex Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército
Aos Ex^{mos} generais e demais militares do Estado-Maior do Exército
e das organizações subordinadas**

Compreendendo a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra.

São evidentes duas ameaças: o advento de uma constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do

illegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.

Para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares.

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizarem-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A ambicionada constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Forças Armadas não podem atrair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do País no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudárias do comando da subversão.

Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação.

Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão em face das dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiéis à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverar sempre "dentro dos limites da lei". Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três Poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a constituinte, contra a calamidade pública, a ser promovida pelo CGT, e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas. O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, às eleições e à posse do candidato eleito. E já declarou também que não haverá documentos dos ministros militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranqüilidade e indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar.

General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército."

Proclamação do Governador Magalhães Pinto em 31 de março de 1964

"Brasileiros

Foram inúteis todas as advertências que temos feito ao País contra a radicalização de posições e de atitudes, contra a diluição do princípio federativo, pelas reformas estruturais, dentro dos quadros de regime democrático. Finalmente, quando a crise nacional ia assumindo características cada vez mais dramáticas, inútil foi, também, nosso apelo ao Governo da União para que se mantivesse fiel à legalidade constitucional.

Tivemos, sem dúvida, o apoio de forças representativas, todas empenhadas em manifestar o sentimento do povo brasileiro, ansioso de paz e de ordem para o trabalho. Único ambiente propício à realização das reformas profundas que se impõem, que a Nação deseja, mas que não se justificam, de forma alguma, com o sacrifício da liberdade e do regime.

O Presidente da República, como notoriamente o demonstram os acontecimentos recentes e sua própria palavra, preferiu outro caminho: o de submeter-se à indisciplina nas Forças Armadas e o de postular e - quem sabe? - tentar realizar seus propósitos reformistas com o sacrifício da normalidade institucional, e acolhendo planos subversivos que só interessam à minoria desejosa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que ele repele. Ante o malogro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as for-

ças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, feridas no que mais lhes importa e importa ao País - isto é, a fidelidade aos princípios de hierarquia garantidores da normalidade institucional e da paz pública -, consideraram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República. Move-se a consciência de seus sagrados compromissos para com a Pátria e para com a sobrevivência do regime democrático. Seu objetivo supremo é o de garantir às gerações futuras a herança do patrimônio de liberdade política e de fidelidade cristã que recebemos de nossos maiores e que não podemos ver perdida em nossas mãos.

A coerência impõe-nos solidariedade a essa ação patriótica. Ao nosso lado estão todos os mineiros, sem distinção de classes e de condições, pois não pode haver divergência quando em causa o interesse vital da Nação brasileira. É ela que reclama, nesta hora, a união do povo, cujo apoio, quanto mais decidido e sem discrepâncias, mais depressa permitirá o êxito dos nossos propósitos de manutenção da lei e da ordem. Que o povo mineiro, com as forças vivas da Nação, tome a seu cargo transpor esse momento histórico. Só assim poderemos atender aos anseios nacionais de reforma cristã e democrática. Esse é o fruto que nos há de trazer a legalidade, por cuja plena restauração estamos em luta e que somente ela poderá conseguir."

Um conflito interminável

*Manuel Cambeses Júnior**

Há dias conversando amenidades com um amigo, durante um encontro casual no Clube de Aeronáutica, entre vários assuntos, abordamos a questão da Palestina. Para o meu interlocutor, a posição de Israel em relação à Palestina era incompreensível em face da origem bíblica de “Povo Eleito”. E questionava: como um povo tão especial aos olhos de Deus pode praticar tantas atrocidades contra os seus irmãos palestinos, sobretudo depois de ter sido vítima do Holocausto? A perplexidade do companheiro justifica-se. Custa ver povos afins, como o são o judeu e o árabe, enfrentando-se em terrível carnificina. Na oportunidade, tentamos explicar o fato calcados na História. Concluímos que os israelenses de hoje pouco têm a ver com o “Povo de Deus”, da época de Abraão e de Moisés, ainda que naquele tempo também tenham sido pouco amistosos com os povos autóctones.

Os hebreus quando se estabeleceram na “Terra Prometida” não encontraram uma re-

gião desabitada. Ali já viviam outros povos de raiz semita como eles, os cananeus, desdobrados em várias tribos, e um de origem indo-europeia, os filisteus. O topônimo Palestina é, aliás, uma corruptela de Filistina, que quer dizer “Terra dos Filisteus”, onde fundaram várias cidades-estado, entre as quais Gaza. Esta corresponde hoje a uma estreita faixa a sul do Estado de Israel, onde se alberga e sobrevive cerca de um milhão de palestinos. A ocupação do território “prometido” nem sempre foi pacífica, e, depois do Éxodo, as guerras foram frequentes contra os povos locais, com o extermínio, inclusive, de alguns deles. Claro que, na ótica dos israelenses de ontem e de hoje, a “Terra Prometida” representa uma promessa divina, outorgada aos patriarcas Abraão e Moisés, pelo que têm o direito de a ocupar, custe o que custar. Os homens buscam sempre boas razões para justificar atos ignóbeis, e nisto os judeus não são diferentes dos demais. Quando finalmente foi possível, sob as lideranças de David e

*O autor é Coronel-Aviador da Reserva da Força Aérea; Conferencista Especial para Assuntos Internacionais e Membro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

de Salomão, estabelecer um verdadeiro Estado-Nação, este não durou mais do que um século. Logo depois, Israel dividiu-se em dois reinos: um ao Norte, com o mesmo nome, e outro ao Sul, Judá. Depois, ambos foram se definhando mercê das inúmeras lutas internas pelo Poder e do desgaste do próprio Judaísmo que tanto os unia como separava; males, afinal, sempre temidos pelos profetas. O domínio sucessivo da região por grandes impérios: o assírio e o babilônico, que obrigou os hebreus à sua primeira grande deportação, e, finalmente, o romano, que inviabilizou de vez a existência de um Reino Hebraico permanente conforme a tradição bíblica. Com a última diáspora, ocorrida durante século I, na seqüência de uma insurreição armada, conduzida pelos zelotas contra os romanos, os judeus sobreviventes foram expulsos de Jerusalém e migraram para diversos rincões do mundo. Os árabes vieram depois e lá se mantêm, mais do que todos os outros, há cerca de 12 séculos.

A vida dos judeus da diáspora, particularmente na Europa, não tem sido fácil, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, os quais tiveram no Holocausto a mais difícil prova de sobrevivência. O sofrimento a que têm estado sujeitos deve-se, fundamentalmente, a dois fatores: ao seu arraigado sentido cultural, fundado na presunção de que são o “Povo Escolhido de Deus”, e ao estigma da usura que sempre os acompanhou ao longo da História, constituindo uma bandeira étnica que não se esforçam por rejeitar.

Veja-se o episódio dos “Vendilhões do Templo” que suscitou no tolerante Cristo uma reação violenta. Tais fatores os tornaram, em muitas situações, odiados aos olhos dos povos que facilmente foram mobilizados para

campanhas anti-semitas por políticos insanos, como o fez, por exemplo, Adolfo Hitler. Há, entretanto, outros tipos de verdugos, onde se incluem alguns dos seus próprios líderes, que do seu sofrimento se têm servido para justificar e atingir objetivos políticos e econômicos no interesse de terceiros. Os EUA são, atualmente, a esse respeito, um paradigma. A estratégia estadunidense para o Oriente Médio tem no Estado de Israel um parceiro privilegiado, não hesitando em fornecer-lhe os meios militares e financeiros que o torna o exército mais bem equipado da região. Por outro lado, a Comunidade Judaica Americana que constitui um forte *lobby* financeiro e industrial naquele país manobra para que a Casa Branca tenha um papel instrumental na consecução dos objetivos mais secretos do Sionismo. Há como que uma simbiose: Israel garante uma posição geoestratégica no Médio Oriente aos norte-americanos, e estes, indiretamente, contribuem para os propósitos hegemônicos dos sionistas radicais. Interessante destacar que esta aliança também foi tentada anos antes com os ingleses.

O Sionismo, criado no final do século XIX, por Theodor Herzl, um judeu austríaco, é uma doutrina laica, nacionalista e racista que pretende não apenas o controle territorial da Palestina. Os “Protocolos de Sião”, que os sionistas negam ser os signatários, seguem nesse sentido. Os fatos posteriores à sua publicação o comprovam.

A criação de um Estado Judaico, na Palestina, por exemplo, é apenas uma plataforma para vôos mais altos. Os sionistas mais moderados querem um estado espraiado sobre os antigos territórios ocupados pelas 12 tribos de Israel, e isso lhes basta. Porém, para

os mais radicais, deverá ir do Eufrates ao Nilo, incluindo a Transjordânia. Certamente, é uma ocupação que ultrapassa em muito a resolução da ONU de 1947.

Inicialmente, os líderes sionistas previam a compra das terras aos árabes, tanto que uma das resoluções finais do Congresso da Basílica foi a criação de um banco com esse fim. Contudo, a ocupação passou a ocorrer de forma violenta, com a expulsão de muitas famílias palestinas, o que originou uma imediata reação por parte dos palestinos, com greves e depredações de propriedades de judeus imigrantes. O Reino Unido, que tinha um mandato da Liga das Nações para controlar a região, contribuiu de forma irresponsável para o recrudescimento desse conflito. Ao permitir a imigração em massa de judeus europeus para a Palestina, deveria saber que, mais cedo ou mais tarde, a guerra entre judeus e árabes estaria na ordem do dia e assim foi o que realmente veio a ocorrer. Veja-se, por exemplo, a Declaração de Balfour, onde o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros dirigiu uma carta aos líderes sionistas manifestando o apoio do seu país à criação de um Estado Judeu na Palestina, embora ressalvasse a necessidade de se respeitar os direitos dos autóctones. Porém, os palestinos nunca foram respeitados, nem sequer do ponto de vista cultural. Aos ingleses da época interessava, sobretudo, garantir um corredor na Palestina para o escoamento do petróleo do Iraque, já então considerado um produto estratégico para o Ocidente. A presença maciça de judeus europeus na região, pela sua ligação cultural e política à Europa, assegurava a perfeição de tal objetivo.

Durante o período que precedeu a criação do Estado de Israel, o Sionismo criou uma

organização terrorista, o Haganah, que levou a cabo vários atentados, quer contra os ingleses, quer contra os árabes. Figuras como Menahem Begin, que foi Primeiro-Ministro do novel Estado judeu, e Ariel Sharon, que atualmente exerce o mesmo cargo, foram militantes ativos dessa organização que tanta violência provocou entre a população civil árabe. Cometeram atos que agora tanto se condena do lado dos árabes fundamentalistas. Naturalmente não apoiamos atos desta natureza, mas convenhamos: como faríamos se tomassem as nossas propriedades e nos expulsassem de nosso rincão?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e depois do fatídico Holocausto, estavam criadas as condições políticas para a criação do Estado de Israel, sob os auspícios das Nações Unidas. O fato levou a uma reação violenta dos países árabes que não aceitaram a resolução, em consequência do que foi deflagrada a primeira guerra árabe-israelense. Venceram os judeus com o apoio do Ocidente, em resultado do que foram expulsos oitocentos mil palestinos de suas casas e de sua pátria. São os filhos dessa população expurgada que hoje lutam para recuperar as terras de que os seus pais foram espoliados; lutam desigualmente contra forças de ocupação fortemente apoiadas pelos EUA. De uma posição de perseguidos e usurpados, como ocorreu durante dois mil anos, os judeus, principalmente os seus líderes políticos, passaram a perseguidores e usurpadores.

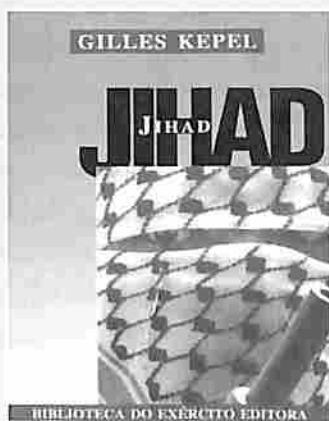
A recente posição manifestada por 27 pilotos de caça israelenses contra ataques a civis palestinos, aos quais se juntam quinhentos militares presos que se negam a combater os seus irmãos árabes, constitui um bom sinal a caminho da tão almejada paz. Ademais,

evidencia que nem todos os israelenses estão de acordo com os crimes que os seus líderes perpetram em nome de uma estratégia que, se não for detida, levará, mais cedo ou mais tarde, a uma nova diáspora.

Os sistemáticos atentados perpetrados por terroristas palestinos contra a população civil israelense semeiam um horror que de modo algum honra a causa da Palestina e

apenas conduz a sacrifícios inúteis. A melhor solução para os dois povos é rejeitarem a política suicida de seus líderes e aceitarem-se mutuamente, buscando alternativas racionais e inteligentes para este conflito que parece não ter mais fim e que produz, como corolário, uma contumaz e incompreensível carnificina e a conseqüente perda de vidas em ambos os lados da contenda. ☀

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



JIHAD — Expansão e declínio do Islamismo

Gilles Kepel

O objetivo do autor foi apresentar a história do movimento islâmico, sua organização e principais atividades políticas e militares. Trata-se de um estudo pormenorizado dos últimos quarenta anos da história dos principais países muçulmanos. Gilles Kepel dedica longo capítulo a Osama bin Laden, tornando-o o assunto de maior interesse para o leitor. Os comentários sobre o 11 de setembro são objetivos e realistas, embora com conclusão bastante otimista. A obra é extremamente instrutiva e a leitura, agradável, certamente é um dos melhores livros do gênero e despertará o público militar, em especial, e civil.

Iraque hoje

Da Resenha Internacional do CCOMSEX – em 20.11.2003

SINOPSE: Em que pé estão as coisas. Fora do tenso triângulo sunita, o Iraque está exibindo um novo dinamismo.

*Por Terry McCarthy
De Basra*

No cais do porto de Abu Fulus, a 32 quilômetros ao sul de Basra, Bassem Saghair opera habilmente um guindaste enquanto descarrega unidades de ar-condicionado do porão do *Hussaini*. O navio é apenas um de uma dúzia que lota a zona portuária, que partiram de Dubai subindo o Rio Shatt al-Arab carregados de bens de consumo. Saghair, 15 anos, largou a escola para pegar este emprego, que paga US\$ 360 por mês, o dobro do mais alto salário que qualquer funcionário iraquiano recebe das autoridades de ocupação norte-americanas.

“A vida não é ruim”, disse Saghair, com um sorriso tímido se abrindo sob o início de um bigode. Abu Fulus, que significa “pai do dinheiro”, foi pouco usado durante o regime de Saddam Hussein, mas com o fim das sanções da ONU contra o Iraque e a não aplicação dos controles sobre importações e alfandegários, o porto se tornou um ponto de entrada não oficial de carros usados, aparelhos eletrônicos, roupas e alimentos. Não há autoridades do governo aqui e nenhum soldado bri-

tânico da guarnição de Basra. Mercadores andam de um lado para outro do cais, berrando ordens de compra em telefones por satélite, enquanto jovens vestindo jeans e carregando rifles AK-47 fazem a proteção contra os piratas que rondam o rio em lanchas. Assim como na fronteira norte-americana há um século, fortunas estão sendo feitas no Iraque quase da noite para o dia, e com a mesma falta de controle. Enquanto Saghair ergue uma carga de frutas do fundo de um porão, um coco cai da rede, errando por pouco a cabeça de um estivador. Quais procedimentos de segurança foram implementados? Ele sorri novamente ao responder: “Não há lei aqui.”

O Iraque é um país onde a falta de lei vem em muitas formas. Na forma mais letal, ela surge como um carro-bomba em Bagdá, nas emboscadas contra as tropas norte-americanas ao redor de Fallujah, nos tiroteios em Tikrit. Mas fora do mortífero triângulo sunita, a ausência de lei produziu um senso caótico de liberdade que deixa os iraquianos tanto empolgados quanto assustados. Para obter um qua-

dro mais claro das condições no Iraque como um todo – particularmente no Norte e no Sul, que têm recebido menos atenção da mídia –, a *Time* se associou à ABC News para percorrer todo o país, visitando mais de trinta cidades e conduzindo mais de seiscentas entrevistas com iraquianos de todas as camadas da sociedade. Nós encontramos contrastes dramáticos entre a Grande Bagdá e o restante do país.

A segurança, que quase todos os iraquianos dizem que é sua maior preocupação, é bem melhor no Norte e no Sul do que na capital. A eletricidade é muito mais confiável fora de Bagdá. Quase não há cortes de fornecimento de energia no Sul, uma região que freqüentemente contava com seis horas ou menos de eletricidade por dia antes do início da guerra.

As escolas praticamente voltaram ao normal, e o comércio está prosperando com a inundação de bens vindos pelas fronteiras turca e kuwaitiana. A presença militar norte-americana no Norte e a presença britânica no Sul são menos visíveis do que a das forças estadunidenses em Bagdá e seus arredores. Apesar das emboscadas esporádicas, as tropas estrangeiras são toleradas pelos habitantes locais, que tendem a vê-las como um mal necessário até que um governo iraquiano viável seja empossado.

Há muitas queixas sobre o aumento do banditismo nas estradas, o ritmo lento da reconstrução, o aumento dos preços, a escassez de trabalho provocada em parte pela dissolução do Governo e Exército iraquianos promovida pelos norte-americanos. Mas quando as pessoas no Norte e no Sul foram perguntadas se a vida melhorou desde a guerra, a resposta, em árabe, geralmente é automática: “*Tab'an ahsan*” (“*Me lhor, é claro*”). Na aldeia de Duluiyah, na região

central do Iraque, Abdel Fattah al-Juburi, um antigo opositor do regime de Saddam, disse sobre a ocupação: “É claro que estamos com o melhor dos dois males.”

No alto das colinas do Norte do Iraque se encontra a aldeia cristã de Alqosh. Após a derrubada de Saddam pelos norte-americanos, as melhorias foram sentidas quase imediatamente. Por 12 anos, Alqosh existia em uma área restrita entre o Exército de Saddam e a resistência curda. Um bloqueio de estrada do Exército fora da aldeia restringia severamente a viagem e a circulação de bens. Após a queda de Saddam, o bloqueio de estrada desapareceu. Agora as lojas da aldeia estão cheias de fregueses fazendo fila para compra de refrigeradores e aparelhos de televisão. “*Há muitas obras de construção agora*”, disse Salam Nissan Shamoun, o agente do correio. “*Antes, não conseguíamos nem mesmo trazer um único saco de cimento.*” A cerca de quarenta quilômetros ao sul fica Mosul, que foi semelhantemente revivida. Os mercados estão cheios de novos bens, os restaurantes ficam abertos até tarde e uma roda gigante bastante iluminada domina o parque de diversões às margens do Rio Tigre.

Apesar do setor privado iraquiano ter se adaptado rapidamente às novas liberdades pós-Saddam, a transição no setor público tem sido traumática e desajeitada, perseguida por promessas não cumpridas dos poderes de ocupação e pela impaciência do lado iraquiano. O Dr. Ghalib Shaker, diretor do Hospital-Escola Ibn Sina em Mosul, disse que o hospital carece de filme para raios X, soro e antibióticos, coisas que foram prometidas pelos norte-americanos vários meses atrás. “*São coisas simples*”, disse ele. “*Eu não sei por que não conseguem*

resolver isto." Outros hospitais iraquianos também se queixam de falta de suprimentos, que é provocada pelos gargalos de distribuição em Bagdá e pela evacuação de muitas equipes médicas estrangeiras após o atentado de agosto contra o quartel-general da ONU em Bagdá.

A Autoridade Provisória da Coalizão reconheceu que o sistema de saúde do Iraque não está funcionando nos níveis pré-guerra, exceto talvez no Norte. Isto se deve em parte por 12% dos hospitais terem sido parcialmente danificados durante a guerra e 7% terem sido saqueados, segundo números da ONU.

As frustrações dos iraquianos são somadas pela expectativa elevada quanto ao que os ocupadores norte-americanos poderiam fazer. *"Nós estamos sob controle da maior superpotência do mundo"*, disse Abdulkhalik Thanoon Ayoub, administrador da represa de Mosul, *"de forma que as pessoas achavam que os Estados Unidos poderiam fazer qualquer coisa para restaurar a energia, construir novas casas, trazer o turismo, melhorar a vida imediatamente. Mas as coisas não mudam com o apertar de um botão"*.

Outro fator agravante é o orgulho ferido iraquiano. Shaker lembra que vinte anos atrás os hospitais iraquianos causavam inveja no mundo árabe. *"Na década de 1980, os jordanianos e os sírios vinham aqui - a este hospital - para se tratar, mas agora nem pensariam em trazer pacientes para cá."*

À medida que se segue rumo sul para o território sunita, o nível de descontentamento aumenta acentuadamente. Em Tikrit, a cidade natal de Saddam, as delegacias e prédios públicos estão altamente fortificados com sacos de areia e arame farpado, e no mercado a queixa universal é de falta de empregos.

"O desemprego aqui é muito alto porque a maioria dos habitantes de Tikrit estava ligada ao antigo regime", disse Tahsin Mohammed, 30 anos, um ex-oficial militar. Ele disse que conhece um importante general da Guarda Republicana de Saddam que agora está vendendo cigarros.

Duluiyah, a cerca de meia hora ao sul de Tikrit, tem uma história especial. A aldeia já foi fonte de oficiais para o Exército, polícia e inteligência do regime de Saddam. Mas ela ficou em dificuldades após membros de sua tribo dominante, os jubur, tentarem derrubar Saddam em 1990. Muitos em Duluiyah ficaram otimistas quando os norte-americanos chegaram, mas cada melhoria na aldeia parece vir acompanhada por um revés. Inicialmente o fornecimento de eletricidade melhorou, mas então passou a falhar quando a manutenção sazonal das usinas resultou em perda de capacidade, além da entrada em funcionamento da estação de bombeamento de água próxima, que desviou grande parte da energia de Duluiyah. Graças às bombas, nunca saiu tanta água das torneiras, mas ela não é tratada e precisa ser fervida e descontaminada.

A escola local foi pintada recentemente, mas a empresa iraquiana contratada para fazer o trabalho roubou sua mobília. Bagdá, a oitenta quilômetros ao sul, é o coração das trevas do Iraque, um local de atentados suicidas e grande incerteza. Mas assim que se deixa o triângulo sunita, rumo sul, a sensação de ameaça diminui. A cerca de 160 quilômetros de distância fica Kut, onde ao meio-dia, Haiman Hillal e Ali Rath, dois policiais de trânsito, se sentaram para beber chá à beira do Tigre. Eles falaram com empolgação sobre seus novos salários: US\$ 100 por mês - cinco vezes

o que costumavam ganhar. Hillal e Rath estão cientes da violência em Bagdá, mas insistem que não há tal crise em Kut. O principal problema local, eles dizem, é o enorme aumento pós-guerra de casamentos, que tem provocado um aumento de acidentes com balas perdidas devido aos disparos comemorativos. Um terceiro homem, Hashem Ali, um ex-guarda de segurança, se juntou a eles e, repentinamente, surgiu uma discussão. “Os iraquianos deveriam se orgulhar dos ataques em Fallujah”, disse o recém-chegado, acrescentando que a segurança era muito melhor no governo de Saddam. “Sim, nas valas comuns a segurança era perfeita”, disse Hillal, algo para que Ali não teve resposta.

Os dois homens se encaram, mas quando foi dito a eles que sejam quais forem suas diferenças, eles nunca poderiam ter tido esta discussão durante o governo de Saddam, ambos sorriem e concordam.

Como Kut, Amarah, a cerca de 160 quilômetros mais ao sul, é uma cidade provincial alvoroçada, agora sob controle britânico. No mercado central, os mercadores não se lembram de uma época em que os negócios foram melhores. O principal motivo é o aumento dramático de renda disponível, agora que a coalizão está pagando aos funcionários públicos entre US\$ 60 e US\$ 180 por mês. Antes da guerra, os professores ganhavam entre US\$ 5 e US\$ 10, os policiais ganhavam US\$ 20. Sabri Nama é um capataz de 54 anos do Moinho de Papel Amarah, fora da cidade. Ele está feliz com o aumento em seu salário mensal de US\$ 25 para US\$ 180. Como ainda não há eletricidade suficiente em Amarah para alimentar a cidade e a fábrica, o moinho de papel, que fechou durante a guerra, ainda não

reabriu. “Os britânicos são lentos demais”, reclamou Nama. “Eles apenas fazem promessas, mas nunca terminam nada.”

A cerca de 110 quilômetros a sudoeste, o Hospital Geral de Nasiriyah luta para atender a demanda. O outro hospital da cidade – usado como base para os milicianos iraquianos durante a guerra – está em ruínas. Ainda assim, Hassan Mahmoud, pai de um menino de 9 anos que sofre de dores de cabeça após uma queda de uma janela do segundo andar, está agradecido por uma coisa. No passado, disse ele, era preciso subornar médicos, enfermeiras e administradores para receber atendimento hospitalar. “Agora você não precisa de dinheiro para ser atendido por um médico. Agora os médicos são honestos”, disse ele.

Nas casas de chá de Nasiriyah, assim como em outros locais no Iraque, o aumento dos preços é uma grande fonte de reclamações. Na época de Saddam, o preço dos alimentos era tabelado. Com tais regulamentações não mais sendo fiscalizadas e com a entrada de dólares norte-americanos alimentando a inflação, os tomates subiram de 7 (centavos de dólar) para 42 (centavos de dólar) o quilo em Karbala. O aluguel de uma casa em Karbala, que era de US\$ 12,50 por mês antes da queda do regime, agora chega a US\$ 50. Em Hillah, os agricultores estão sofrendo com a triplicação do preço do fertilizante. Jarallah Ali, dono de um café em Nasiriyah, se queixou de que não pode mais comprar sua marca preferida de sabão porque o preço dobrou.

No Sul, onde se juntam os rios Tigre e Eufrates, fica Basra, quartel-general dos britânicos. A cidade sofreu alguns dos piores saques após a guerra, mas com mais de quatro mil policiais iraquianos agora nas ruas, a cidade está praticamente sob controle. O que é estranho é que, apesar de ter sido a capital do Iraque por mais de 500 anos, Basra é uma cidade que parece ter saído de um conto de fadas. As ruas estreitas e empoeiradas, as casas antigas e desbotadas, as pessoas vestidas com roupas tradicionais, tudo isso é uma cena que parece ter saído de um conto de fadas. Ainda assim, Basra é uma cidade que vive de seu passado, com muitos habitantes que lembram a época de Saddam e suas promessas de progresso e desenvolvimento. No entanto, com o tempo, muitos desses habitantes começaram a perceber que as promessas não eram cumpridas e que a vida na cidade não havia mudado muito. Isso levou a uma crescente desconfiança e descontentamento entre os habitantes de Basra, que agora sentem que estão sendo deixados para trás e que a cidade não está vivendo de acordo com suas expectativas.

camente pacífica. Os muçulmanos xiitas, que eram perseguidos por todo o Sul por Saddam após seu levante em 1991, se viram livres para praticar sua religião sem interferência, o que propiciou uma sensação de bem-estar por toda a região. Semelhante à liberdade religiosa é a nova liberdade de informação. Os iraquianos lotam os cafés de Internet para ter acesso à rede, que era seriamente restrita pelos serviços de segurança de Saddam. Os especialistas autodidatas em computador Haider Kadhim, 22 anos, e seu irmão Mohammed, 25 anos, se estabeleceram como consultores de cafés de Internet, ganhando US\$ 500 pela consultoria de oito empresários até agora. “*O melhor da vida agora é a liberdade*”, disse Kadhim. “*Você pode dizer qualquer coisa, ir a qualquer lugar.*”

Mas a liberdade tem seu lado sombrio. Com todos os bens que vêm dos navios em Dubai e dos caminhões do Kuwait, as estradas que levam a Basra se tornaram alvos de banditismo. Aumentou o número de homicídios, já que algumas pessoas tentam acertar contas com antigos membros do regime. E no verão, extremistas xiitas explodiram lojas de bebidas alcoólicas pertencentes a cristãos.

Ainda assim, disse Hani al-Saadi, um estudante de medicina de 29 anos que vende telefones móveis no centro de Basra, “*nós sabe-*

mos que todo nascimento exige dor”. Al-Saadi e sua família, que vivia na Jordânia, voltou para Basra, sua cidade natal, após a queda de Saddam para tentar tirar proveito das novas oportunidades. O exemplo deles reflete o sentimento de esperança compartilhado por um grande número de iraquianos. Apesar de muitos terem dito aos nossos repórteres que certos aspectos de suas vidas estão piores hoje do que antes da queda do regime, uma maioria disse estar otimista quanto ao futuro. Mesmo em Bagdá é possível encontrar elementos desta fé. A mudança de regime teve um alto preço para Ayad Abdul Kareem Muhssin, um engenheiro local. Durante o estresse da campanha de bombardeios norte-americanos, sua esposa, grávida do quarto filho deles, entrou em trabalho de parto prematuro. A filha recém-nascida deles viveu apenas poucas horas. “*Nós fizemos um sacrifício por esta liberdade*”, disse Muhssin, sem amargura. Por quanto tempo esta liberdade durará? “*Para sempre, eu acho. E estará melhor daqui um mês, e após um ano, muito melhor. É o que eu acho.*” ☀

Com reportagem de Hassan Fattah/Duluiyah e pelos repórteres da ABC, Jim Sciutto/ Kirkuk, Bob Woodruff/Nasiriyah e David Wright/Bagdá

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editora ltda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.